

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CULTURA E MEMÓRIA

REPRESENTAÇÃO DO SERTANEJO E A IDÉIA DE BRASIL
MODERNO EM NESTOR DUARTE

ROGÉRIO DOS SANTOS FRANÇA

RECIFE, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CULTURA E MEMÓRIA

REPRESENTAÇÃO DO SERTANEJO E A IDÉIA DE BRASIL
MODERNO EM NESTOR DUARTE

ROGÉRIO DOS SANTOS FRANÇA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco em cumprimento às exigências
para a obtenção do grau de Mestre em História.
Área de Concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.
Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Beatriz Guimarães Neto.

RECIFE, 2010.

França, Rogério
Representação do sertanejo e a idéia de Brasil moderno em
Nestor Duarte / Rogério França. -- Recife: O Autor, 2010.
149 folhas, il., fotos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. História, 2010.

Inclui: bibliografia.

1. História. 2. Intelectuais. 3. Duarte, Nestor, 1902-1970. 4.
Sertanejo – Representação. 5. Modernidade. I. Título.

981.34
981

CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)

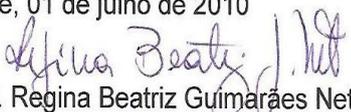
UFPE
BCFCH2010/90

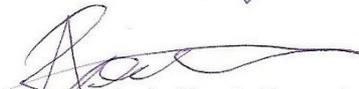


ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO ROGÉRIO DOS SANTOS FRANÇA

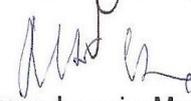
Às 14h30min. do dia 01 (primeiro) de julho de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Rogério dos Santos França** intitulada “**REPRESENTAÇÃO DO SERTANEJO E A IDÉIA DE BRASIL MODERNO EM NESTOR DUARTE**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Regina Beatriz Guimarães Neto (orientadora), Antonio Paulo de Moraes Rezende e Paulo Marcondes Ferreira Soares. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezesete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 01 de julho de 2010


Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto


Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende


Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Sandra Regina Albuquerque

para Mille

AGRADECIMENTOS

Tenho que agradecer antes de tudo a meus pais, Maria Cleuza e Luiz Augusto, que me ajudaram de todas as formas possíveis e estiveram cotidianamente preocupados com meu bem estar – tendo em contrapartida quase sempre o meu habitual desleixo, levando “anos” sem ao menos dar um telefonema para “dizer que estava vivo”. A eles devo muito.

Tenho também muitas dívidas com os professores que participaram de minha banca. À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Regina Beatriz Guimarães Neto, tenho que agradecer pela atenção e pela generosidade nos diálogos, onde acredito ter aprendido bastante sobre o fazer historiográfico. Ao Prof. Dr. Antônio Paulo Resende agradeço por ter aceitado o convite para participar de minha defesa, além, obviamente, da contribuição por ele dada na qualificação – seria preciso ressaltar também suas aulas, sempre verdadeiros acontecimentos. Ao Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares tenho que agradece por ter aceitado participar de minha defesa, assim como por suas contribuições de grande importância para a finalização do trabalho. Ao Prof. Dr. Paulo Santos Silva – que por um conjunto de motivos não pode participar da banca de defesa, mas que ainda assim contribuiu enormemente na qualificação - tenho um grande agradecimento a fazer. Seria preciso mencionar aqui que foi com ele que tive contato com meu objeto de pesquisa ainda na Iniciação Científica; seria preciso mencionar também que ele deu uma enorme contribuição ainda na preparação do projeto de mestrado; e, por fim, tenho que agradecer a ele por ter aceitado participar de minha banca, bem como pela leitura precisa que fez do texto, apontando para questões fundamentais, as quais talvez eu não tenha tido capacidade de suprir – a Paulo meus sinceros agradecimentos e meu reconhecimento pela capacidade e pelo profissionalismo.

Tenho também muitas dívidas com dois professores muito importantes para minha formação: Osmar Moreira e Jailma Pedreira. A eles meus agradecimentos.

A Erahsto Felício devo muito também. Foi a partir do diálogo com ele que conseguir definir de forma mais precisa meu problema. Sua leitura do esboço de meu primeiro capítulo foi fundamental. Ele reconhecerá suas contribuições – grande abraço a uma das pessoas mais inteligentes que conheço.

Devo muito também a várias figuras que, se não aparecem diretamente no texto, o permeiam de alguma forma: Jorge Luz; Christopher Moura; Wilton Oliveira; André

Oliveira; Vagner Oliveira; Ricardo Sizílio; Écristio Raislan; Moisés Morais; Gissele Raline; Márcio Cruz; José Augusto; Maurício de Jesus; Rafael Almeida; Anne Rodrigues – estes são nomes que estiveram mais próximo de mim nestes últimos anos, peço desculpas se esqueço de alguém.

Abro um parêntesis para mencionar alguns nomes com os quais aprendi muito durante o mestrado; Irisnete Mello; Lydiane Vasconcelos; Dimas Veras; Patrícia Alcântara; João; Ana Cristina; Maria Aparecida – imagino não ter esquecido ninguém.

Devo lembrar também de algumas figuras importantes que fizeram a estadia em Recife suportável: Arleide Monteiro; Thallita Ventura; Kywza Fidelis; Leda Correia e, especialmente, Wéllita Aragão; além destes, devo lembrar-me dos que se seguem: Renata; Kiko; Michael; Jadilson; Teo; Jata; Fravo; Cacá; Élio – espero não ter esquecido ninguém.

Não poderia deixar de agradecer ao CNPq pela bolsa concedida, incentivo decisivo para a produção deste trabalho.

A todos meus agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a obra de Nestor Duarte produzida entre os anos 1930 e 1940, fundamentalmente em dois aspectos: sua representação da figura do sertanejo e sua proposta de modernização nacional. Partindo da análise de sua produção intelectual e de sua atuação política no referido período, tentamos demonstrar o vínculo entre estes dois aspectos de sua obra e qual o sentido que tal vínculo assumia no referido contexto. Neste sentido, nos parece que a representação que Duarte opera dos “sertanejos” adquire uma dupla intenção: produzi-los tanto como signo de uma pretendida nacionalidade quanto como sujeitos situados às margens da história, “atrasados”, numa palavra. Já sua proposta de modernização visava justamente resolver tal questão: o devir moderno da nação se passa pela colocação destes sertanejos na linha da história. O que tentamos demonstrar é como o discurso “sertanista” de Nestor Duarte trabalha numa ambivalência que tanto afirma quanto nega os “sertanejos”. Da mesma forma, tentamos por em relevo como sua proposta de modernização nacional atualiza e/ou reforça o discurso da necessidade de ser moderno. O que pretendemos mostrar é, em dada medida, a ligação entre saber e poder, o problema do discurso identitário e a questionável pretensão universal dos postulados modernos (especialmente em sua dimensão política).

Palavras-chave: Nestor Duarte; Intelectual; Representação; Sertanejo; Moderno;

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo estudiar el trabajo de Nestor Duarte producida entre los años 1930 y 1940, principalmente en dos aspectos: su representación del sertanejo y su propuesta de modernización nacional. Basado en el análisis de su producción intelectual y de su rendimiento político en lo referido periodo, intentamos demostrar el vínculo entre estos dos aspectos de su trabajo y cual lo sentido que el vinculo asume en lo contexto. En este sentido, parece que la representación que Duarte opera de sertanejos adquiere una doble intención: producirlos tanto como un bastión de la nacionalidad desean como personas que se hallan en los márgenes de la historia, “hacia atrás” en una palabra. Ya su propuesta de la modernización seria sólo como ahorro de la cuestión: el convertirse en el moderno de la nación va pela colocación de estos sertanejos en la línea de la historia. Lo que intentamos de demostrar es como el discurso “sertanista” de Nestor Duarte trabaja en una ambivalencia que afirma e niega los “sertanejos”. De manera similar, intentamos destacar como su propuesta de modernización nacional actualiza y/o fortalece el discurso de la necesidad de ser moderno. Lo que queremos mostrar es, en cierta medida, la ligación entre saber y poder, el problema del discurso sobre la identidad y la cuestionable pretensión universal de los postulados modernos (especialmente en su dimensión política).

Palabras-llave: Nestor Duarte; Intelectual; Representación; Sertanejo; Moderno.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	12
CAPÍTULO I - Geografia de uma prática: a função intelectual de Nestor Duarte ____	21
Preâmbulo _____	24
Seção I – Por um deslocamento dentro da função autor _____	28
Seção II – Política de intelectuais na Bahia _____	38
Seção III – O intelectual reformador _____	52
Seção IV – A <i>terra nulla</i> e a inscrição do moderno _____	57
CAPÍTULO II - A construção do não-lugar: o sertão e o sertanejo como signos da ausência _____	63
Preâmbulo _____	66
Seção I – Os marcos da representação do sertanejo subalterno _____	70
Seção II – A Condição Sertaneja em <i>Gado Humano</i> _____	82
Seção III – De “massa informe” a “massa populacional” – sob o signo da ausência__	93
Seção IV- Os marcos da inscrição do sertanejo na ordem do moderno _____	100
CAPÍTULO III - A inscrição do moderno _____	106
Preâmbulo _____	108
Seção I – Os antecedentes da ordem privada _____	113
Seção II – Os desdobramentos políticos da ordem privada _____	118
Seção III – A ordem privada em 1930-1940 _____	122
Seção IV – A Reforma Agrária e a superação da Ordem Privada _____	128
CONSIDERAÇÃO FINAIS _____	137
FONTES E BIBLIOGRAFIA _____	141

Lista de Figuras

1 – Nestor Duarte em Discurso na Câmara Federal nos anos 1950.	21
2- Carteira de Jornalista do Diário da Bahia de 1924.	41
3 – Capa de seu romance <i>Gado Humano</i> em 1936.	63
4 – Capa de seu livro <i>A Reforma Agrária</i> em 1953.	105

Introdução

Este trabalho tem como objetivo estudar a obra de Nestor Duarte produzida entre os anos 1930 e 1940, fundamentalmente em dois aspectos: sua representação da figura do sertanejo e sua proposta de modernização nacional.

Antes de explicarmos o porquê dos temas e sua vinculação, assim como o recorte temporal estabelecido, façamos uma breve apresentação do autor.

Nestor Duarte Guimarães foi uma figura eminente na cena política e intelectual da Bahia nos anos 1930 e 1940. Advogado, jornalista e professor da Faculdade de Direito, foi deputado estadual entre 1928 e 1930, e também em 1935. Escreveu além de livros e textos jurídicos, um ensaio sociológico e um projeto de reforma agrária, três romances e alguns textos de crítica literária, economia, etc. Nascido em 1902, Duarte foi também deputado federal por três vezes, bem como secretário da agricultura da Bahia entre os anos de 1947 e 1950, durante o governo de Otávio Mangabeira. Antes de sua morte em 1970 assumiu a cadeira número trinta na Academia de Letras da Bahia no ano de 1966. Sua última obra foi o romance *Cavalo de Deus*, publicado em 1968.

Poderíamos distinguir na produção intelectual duarteana ao menos três dimensões: a jurídica; a histórico-sociológica e a literária. Para nosso propósito interessam especialmente estas duas últimas.

De saída, creio ser necessário perguntar por que estudar Nestor Duarte – em outras palavras, por que este autor? Por que este passado? De forma mais precisa, seria preciso perguntar pela validade de recensear neste autor um tanto desconhecido estes temas da figuração do sertanejo e da modernização nacional – afinal, estes são temas *par excellence* de um significativo número de obras tanto literárias quanto histórico-sociológicas produzidas entre 1930 e 1940, e que alcançaram maior projeção que os escritos de Duarte. No entanto, sem querer ser utilitarista, a questão nos incomoda: por que um recuo até este autor? Tal questão, a nosso ver, traz explícita uma preocupação com o próprio fazer historiográfico. Estudar este autor - ou qualquer tema que seja - como um fim em si mesmo ou pensar em desdobramentos?

Com efeito, ainda que rejeitando a vazia definição de que a história enquanto disciplina tenha por objeto o passado, não é outra sensação que nos fica ao tomarmos em mãos algumas obras: a sensação de que o estudo de dados temas se esgotam em si mesmo.

Duarte é um autor para o qual a “política” assume grande importância no conjunto de sua obra. É também um autor também vez por outra visitado por historiadores políticos e cientistas sociais, e, na maioria das vezes, estas visitas não se preocupam em, de um lado, ir para além de um estudo interno dos textos e, de outro, problematizar a relação com o “de fora”: ou seja, não problematizam nem a figuração do sertanejo que tem como desdobramento a conformação de uma identidade em detrimento da diferença, nem põem em questão este anseio pelo moderno, presente no autor. Nesta leitura a literatura assume o papel de um espelho da realidade e a modernidade emerge como condição insuspeita – para citar exemplos de análises levadas a efeito do romance *Gado Humano* e do ensaio *A ordem privada e a organização política nacional* respectivamente.

É justamente neste ponto que a questão volta a se insinuar: por que voltar a Duarte? Tal questão me acompanhou durante toda a feitura do trabalho e também fora interposta em algumas conversas e debates. Devo confessar que a perspectiva inicial de composição do trabalho esteve um tanto deitada nestes dois pontos: representação do sertanejo e aspiração modernizante – mas sob uma ótica completamente diversa. Pensava a literatura de Duarte como o monumento de uma denúncia: os tipos que perambulavam pelas páginas de seu *Gado Humano* refletiam uma condição “real”. No mesmo sentido, seu discurso nacional modernizador era o monumento de uma revolta: contra aquilo que ele mesmo nomeou como ordem privada, os valores da política moderna reluziam como a salvação.

Ora, levar em consideração esta duas perspectivas é sem dúvida importante, já que nos põe em contato com um determinado estado de espírito que animava nosso autor. Tal estado de espírito é precisamente esta ânsia modernizante, e as imagens que constroem o “atraso” do sertão e do sertanejo não atuam em outro sentido senão o de demonstrar a necessidade inadiável do moderno.

Com efeito, Duarte não é uma voz solitária ou original. Longe disso, sua produção se insere no complexo discursivo nacional-popular que postulava a necessidade da conformação de uma “identidade brasileira” e de uma “nação moderna”. Isto fica claro tanto nos temas os quais trata quanto na forma como os trata: fundamentalmente lançando mão do romance realista e do ensaio sociológico. Sua predileção por estas formas o coloca de um lado sob a sombra de um José Américo de Almeida; de outro num incessante debate com Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, entre outros.

No entanto, e se ao invés de tomarmos literalmente puséssemos em questão isto que outrora se afigurou seja como monumento da denúncia seja como monumento da revolta? Aqui emerge, em certa medida, uma justificativa para um retorno a nosso autor.

A nosso ver as questões da atuação intelectual (seu papel na sociedade); da figuração do outro e a ânsia modernizadora segue, naturalmente, com sua especificidade, na ordem do dia. São precisamente estes três aspectos que estão em cena neste trabalho. De um lado a produção de um intelectual que, em nossa perspectiva, opera fundamentalmente no sentido de um reordenamento do poder político; de outro lado uma “representação” dos grupos subalternos que sumariamente os elide enquanto indivíduos ou sujeitos coletivos; e, finalmente, a crença de que a condição moderna traduzia o grau maior de elevação do espírito humano – era preciso ser moderno.

Neste sentido, cremos ser necessário colocar uma questão decisiva a estes monumentos da denúncia e da revolta: o que efetivamente eles fazem funcionar?

Em nossa perspectiva importa menos os princípios sobre os quais se erigem tais monumentos do que aquilo que eles efetivamente põem em ação. Em outros termos, se partimos do pressuposto que a literatura denunciata opera como espelho de determinada “realidade”, uma vez que imbuída de um ideário bem intencionado que se propõe a dar a ver uma condição de “atraso”, então não conseguiremos ir além daquilo que esta própria literatura – aqui convertida em material para a feitura do trabalho historiográfico – estabelece como grade de leitura. Em outras palavras, não conseguiremos ir além do que verificar que aquilo que está expresso em tal ou qual romance (por exemplo) de fato traduz uma “realidade” (correspondência entre palavra e coisa) e que seu princípio denunciata por si só explica e justifica sua condição – em nosso caso, o romance sociológico de trinta.

Em sentido parecido, quando lemos o ensaio duarteano como monumento da revolta (da revolta contra o “atraso”), do “moderno” como condição inexorável a ser atingida, também não vamos além do que proceder uma leitura literal, onde os princípios *são* o ponto de partida e o critério validador de sua composição.

Nos dois casos, o que se observa é um silêncio acerca do que estes princípios denunciata e salvacionistas fazem funcionar – ou, falando em uma linguagem hodierna, quais as contribuições das narrativas duarteana para conformar o imaginário em torno dos temas da representação do sertanejo e da modernização em 1930 e 1940? Em uma palavra, o que estas narrativas criam, para além de sua suposta pretensão primeira?

Do nosso lado, acreditamos que é preciso ler estas narrativas como produtoras de espaços, identidades, consensos. É a construção de um espaço vazio e de sujeitos fora do tempo da modernidade que Duarte opera em seu *Gado Humano*. Da mesma forma, é a construção do moderno como condição *sine qua non* para o desenvolvimento humano na periferia do mundo.

Ora, são precisamente estes dois aspectos que figuram de saída na obra de Duarte que não podem ser negligenciados. E, neste sentido, o princípio denunciata que orienta a feitura de *Gado Humano* e o princípio redentor que adquire o moderno em outras obras do autor desdobra-se justamente na proliferação de imagens e enunciados do sertanejo enquanto sujeitos pré-modernos (atrasados) e do devir moderno como urgência salvadora. O que tais princípios fazem funcionar, para além de sua expressa boa intenção, é a construção de um famigerado estereótipo do sertanejo que balança na ambivalência entre signo tanto do atraso da nação quanto de reduto de uma originalidade nacional, da genuína brasilidade. De forma parecida, o repertório da política moderna emerge como única possibilidade de construção de uma sociedade “desenvolvida”. Assim, conceitos elaborados no âmbito das elites políticas como, por exemplo, “cidadania”, figura como o ideal, aquilo a ser alcançado, ainda que o sentido da democracia – outro conceito caro à política moderna – permaneça eminentemente formal, representacionista.

Desta forma, tentando ser mais claro, a representação do sertanejo, para além de seu princípio denunciata, faz funcionar a conformação tanto de um espaço vazio, às margens da moderna civilização, quanto uma categoria de sujeitos que balançam no pêndulo da ambivalência estereotípica: o sertanejo é tanto rejeitado como signo do atraso quanto celebrado como signo de uma genuína identidade nacional. Em paralelo, a elevação da condição moderna (no caso de Duarte a proeminência recai na dimensão política) a fator determinante para a conformação de uma sociedade desenvolvida faz funcionar a crença no estatuto universal da modernidade (européia), sua necessidade e mesmo sua inevitabilidade.

É neste ponto que poderíamos reforçar nossa justificativa para um retorno a Nestor Duarte, bem como explicar melhor porque destes dois temas: representação do sertanejo e inscrição do moderno. Isto porque aquilo que Duarte põe em cena em sua produção discursiva dos anos trinta e quarenta é justamente uma discussão em termos de identidade – regional e nacional – e de filiação a um determinado modelo de sociabilidade. Sua literatura e seu ensaísmo político-sociológico estão

fundamentalmente ocupados com estes dois aspectos. Com efeito, ele se insere em todo aquele complexo discursivo que gastou muita tinta pintando uma suposta (ou desejada) brasilidade e evocando a necessidade do vir a ser moderno do Brasil.

Não é preciso muito esforço para observar que tais questões permanecem nos rodeando. A primeira parece um tanto mais resolvida, afinal o samba, o carnaval e o futebol parecem ter forjado aquilo que poderíamos tomar por brasilidade hoje. No entanto, o fantasma do atraso persegue a nação. A lógica parece funcionar no binarismo centro-periferia. Os modernos países são justamente o centro. Aquilo que com todas as ressalvas poderíamos chamar de “nós” permanece na condição de periferia. De forma radical, seria preciso uma dupla negação destas duas formulações. Seria preciso um duplo não: tanto à identidade que busca se impor em detrimento da diferença, quanto a um acrítico desejo pelo moderno. No entanto, esta dupla negação não pode vir de qualquer forma sob o risco de uma grossa injustiça – para não dizer um grave erro que seria o anacronismo. É preciso, antes de tudo, observarmos as motivações de Duarte em suas elaborações.

Como veremos, Duarte foi um sujeito que integrava a oligarquia baiana que ditava os rumos da política institucional no Estado até 1930. O advento do novo regime (o golpe de 1930) desdobrou-se no seu afastamento do cargo de Deputado Estadual. O período que vai de 1930 até seu retorno ao poder legislativo em 1935 é marcado pela oposição que irá levar a cabo frente ao interventor Juracy Magalhães – em conjunto com todo o grupo oligárquico que, tal como Duarte fora aliado de seu postos-, assim como uma significativa produção e dedicação ao campo jurídico – é de 1933 sua tese com a qual ingressa como catedrático na Faculdade Livre de Direito da Bahia. Seu romance *Gado Humano* é de 1936, enquanto ainda exercia o mandato estadual na meteórica Segunda República. No entanto, o acontecimento Estado Novo parece ter um peso decisivo em relação à produção duarteana. Se no romance de 1936 ele pinta em linhas “precisas” um “retrato” do atraso, o golpe de 1937 parece ter sugerido a nosso autor que não se chegaria a uma solução satisfatória para tal quadro de atraso senão com a “modernização” do país – afinal, o regime Vargas se afigurava como um retrocesso para Duarte, como veremos. De 1937 a 1939 foi o tempo de gestação daquela que é apontada como sua obra maior: seu ensaio *A ordem privada e a organização política nacional*. Não obstante seu recuo na história do país, seu escopo é explicitamente apontar a necessidade do devir moderno do Brasil.

Como tentarei sustentar, a perspectiva duarteana é mais ou menos aquela sugerida por Marshal Berman em seu ensaio sobre a modernidade: o modernismo de Duarte é um esforço para construir a casa segura. Confiante que era nos postulados da política moderna, nosso autor mobiliza seus esforços no sentido de demonstrar como é preciso atingir tal estágio de “desenvolvimento” – que encontra, naturalmente, seu arquétipo nos “modernos Estado-Nação europeus”, como sugere o autor.

É neste ponto que podemos reforçar nossa justificativa em relação aos temas e ao recorte temporal proposto. É justamente entre 1930 e 1940 que se dá a mais profícua produção duarteana. Ou seja, como apontamos antes, Duarte participa do complexo discursivo nacional-popular de forma relevante no cenário intelectual baiano. Como vai sugerir Daniel Pécaut, é entre o povo e a nação que se situam a maioria dos intelectuais que escrevem no período que compreende 1920 e 1940. Com efeito, não há de se negar que estes dois pontos atravessam de um lado a outro os escritos de Duarte: formar um “povo”; formar uma “nação”.

É toda esta preocupação que consta nas páginas de *Gado Humano*, de *A ordem privada e a organização política nacional* ou de *Reforma Agrária* – preocupação de ordem política, no sentido macro. Esta dimensão, aliás, parece ser o que norteia a prática discursiva de Nestor Duarte. É sempre como eloquência e consciência do “povo” e da “nação” que fala nosso autor. Entretanto, sua produção intelectual não está de todo distanciada das lutas políticas locais – aproximação esta que em momento algum se dá sob uma ótica saudosista. Se é verdade que Nestor Duarte teve por duas vezes seus mandatos no legislativo baiano cassados pelo advento do regime Vargas, também é verdade que sua oposição a tal regime se dá não na perspectiva de um retorno à configuração política pré-1930, mas precisamente no sentido de propor uma racionalização do “político” no sentido de construir um complexo social onde hipoteticamente não haveria o quadro de “atraso” representado pelo cenário “sertanejo”; e onde também não fosse possível a emergência de fenômenos políticos tal qual o representado pelo próprio regime Vargas. Em resumo, uma “nação moderna” pautada nos ditames da democracia e da cidadania. Pois se por um lado a luta política (institucional) levada a efeito por Duarte e seus aliados contra Vargas tinha como horizonte a retomada dos postos decisórios perdidos tanto em 1930 quanto em 1937 – o Autonomismo, como veremos -, por outro lado sua obra não é propriamente “autonomista”. É modernista, numa palavra.

Assim, se sua atuação política institucional ao lado dos autonomistas é mais elementar, traduzindo uma disputa pela velha máquina estatal que lhes havia sido retirada pelo regime varguista, poderíamos também dizer que sua produção intelectual é eminentemente utópica, e parecia caminhar um passo atrás das ações do próprio regime Vargas. Pois enquanto Duarte se esbate em 1939 em torno quase que totalmente da lógica da cidadania, o governo Vargas parece por em movimento toda uma estratégia da ordem da governamentalidade.

Daí que não é sem razão que Luiz Guilherme Piva veja no ensaio de Duarte publicado em 1939 muito de desatualização do autor face ao contexto sócio-político que se delineava.

No entanto, o que nos interessa pensar aqui é de que maneira Duarte figura enquanto um autor que colaborou para a conformação da representação do sertanejo e da necessidade do devir moderno. Ou seja, de que forma ele é mais um que enuncia o sertanejo enquanto núcleo da brasilidade e objeto de uma pedagogia política, bem como ele contribui para a crença na inevitabilidade da modernidade. Pois se é verdade que 1930 marca um momento importante para o país, seja no que diz respeito à consolidação de uma “identidade nacional”, seja como uma “marco” de sua modernização, retornar a Duarte é observar como estes dois aspectos se manifestaram neste autor – mas é também lê-los a contrapelo, em sua especificidade, e quem sabe tomá-los como ponto de partida de uma problematização ao redor destas duas problemáticas questões: a produção de uma identidade sertaneja e a validade universal dos valores modernos. Em termos bastante em voga, Duarte poderia funcionar como via de acesso a uma dada sensibilidade, como meio de sentirmos o clima de uma época, indagarmos que anseios habitavam alguns intelectuais nos anos 1930 e 1940.

Desta forma, seguindo um pouco esta linha, compusemos este trabalho fundamentalmente a partir das obras de Duarte – na verdade, ainda que não utilizada em sua totalidade, recorreremos a tudo aquilo que Duarte escreveu e que estava disponível. Neste sentido, desde sua mais importante obra (sue ensaio *A ordem privada e a organização política nacional*) até alguns artigos publicados ainda na década de 1920 figuram como fonte para a feitura de nosso texto – além de suas intervenções no legislativo estadual e federal, etc.

Tentamos não estabelecer uma hierarquia entre este material utilizado, e o privilégio dado à produção localizada entre 1930 e 1940 atende a uma tentativa de

explicitar a ligação entre os temas que expomos e que avultam com mais força neste período.

Também lançamos mão de uma bibliografia geral bastante diversificada, já que a cada capítulo nos propusemos a colocar uma questão específica.

Assim, no primeiro capítulo, quando tentamos fazer um mapeamento da produção intelectual duarteana, bem como de sua atuação política, foi importante recorrer a autores que pensaram o papel dos intelectuais em diferentes sociedades ao longo do século XX. A idéia neste capítulo foi tanto traçar um panorama da atuação intelectual e político-institucional de Nestor Duarte durante o período estudado, quanto estabelecer uma grade de leitura diversa daquela que até então tínhamos visto a obra de Duarte ser submetida. Ou seja, foi preciso rejeitar tanto a imagem do intelectual “autonomista” quanto do intelectual “democrático”, assim como ler o modernista sem condescendência: a hipótese que Duarte estivesse preocupado com a “modernização” não se esgota em si mesma. É preciso pensar como essa produção discursiva se sedimentava no imaginário coletivo e reforçava (ou atualizava) a divisão entre centro e periferia, divisão esta que colocava (e coloca) a Europa ou os Estados Unidos como modelos.

Desta forma, a geografia de uma prática é uma tentativa de produzir outra imagem do modernista Nestor Duarte; uma imagem na qual seja visível a relação entre saber e poder e onde os limites da idéia de “reforma” sejam explícitos. Buscamos então, em dada medida, rasurar a imagem fixada de nosso autor. Ao invés do intelectual extremamente coerente que vez por outra acabamos por encontrar, tentamos situá-lo no interior de um complexo discursivo que tem por horizonte o “povo” e a “nação” modernos, e então tentamos rejeitar por completo qualquer espécie de condescendência: uma racionalidade política como a pretendida por Nestor Duarte não pode ser lida como uma “revolução”, mas sim como um trabalho que visa um reordenamento do poder nos limites mesmos que podem ser sugeridos pela noção de “reforma”.

Nesta perspectiva, observamos que o núcleo da produção de Duarte comporta estas duas dimensões: de um lado, a figuração do sertão e do sertanejo como espaço e sujeitos às margens do moderno; de outro, a atualização do discurso da condição moderna enquanto arquétipo, enquanto modelo a ser seguido. Em outros termos, como tentaremos sustentar, trata-se da produção da *terra nulla* (uma apropriação de Hommi Bhabha), do *não-lugar* cuja história precisa ser começada, cujos arquivos precisam ser preenchidos sob o signo do moderno.

No segundo capítulo tentamos explorar justamente a produção desta *terra nulla*, das estratégias lançadas por Duarte para a composição de imagens e enunciados do sertão e do sertanejo. Ora, antes de pensarmos a literatura – no caso aqui o complexo literário de 1930, o qual Duarte integra – como reflexo de tal ou qual “realidade”, seria preciso pensar como esta literatura opera construção de espaços e identidades.

É justamente deste ponto que partimos para pensar como Duarte constrói em seu *Gado Humano* um sertão que é só deserto e sertanejos que são quase nada: porque ainda são alguma coisa – as “reservas Moraes da raça”, como diz Duarte. É essa ambivalência sobre a qual repousa a construção de seu romance que tentamos demonstrar: por um lado uma massa de sujeitos sendo explorada, inconsciente até mesmo da exploração; por outro lado, num só lance, sujeitos que guardam algo de mágico, uma força e uma pureza que os garante como núcleo de uma identidade nacional pretendida – os sertanejos como objeto de repulsa e também de desejo. Em linhas gerais, a idéia é demonstrar como Nestor Duarte constrói o sertão e sertanejo como algo homogêneo e pré-moderno, cuja redenção se daria justamente com o devir moderno da nação, com a conversão desta “massa informe” em “povo político”, em cidadãos.

Finalmente, no terceiro capítulo, tentamos discutir os componentes da perspectiva modernizante de Nestor Duarte observando como ao propor um percurso de acesso à condição moderna, nosso autor, em certa medida, postula (ou atualiza) uma suposta validade universal do estatuto da modernidade – especialmente em sua esfera política, já que pululam em suas obras tomadas para análise as noções de cidadania e democracia especialmente.

Assim, buscamos ler tanto *A ordem privada e a organização política nacional* quanto *Reforma Agrária* pensando de que forma tais obras contribuíram para sedimentar o imaginário de que a condição moderna é universalmente válida – ou em outros termos, necessária. É a partir desta concepção historicista que imagina os Estados modernos europeus como ápice de um “desenvolvimento” que fala nosso autor. Dai que ele advogue a conformação de uma nação nos moldes das “agremiações políticas superiores”.

Com efeito, como tentaremos sustentar, a questão é menos de mimesis do que de uma perspectiva que imagina o tempo social como sendo vazio e homogêneo - daí que a modernidade passe a ser pensada como inevitável e que se possa postular “atrasados” e “modelos”, “centro” e “periferia”, já que tudo que contraria o livre desenvolvimento do moderno é, de saída, localizado numa dimensão pré-moderna.

É fundamentalmente questionar esta caracterização do sertão e do sertanejo enquanto pré-modernos e a validade universal do repertório da política moderna que nos propomos também. A proposta foi conduzir nossa leitura sempre a contrapelo das “boas intenções” representacionistas e modernistas. Pois não há muito sentido em voltar a Duarte e aos temas da figuração do sertanejo e da urgência do devir moderno senão para por estes dois horizontes e como eles foram delineados nos anos 1930 e 1940 à beira da falésia. Pois se é verdade que tudo que é sólido desmancha no ar, então devemos sempre lembrar esta sugestiva intuição quando pensarmos a fixidez do estereótipo sertanejo e a própria solidez da modernidade.

Capítulo I

Geografia de uma prática: a função intelectual de Nestor Duarte



Figura 1: O político em ação na Câmara Federal nos anos 1950. Acervo do Arquivo Nacional.

Preâmbulo

Em um texto de 1988 Otávio Ianni argumenta que “o Brasil ainda não é propriamente uma nação. Pode ser um Estado nacional... [mas] Não parece uma nação o país em que a população ainda não se tornou povo”.¹

De forma semelhante, com cinqüenta anos de antecedência, Nestor Duarte havia dito que “bem raros países, como o Brasil, podem oferecer exemplo mais frisante da distinção, que é mais viva na realidade do que no conceito dos publicistas, entre massa populacional e povo no sentido político”.²

A semelhança nos diagnósticos da falta – do “povo” – se completam também na necessidade – ou na vontade – de conformar este “povo” que é condição precípua para o devir “nação” do Brasil.

Duarte escreve em 1939, ou seja, em um momento que o próprio Ianni assim definiu:

alguns livros publicados nos anos 30 dão uma idéia da fecundidade intelectual dos desafios que a sociedade brasileira estava enfrentando, de como se revelam ‘alguns homens dotados de uma formação nova e de uma técnica intelectual mais adequada à compreensão dos problemas da cultura’, da sociedade e da história (...). Simbolizam pontos de inflexão da história do pensamento: Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Nestor Duarte...³

Ianni está tentando demonstrar como este período marca mais uma vez um momento de pensar o Brasil e de buscar um lugar no *hall* da modernidade. Por isso, coloca o autor, “o Brasil ainda não faz parte do Primeiro Mundo”.⁴ Mas, antes de acompanharmos Ianni em seu diagnóstico, cumpre colocar algumas questões.

Como já apontou Eric Hobsbawm ou Benedict Anderson, a condição nacional é o valor de maior legitimidade da vida política moderna. Vir-a-ser “nação” com um “povo político” (cidadãos) traduz, em conjunto com outros elementos, a própria

¹ Octávio Ianni. **O Brasil Nação**. In. **A idéia de Brasil moderno**. 3ª. Reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp. 177 – 180. A primeira edição do livro é de 1992, mas o texto aparece primeiro em **São Paulo em Perspectiva**, vol. 2, nº. 4, São Paulo, 1988.

² Nestor Duarte. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. Contribuição à Sociologia Política Brasileira**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Coleção Brasileira. Vol. 172. pp. 90. Utilizo a segunda edição da obra que não comporta alteração alguma em relação à primeira edição de 1939. Manterei as citações conforme na fonte, não atualizando a linguagem, etc.

³ Octávio Ianni. **O Brasil Moderno**. In. Op. cit. pp. 29-30.

⁴ Octávio Ianni. **A idéia de Brasil moderno**. Op. Cit.

condição moderna.⁵ Desta forma, “Brasil”, apesar de ser, ter sido, ou presumivelmente permanecer *ad infinitum* um termo hiper-real (no sentido que este termo adquire no pós-modernismo, ou seja, mais que real, já que diz de um dado do imaginário que não pode encontrar um referente definitivo) é tratado tanto por Ianni quanto por Duarte como uma categoria materializada – se não o é ainda (existência em potência) é preciso que se torne (que se atualize). Em outros termos, se alguns traços do caráter “brasileiro” sugerem uma comunidade de sentimentos, esta não está plenamente desenvolvida, e só encontra a possibilidade desta efetivação superando determinados problemas e adentrando num tipo de experiência vital propriamente moderna (em Duarte, uma experiência exemplificada pelos modelos anglo-saxão em 1930 e, para Ianni, o Primeiro Mundo em 1988).

A dimensão ideal e totalizante de “Brasil” se encontra no verso de outro diagnóstico de Ianni, já que, para ele, “os estados e as regiões, por um lado, e os grupos e as classes, por outro, vistos em conjunto e em suas relações mútuas reais, apresentam-se como um conglomerado heterogêneo, contraditório, disparatado”.⁶ Não é preciso dizer que o oposto deste diagnóstico deve ser encontrado no primeiro termo do binômio Primeiro - Terceiro Mundos. Assim, Duarte já havia apontado que

[uma] comunidade de homens, de um povo, enfim, uma nação, estará tanto mais formada quanto maior fôr a unidade de seu espírito e a solidariedade orgânica de seu todo. A unidade territorial como o Poder Político único, centralizado ou não, devem refletir essa unidade orgânica.⁷

O disparate ou a ausência desta unidade orgânica colocam em cena o signo da carência, o fracasso do encontro da “nação” consigo mesma. Aquela “formação nova” da qual

⁵ Com efeito, esta é uma discussão ampla, com vasta bibliografia. De maneiras diferentes os autores citados tratam a relação entre nação e modernidade. No primeiro, há um enfoque no papel daqueles encarregados da tarefa de elaborar uma tradição (nacional), de inventá-la, ou seja, naqueles encarregados de enquadrar uma memória, como diria Pollack. Já no segundo, o eixo é deslocado para aqueles que compartilham (em um sentido mais amplo, o populacho) destas imagens. Assim, para Anderson uma nação é uma comunidade imaginada, ou seja, é uma comunidade, pois independente das desigualdades e da exploração existentes no interior dela, a nação é concebida como uma fraternidade, como uma “camaradagem horizontal”; e ela é também imaginada, pois mesmo as pessoas de uma nação não se conhecendo elas tem em mente a imagem de uma comunhão, garantida por diferentes vetores. Cf. Eric Hobsbawm. **A produção em Massa de Tradições**. In. Eric Hobsbawm e Terence Ranger. (orgs) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 271-316. Benedict Anderson. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. - São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁶ Octavio Ianni. **O Brasil Nação**. In. Op. cit. p. 177.

⁷ Nestor Duarte. Op. cit. p.114.

eram portadores os intelectuais em 1930 foi mobilizada no sentido de sanar tal questão. Modernizar o país, diga-se.

O percurso até Ianni aqui é mais do que o intento em mostrar semelhanças entre ele e Duarte – o que não faria muito sentido. O recurso é para salientar que Ianni é um dos primeiros a apontar – ainda que de forma muito rápida – a ocupação de Duarte com esta idéia de país moderno. Esta perspectiva é desenvolvida em um estudo comparativo levado a efeito por Luiz Guilherme Piva. O autor analisa em conjunto a contribuição de Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Piva acredita serem insuficientes as explicações usuais acerca da produção intelectual no período 1920-1940 que, ao analisarem estes autores sob o prisma de suas concepções políticas relativas à organização do poder (da relação entre Estado e sociedade), deságuam na classificação que os coloca como democráticos ou autoritários; ou as que os consideram em bloco apontando suas preocupações com a história e a condição nacional (nacionalidade). Para Piva

é certo que a questão da organização nacional e a questão da nacionalidade/caráter são marcantes nos nossos autores [Duarte, Vianna, Amaral e Holanda]. Igualmente é certo que a isso se associam concepções autoritárias e democráticas e arazoados histórico-culturalistas que justificam determinadas necessidades políticas. Mas nada disso é suficiente para responder à seguinte pergunta: a quem eles tentavam responder? Para quem elaboravam seus estudos e propostas?⁸

A pergunta é fundamental. Não há dúvidas. A resposta que Piva dá também é resoluta para seus propósitos: “respondem, em suma, sempre à questão de como superar o atraso, que tem configurações históricas e ideológicas distintas, mas é a obsessão diuturna e compartilhada. Visavam chegar a um ponto qualitativamente superior de civilização, riqueza, organização, cultura, poder”.⁹

O que a resposta de Piva não satisfaz a meu ver é o que significa “qualitativamente superior”? Chegar a este “ponto” traduz que natureza de interesses? Que estratégias de (re) apresentação deste “atraso” são mobilizadas e qual lugar elas reservam para aqueles “outros” em nome de quem fala? Dizer que é com o futuro que estes autores estão preocupados e mostrar os componentes específicos de cada programa

⁸ Luis Guilherme Piva. **Ladrilhadores e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)** – São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 32.

⁹ Idem. p. 33.

“modernizador” parecer ser apenas repetir em prosa o que autores como o próprio Duarte já disseram em verso.

A nosso ver no caso de Duarte este “qualitativamente superior” indica o desejo de construção de uma sociedade moderna nos moldes dos países centrais da Europa (exclui-se os ibéricos) ou dos Estados Unidos; chegar a este “ponto” quer dizer erigir a “casa segura” para aqueles “homens dotados de uma formação nova e de uma técnica intelectual mais adequada”, ou seja, a “nação” moderna para o melhor exercício do poder; e, finalmente, este processo passa pelas representações do atraso. Se por um lado há a crítica às elites políticas anacrônicas, por outro os grupos subalternos aparecem sob o mais radical signo da negatividade. Os homens dotados de uma formação nova como apontou Ianni falam de um país e de um “povo” atrasado, pois apenas *eles* já fizeram o percurso semelhante àquele de Dante. O “povo” (para o intelectual) permanece tal como o próprio Dante na selva ao encontrar-se com Virgílio: “Oh! Tu, tu és Virgílio, cuja eloqüência... qual fonte... jorra versos fartamente? Vês a fera que me impede de andar notável sábio; acode então, livra-me do perigo!”¹⁰

Assim, mais do que observar a natureza da empresa intelectual de Duarte e os componentes de seu projeto cumpre ver o que ele estabelece como desejável; como ele pretende funcionar no nível da organização do poder; sob quais termos e a que preço ele se constrói?

Não se trata de uma recusa pura e simples do “moderno” (ou da modernidade) nem mesmo a busca por uma contra-modernidade (nos termos da crítica pós-colonial). O que está em jogo aqui é, precisamente, pensar o impulso modernizante experimentado nas décadas de 1930 e 1940 por um intelectual integrante dos grupos hegemônicos baianos sob uma óptica da fissura – promover uma leitura a contrapelo. Daí que talvez nas baste dizer que em Duarte temos um intelectual preocupado com o futuro e que nos esforcemos por mostrar suas propostas – o que de resto ele mesmo já o fez. Cremos que o que também deve estar em cena é como o trabalho deste autor opera no sentido de criar um consenso em torno de uma pretensa inevitabilidade das formas de sociabilidade modernas – daí que por vezes falamos que a modernidade (européia) figura em Duarte como “enteléquia”, que, no mais, não quer dizer outra coisa senão que ela se apresenta ao autor e este a apresenta como uma realidade plenamente realizada.

¹⁰ Dante Alighieri. **A Divina Comédia**. Nova Cultural. São Paulo, 2003. p. 10-11.

Estas dimensões que apontamos ou as questões que interposemos como indagações às colocações de Ianni ou Piva fazem parte da geografia da prática intelectual de Nestor Duarte que pretendemos traçar neste capítulo. Sigamos o intelectual...

Seção I – Por um deslocamento dentro da função autor...

O trabalho que propomos aqui, direcionado à construção de um *comentário* em torno da *obra* de um *autor* deveria, em todo caso, partir precisamente da problematização destas noções – no caso, *comentário*, *obra* e *autor*.

A questão antes de ser retórica ou mesmo parecer desnecessária, sendo vista como o risco de um eventual desvio dos “verdadeiros” propósitos do trabalho traduz um conjunto de preocupações que pretende potencializar nossa interpretação. Alguns trabalhos sobre Nestor Duarte demonstram, para além de seus méritos, como estas noções algumas vezes são naturalizadas e comandam em seus desdobramentos a produção dos discursos sobre o autor. A ritualística de algumas destas produções começa pela construção de um painel inicial onde desfilam dados da trajetória biográfica do nosso autor. Seguem-se algumas considerações acerca da unidade sob a qual paira soberana e inabalável a obra do intelectual baiano. E, finalmente, desenvolvem-se sob o signo inquestionável da relação (às vezes em termos de determinação) entre obra e o mundo social.

De uma maneira ou de outra, são trabalhos que remontam ao nascimento de Duarte no sertão baiano, seus estudos secundários em Salvador, seu curso superior na Faculdade de Direito da Bahia, suas atividades de jornalista, advogado, literato, teórico da formação nacional, político profissional... (e a esta altura nós já entramos na ordem do discurso).

Com efeito, talvez a condição de pouco conhecido para um público mais amplo constitua mesmo o imperativo de que se trace este plano biográfico no escopo de fornecer algumas informações elementares. No mesmo sentido, a identificação de um *leitmotiv* no conjunto da plural produção do autor não se constitui uma operação impossível de ser levada a efeito, pelo contrário, o estranho seria não haver (ou não ser postulado pelos comentaristas) tal motivo condutor na obra de quem quer que seja. Por fim, a relação entre a produção do autor e o “contexto”, o mundo social no qual ele está inserido, talvez seja condição precípua para que não se incorra nos velhos equívocos da

história das idéias.¹¹ No entanto, isto não implica dizer que estas operações são naturais e, partindo delas, seja possível estabelecer relações e desdobrar nossa análise sem que não exista um questionamento de tais noções e de suas implicações.

Como apontou Michel Foucault, são estas noções que governam em nossa sociedade a relação com o texto¹². Submeter a obra de Nestor Duarte (ou de qualquer autor) ao comentário implica considerar um conjunto de textos (livros, artigos publicados em jornais e revistas, suas conferências, entrevistas, etc.) como que compondo esta “obra”; implica também que esta “obra” seja atribuída a um “autor”, ou seja, aquele indivíduo filho de um desembargador, nascido nos sertões da Bahia em 1902, que logo se mudaria para o Recôncavo baiano, que fizera seus estudos secundários no colégio Ipiranga em Salvador, que se bacharelou em Direito em 1921, que ingressou no jornalismo, foi indicado para o cargo de delegado regional em 1928, que se tornou Deputado Estadual em 1929... Enfim, que atribuamos àquela produção um nome próprio, que remete a um indivíduo particular, portador de uma biografia singular; e, finalmente, só a partir da leitura deste primeiro texto (a “obra de Nestor Duarte”) seja possível construir o nosso comentário. O questionamento principal que Michel Foucault coloca e que visa fissurar a evidência e a naturalidade com que estas operações são encaradas é o seguinte: quais as razões e os efeitos da “função autor”?¹³

Como adiantamos, os efeitos de tal função seriam o de garantir a unidade de uma obra remetendo-a a um único núcleo de expressão (que, no caso de nosso autor poderia ser suas convicções “democráticas”, ou sua formulação teórica visando à conformação da “nação” e do “povo brasileiro”, ou ainda a ideologia “autonomista”); paralelamente, a função autor teria por missão resolver eventuais contradições entre os diferentes textos do autor, explicados então pelo desenrolar de sua trajetória biográfica; e por fim, estabelecer, a partir da mediação do indivíduo inscrito em seu tempo, uma relação entre a obra e o mundo social (aqui, por exemplo, o ensaio *A ordem privada e a organização política nacional* teria uma dívida muito maior em relação à configuração política na Bahia posterior aos golpes de 1930 e 1937).

¹¹ Em outros termos, uma exposição monográfica das idéias do autor sem atentar para as conexões que elas estabelecem com o mundo social, sem perceber a articulação entre saber e poder que ela tanto conforma quanto expressa. Para uma crítica deste procedimento ver: Roger Chartier. **História intelectual e história das idéias: uma dupla avaliação**. In. **A História Cultural – Entre Práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand. 1990.

¹² Cf. Michel Foucault. **O que é um Autor?** In. **Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-298.

¹³ Idem.

Para Foucault, como lembra Roger Chartier, “essas diferentes operações – delimitar uma obra, atribuí-la a um autor, produzir um comentário sobre ela – não são neutras. Elas são sustentadas por uma mesma função, definida como uma “função restritiva” que visa a controlar os discursos, classificando-os, ordenando-os e distribuindo-os”¹⁴. O que está em jogo aqui é a possibilidade de pôr em risco, de fazer balançar aquilo que é o fundamento, em nossa configuração de saber, da inteligibilidade e da hermenêutica de uma obra.¹⁵

Tentando aproximar ainda mais estas reflexões do caso específico de nosso autor, ainda que a circulação dos discursos em nossa sociedade obedeça a tais restrições, talvez não possamos nos subtrair a elas de todo. Afinal, Nestor Duarte participa – e nós também – da ordem do discurso, ou seja, produziu obras, assinou, debateu, relacionou umas com outras. Em linhas gerais, produziu uma obra que se prestou e presta-se mais uma vez ao comentário.¹⁶

Desta forma, a questão que se impõe aqui é apontar as implicações da naturalização destas noções, uma vez que delas se poderia extrair conclusões simplificadoras da elaboração do autor.

Assim, ao pronunciar a *Saudação* a Nestor Duarte quando do seu ingresso na Academia de Letras da Bahia em 1966, Godofredo Filho estabeleceu, no tom poético que a ocasião pedia, a relação entre nosso autor e o seu berço geográfico, pois para ele interessava

o menino de Caetité¹⁷. Erraria quem o desvinculasse da terra de seu nascimento, a pretexto de que dali se apartou nos primeiros anos da vida. O que há de límpido e seco em vossa inteligência [de Duarte], o que se nos revela de hermético em vosso temperamento, os enigmáticos silêncios que precedem às vezes o fagulhar de vossas inventivas, o próprio estilo conciso com que disciplinais o mundo das palavras, talvez sejam a marca do sertão em vossa alma, talvez, por circunstâncias que a ciência ecológica de todo não explica,

¹⁴ CHARTIER, Roger. **A quimera da origem. Foucault, o Iluminismo e a Revolução Francesa**. In. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 124.

¹⁵ Idem. p. 123-150.

¹⁶ É preciso evitar mal entendidos. Não se trata de colocar que o autor não exista, o que não é verdade. O central é flagrar as implicações a que levam a “função autor”. No debate que se seguiu à conferência Foucault tentou esclarecer tais questões: “Não disse que o autor não existia – esclarece – (...) eu não o disse e estou surpreso que meu discurso tenha sido usado para tal contra-senso (...) não se trata de afirmar que o homem está morto, mas (...) ver de que maneira, segundo que regras se formou e funcionou o conceito de homem. Fiz a mesma coisa em relação à noção de autor. Contenhamos então nossas lágrimas.” Cf. .Michel Foucault. **O que é um autor?** In. **Ditos e Escritos III**. Op. cit. p. 294.

¹⁷ Fundada em 1810 e distante quase 800 km da capital, Caetité situa-se no centro sul do Estado da Bahia, em uma região denominada de alto sertão.

permaneçam em vossa personalidade como presença inviolável do chão natal.¹⁸

Ficamos mais tranquilos sabendo que a “ciência ecológica” não explica tais mistérios que fixam na alma caracteres do “chão natal”.

No caso de Duarte esse mistério fica ainda maior ao passo que sabemos que sua família chegou a Caetité por volta de 1899, tendo ele nascido em 1902 e já em 1904 ido morar em Areia, no Recôncavo da Bahia. Assim, ou cremos na misteriosa força do “chão natal” em fixar seus caracteres na personalidade de Nestor Duarte ou cremos no esforço por construir uma biografia que respalde seus escritos, que ao relacionar sua produção com aquilo que teria sido vivido pelo autor inspire-lhe autoridade. É que a temática do sertão e do sertanejo foi mesmo um dos pontos de ancoragem de seus escritos, especialmente de seu romance *Gado Humano*. Assim, já que falava do que viveu, não era então exagero ver em seu primeiro romance “um depoimento”¹⁹, “um documentário”²⁰.

Na verdade, Godofredo Filho não estava fazendo nada além do que reafirmar a identificação do autor com aquilo que ele considerou algumas vezes como sendo o núcleo da identidade nacional que é o sertanejo – apesar da negatividade com que frequentemente o apresenta. Exemplo disso, é que em um debate na Câmara Estadual em 1935 com o deputado Carlos Monteiro da região de Ilhéus, Duarte se disse “um tabaréu dum sertão bem mais alto”, marcando sua posição em relação à “vida brilhante” do litoral de seu opositor.²¹ Brilho este que é posterior, posto que para Duarte, “ainda que custe acreditar, a vida política do Brasil, como a sua força econômica, veio do interior para o litoral”,²² o que não quer dizer que seja algo de positivo, uma vez que esta vida política e esta força econômica são as bases da organização privada que ele diagnosticou e contra a qual mobilizou seus argumentos, como veremos.

No entanto, ainda que Duarte mantivesse uma relação de proximidade com sua terra natal, afinal este era seu reduto eleitoral e lá possuía sua propriedade rural, não cremos válido evocar esta relação para legitimar sua obra ou pensá-la como fator

¹⁸ Godofredo Filho. **Saudação**. In. **Discurso de Posse de Nestor Duarte e Saudação de Godofredo Filho**. Academias de Letras da Bahia. Bahia. 1966.

¹⁹ Afrânio Peixoto. Citado por Godofredo Filho. Op. cit. p. 40.

²⁰ Adonias Filho. **Ciclo Baiano**. In. **A Literatura no Brasil**. Direção: Afrânio Coutinho. 7ª ed. rev. e atual. - São Paulo: Global, 2004.

²¹ Diário da Assembleia Constituinte/ Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 2 de agosto de 1935. p. 804.

²² Nestor Duarte. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. Contribuição à sociologia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1966. Coleção Brasileira. Vol. 172. p. 104.

explicativo desta produção. Isto seria tomar por literais as auto-representações ou ainda representações que não primam por uma crítica.

O próprio Godofredo Filho na seqüência de sua recepção reconheceu a hipérbole ao colocar “que aqueles breves anos não dariam para afeiçoar integralmente o menino, cujos primeiros olhares e impressões tiveram como cenário o vale e os suaves morros daquela encosta da serra do Espinhaço por onde se estende Caetité”.²³ Mas esta sugestão última, quase imperceptível, retirada daquela poética noite de 30 de março de 1966 parece ser ignorada, não suficientemente levada em conta ou, ainda, o que seria mais produtivo, radicalizada em suas implicações.

O caso das leituras do romance *Gado Humano* de 1936 é emblemático. Tendo como cenário um sertão duplamente rude, ou seja, tanto por sua paisagem castigada pela falta de chuvas quanto pelas “massas informes” que o habita, uma gente ignorante, subserviente e sem qualquer perspectiva de modificação em suas condições de existência (é desta forma que o autor os apresenta), a narrativa se passa ao redor dos dilemas do bacharel recém formado que retorna para gerir a fazenda que herdara. Transborda de suas linhas os quadros de miséria dos trabalhadores da grande propriedade que, longe da opulência de outrora, traduz agora um quadro de completa decadência.

Essas referências – sertão, bacharel, etc. – não deixa dúvidas para alguns leitores de Duarte dos traços biográficos que a produção literária do autor comporta. Para Rafael Gomes, por exemplo, ao observar no romance o conflito no qual se encontra a personagem Ângelo que, ao retornar ao latifúndio com algumas “idéias avançadas” e se deparar com a resistência do meio na efetivação das mudanças que aquelas idéias poderiam insuflar, afirma que “a contundência com que aponta esse conflito *evidencia* como o autor remonta as próprias experiências que deve ter observado em seu trajeto pessoal” e, continua, “fundindo na mesma pessoa o intelectual e o político (...) o jovem advogado e jornalista acabaria integrando as frentes políticas voltadas para modernizar primeiro a Bahia, tentando superar no estado o domínio latifundiário para depois tentar modernizar o país.”²⁴

A este etapismo – modernizar a Bahia para depois modernizar o país – ou a sua inadequação poderíamos agregar outros questionamentos. Um destes questionamentos

²³ Godofredo Filho. Op. cit. p. 25.

²⁴ Rafael Gomes. **O Privatismo e a Ordem Privada: a leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa de Mestrado em Ciência Política da FFLCH-USP, em 2007. p. 23. O grifo é nosso.

diz da concepção e do papel que a literatura joga na elaboração do discurso historiográfico. Antecipando um pouco das problematizações que emergiram quando evocarmos a intervenção literária de Nestor Duarte, o que fica patente é a idéia de que a literatura funciona como um documento, como a representação de uma realidade. Ainda que prescrevendo todos os cuidados metodológicos (que por si só garantem a feitura de um tratado dos *cuidados que a história deve ter com a literatura*)²⁵ permanece a sensação de uma dupla e ingênua crença: de que existiria “uma” realidade a ser representada e de que a linguagem é um veículo transparente, apenas cumprindo a tarefa de espelhar determinados objetos. Não seria novidade colocar que tal concepção encerra os inconvenientes de negar a dimensão constitutiva do real que a linguagem teria, tal como foi apontada nas formulações pós-estruturalistas.²⁶

Decerto que o romance regionalista de Duarte apresenta uma sociedade arcaica, escondida nos ermos do país, que joga uma lógica diferente daquilo que o autor pretende como sendo uma sociedade moderna. Mas antes de imaginar que ele espelha essa realidade é necessário pensar como essa imagem emerge de batalhas que configuraram estes espaços – o sertão em ruínas – como o objeto de novas formas de saber – a sociologia, por exemplo – que vão reivindicar uma nova configuração nas relações de poder – é ao intelectual que caberá levar a nação ao encontro dela mesma.

De resto, ler a literatura do chamado *Ciclo Regionalista* como “documento” trás outros problemas. Ainda que se afigure como uma convenção, é comum em algumas obras do período o apelo ao “usar o mínimo de imaginação para o máximo de honestidade” que aparece em *Cacau* de Jorge Amado²⁷. O próprio Duarte disse em sua nota preliminar de apresentação do romance que seu propósito é “mostrar, objetivar como vivem certos punhados de homens”.²⁸ Tomar a literatura nestes termos traduz o equívoco de pensá-la a partir da forma como ela mesma se imaginou ou como dizia se imaginar. Em outras palavras, é lê-la com ferramentas que ela mesma impõe. Assumir isto implica a recusa de qualquer possibilidade de deslocamento e a impossibilidade de

²⁵ Ver por exemplo Sandra Jatahy Pesavento. **História e História Cultural**. 2ª ed. 1ª reimpr. - Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Apesar de falar em aproximações e distanciamentos entre a história e a literatura não resta dúvidas quanto aos lugares que tanto uma quanto outra devem ocupar. Assim, dirá Pesavento “são ambas (...) refigurações de um tempo, configurando *o que se passou*, no caso da História, ou *o que se teria passado* para a voz narrativa, no caso da Literatura”. p. 81. Grifos nossos.

²⁶ Uma boa demonstração de como a literatura *funciona* na construção de imagens, espaços, enfim de identidades, está em Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed.- Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

²⁷ Cf. Jorge Amado. **Cacau**. 51ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

²⁸ Nestor Duarte. **Gado Humano**. Op. cit. p. 7.

inserir nesta literatura uma diferença – não seria demais reiterar que os discursos mais constroem do que refletem aquilo que tomam por referente.

Ainda neste ponto seria preciso ir até Gisele Laguardia que é quem analisa o conjunto da produção literária de Duarte que comporta, além do já citado *Gado Humano*, mais dois romances: *Tempos Temerários*²⁹ e *Cavalo de Deus*³⁰. Para a autora, os textos de Duarte “são representações do real, traduzindo uma sensibilidade do vivido e trazem em seu bojo uma versão fictícia e uma documental”.³¹ Ora, os deslocamentos ao qual nos referimos quer sugerir um esforço por pensar a literatura para além desta dimensão³² – que é uma verdadeira tradição – documental.

Este breve percurso serve para lembrar como até aqui os escritos de Duarte apareceram comandados pelo espírito de sua biografia. Aqueles mistérios, os quais Godofredo Filho não identificara, aqueles que marcam na personalidade uma geografia sertaneja, são encarnados em uma leitura científica da produção de Duarte. Nenhuma contradição entre o sertão representado e o sertão “chão natal” do autor.

Talvez outro exemplo dessa relação um tanto determinante – ao invés de relacional - entre mundo social e textos do autor apareça em algumas leituras do livro *A ordem privada e a organização política nacional*. Este ensaio foi lançado, como dissemos, em 1939, ou seja, em um momento de aguda centralização administrativa do Estado Novo. Duarte, desde os primeiros anos do regime instalado em 1930, já se colocara nas fileiras de oposição. Perdera seus mandatos tanto em 30 quanto em 37. Sua atuação ao lado das figuras que até o golpe de 1930 comandavam a política no Estado sempre se deu no sentido de, no plano nacional, combater o governo Vargas, ao passo que fazia feroz oposição ao interventor Juraci Magalhães no cenário político da Bahia. O chamado “Autonomismo” baiano, que se constituiu neste momento, congregou antigos desafetos da política local com o intuito de mostrar a força que a Bahia tinha. A idéia era devolver a Bahia aos baianos – alusão a Juraci Magalhães que

²⁹ Nestor Duarte. **Tempos Temerários**. Rio de Janeiro. Ed. José Olympo. 1958

³⁰ Nestor Duarte. **Cavalo de Deus**. Rio de Janeiro. Ed. José Olympo. 1968.

³¹ Gisele Laguardia. **Nestor Duarte: Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa de Mestrado em História Política da UFMG, em 2004. p. 158.

³² Ver Monica Velloso. **A literatura como espelho da Nação**. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1988. p. 239-263. Seria preciso objetar a esta tradição outra noção de literatura. Ao contrário da busca por uma realidade representada, seria o caso de tomar a literatura como tendo uma funcionalidade. Seria preciso então trabalhá-la enquanto construtora de sensibilidades, produtora de formas de ver e de dizer determinados espaços, determinadas identidades. Assim, veríamos a literatura também como possibilidade de fazer ruir estas visibilidades e dizibilidades, como aquela que põe as identidades fixadas à beira da falésia.

era cearense – como deixou entrever o nome da chapa que concorreu às eleições federais de 1933: *A Bahia Ainda é a Bahia*.³³

O fracasso na empreitada de 1933 onde conseguiram eleger apenas dois dos trinta e dois candidatos para a Assembléia Constituinte Nacional não desanimou os “Autonomistas”.³⁴ Em 1934 levaram à Assembléia Constituinte do Estado dez nomes, entre eles Nestor Duarte que, em discurso no dia 10 de outubro de 1935, dá o tom dos ânimos na luta política local:

a Concentração Autonomista tem um compromisso a desempenhar nesta casa. Partido da oposição gerado ao calor das campanhas partidárias mais violentas que tem abalado o Estado, vivendo dias de paixão e de tumulto, porque entende de combater um governo, digno, a todas as luzes, do seu combate, era claro que ao entrar nas lutas do parlamento, desse a esta campanha o sentido que a vida parlamentar exige – a crítica, o exame detalhado dos atos desse governo, dessa administração que combate.³⁵

Entretanto deste “clima autonomista” ou deste contexto político não creio ser possível extrair o significado maior do ensaio de Duarte. É certo que nos capítulos finais de seu escrito o autor irá sinalizar de forma clara que sua crítica contra a apropriação da esfera pública pela privada e seus problemas correlatos é direcionada para a administração varguista, a qual ele crê perpetuar esta verdadeira tradição na política brasileira. Entretanto, talvez este ponto da argumentação não seja suficiente para dizer que em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* Nestor Duarte estivesse “buscando meios para edificar uma memória que satisfizesse às necessidades de idealização do passado. De um passado no qual 'a Bahia era a Bahia'”, como afirma Paulo Silva.³⁶

Essa relação um tanto evidente entre o lugar político do autor e sua produção intelectual poderia ser questionada em mais de um ângulo. De acordo com Paulo Silva, a construção duarteana consiste tanto numa crítica ao governo Vargas quanto numa

³³ Sobre luta política na Bahia no período estudado o livro de Paulo S. Silva permanece um clássico. Ver Paulo S. Silva. **Âncoras de Tradição**. Op. cit. Consultar também Consuelo Novais Sampaio. **Poder e Representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República - 1930-1937**. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

³⁴ Esse dado é interessante por mostrar como em pouco tempo o Partido Social Democrático conseguiu assumir o controle político do Estado. Ainda que desalojando grande parcela da elite política do seu lugar nas esferas de poder, Juraci Magalhães tratou rapidamente de buscar o apoio dos “coronéis”. Um deles, o coronel Franklin Albuquerque “comandava” uma região que abrangia 20 municípios, quase o dobro do que comandava o lendário Horácio de Matos, preso pelo regime instalado em 1930. Cf. Consuelo Novais Sampaio. **Poder e Representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República - 1930-1937**. Op. cit. p. 91.

³⁵ Nestor Duarte. **Discurso**. In. Diário da Assembleia/ Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 3 de janeiro de 1936.

³⁶ Cf. **Âncoras de Tradição**. Op. cit. p. 145.

busca pelas origens do *Autonomismo* que, no período entre 1930 e 1940, consistia no contraponto a tal regime e evocava a nobre missão de recuperar a Bahia para os seus. De acordo com Paulo Silva, quando

os “autonomistas” lançaram-se à luta contra o governo Vargas, o passado foi invocado para apoiar a resistência ao projeto nacionalista centralizador. Dois aspectos foram tomados como cruciais; primeiro, desde suas origens mais remotas, o Brasil teria se caracterizado pela ausência de um Estado forte; segundo, na Bahia, contava-se com exemplos de resistência aos projetos centralizadores ocorridos na fase de formação do Estado Nacional. A partir dessas referências históricas, Nestor Duarte e Luiz Vianna Filho empenharam-se em mostrar os fundamentos da vocação autonomista presente na Bahia.³⁷

Cumprido ressaltar que minhas reflexões dizem respeito apenas à abordagem que Paulo Silva reserva para o trabalho de Nestor Duarte. Sobre os outros dois intelectuais – Luis Viana Filho e Wanderlei Pinho – em torno dos quais se desenrola a análise segue minha ignorância. A nosso ver tanto a exploração das categorias e dos problemas que o ensaio de Duarte coloca no que se refere ao desenvolvimento histórico do Brasil, como o contexto em que a obra emerge são invejáveis no trabalho de Paulo Silva - mas são também o limite até onde podemos acompanhar o autor.

No nosso entendimento há em *A ordem privada e a organização política Nacional* um esforço por pensar as determinações de diferentes cores – política, econômica, cultural – que tornam possível um regime personalista como o de Vargas, na mesma medida em que busca demonstrar a partir destas mesmas determinações, a inadequação de regimes ditos de “Estado Forte” ao “espírito” brasileiro.

Daí flagre o autor uma ordem privada que ditara os rumos da política no país e que se atualizava no governo Vargas. Uma ordem que é tanto produto do atraso – já que herdada da colonização portuguesa, ou seja, de uma sociedade ela mesma arcaica e não propensa ao espírito público –, quanto produtora deste atraso, posto que da ausência do espírito da coisa pública retira sua razão de ser. Neste ponto a crítica tem um endereço certo: Azevedo Amaral. Para Duarte, “um dos preconceitos mais sutis e influentes de nossas concepções políticas consiste em identificar o processo de formação de nossa nacionalidade com a política de centralização do poder”.³⁸ Nada em maior desacordo com as formulações contidas em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, onde Azevedo Amaral diz que “o novo Estado Brasileiro (...) não é (...) uma criação arbitrária

³⁷ Paulo Silva. Op. cit. p. 165.

³⁸ Nestor Duarte. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Op. cit. p.113.

violentamente imposta à nação. Pelo contrário, a sua estrutura decorre de antecedentes registrados na história (...) do país.”³⁹

Estes pontos emergiram novamente em um ou outro momento da argumentação. O que estou querendo ressaltar aqui é que esta intervenção político-sociológica de Duarte pode ser lida para além das conexões mais imediatas que ela sugere. Ou seja, as associações com o mundo social, ou, de outra forma, da relação entre a prática discursiva e a prática político-institucional. Não estamos sugerindo que não exista tal relação, como fica claro no debate de Duarte com Amaral. No entanto, o ensaio de Duarte revela mais que uma defesa do federalismo. Ele comporta um discurso nacionalista que desde o final do século XVIII vinha colocando a necessidade dos indivíduos participarem de uma “Nação” e que teve, no Brasil, seu tempo forte entre as décadas de 1920 e 1940. Este discurso, que tem como correlato a idéia de civilizar o povo, ou no caso de Duarte, educá-lo para o sentido da coisa pública, traduz a busca por colocar o país nos trilhos da história, ou, em outros termos, torná-lo moderno. Daí que tomá-lo apenas como fundamento ideológico das elites políticas baianas em busca da reconquista de seu lugar ao sol faria perder essa dimensão mais ampla que o escrito comporta.

É neste sentido que importa colocar os questionamentos em torno daquilo que Foucault chamou de “função autor”. Fissurada em seus fundamentos, seria então possível pensar essa prática discursiva em sua relação com outras séries de práticas – como as políticas – sempre em termos de conexões, aproximações e afastamentos, nunca estabelecendo relações de determinação.

A esta altura não há mais mistérios. Aquele que respondia pela relação entre o autor e sua terra natal, que garantia a coerência entre real vivido e sua representação, poderia ser explicado por uma concepção literária que tem como agenda a conformação da nacionalidade. Daí ter que, seguindo essa trilha, espelhar a realidade da nação, atualizá-la. Por isso, menos literatura para mais honestidade. Da mesma forma, se não há determinação, vejamos como se passa, no caso de Duarte, a relação entre o intelectual e o político.

³⁹Azevedo Amaral. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Ed. UnB/Câmara dos Deputados, 1981. A primeira edição da obra é de 1938.

Seção II – Política de intelectuais na Bahia.

Ao final do seu livro *O século dos Intelectuais*, Michel Winock afirma que “o contrapoder espiritual de que nossa sociedade carece só pode ser um poder difuso, que ninguém, nenhuma consciência individual superior, ou grupo privilegiado podem encarnar”.⁴⁰ Essa é uma sugestão relativamente recente para o estatuto do trabalho intelectual. Talvez não fosse possível precisar o momento de sua emergência, mas, em contrapartida, talvez seja correto dizer que em 1968 ele encontra um ponto de não-retorno.⁴¹

A questão é que, como sugere Foucault, a politização do intelectual se dava a partir de duas condições: primeiro, seu posicionamento enquanto intelectual na sociedade de classe; segundo, seu discurso revelador de verdades e desvelador de relações políticas onde elas no geral não eram percebidas. Para Foucault, “o intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência.”⁴² Desta maneira, a partir da metade do século passado tanto este processo de politização quanto o lugar do intelectual nos embates políticos são deslocados para um nível menor, da política mais molecular. Desde então esta percepção daquilo que vem a ser o intelectual, de seu lugar e do papel que ele venha a jogar em uma determinada sociedade, permanece em cheque.⁴³ Entretanto, houve momentos em que ela, a imagem daquele que falava aos que não sabiam e em nome dos que não podiam, grassou quase que incontestemente.

No Brasil, há períodos em que é possível observar a atuação destes indivíduos que encarnavam a consciência e a eloquência da nação – ou a favor da nação. Neste caso, alguns recortes temporais podem ajudar a compreender as diferentes maneiras dos intelectuais colocarem os problemas da nação. Assim, a geração dos anos 1920-1940 teria em vista a questão da identidade nacional e a organização das instituições políticas que, devidamente adequadas à realidade nacional, tornariam possível o surgimento de

⁴⁰Michel Winock. **O século dos Intelectuais**. Trad. Eloá Jacobina. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 800-801. Logicamente Winock está referindo-se à sua sociedade francesa. Mas talvez possamos estabelecer pontos de contato entre suas inferências e nossos propósitos.

⁴¹Foucault dirá que o momento da emergência do “intelectual específico” se daria em algum ponto imediatamente posterior à segunda guerra, marcando uma diferença fundamental em relação ao “intelectual universal”, portador da consciência e da eloquência. Cf. Michel Foucault. **Verdade e Poder**. In. **Microfísica do Poder**. 20ª. ed. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

⁴² Michel Foucault. **Os intelectuais e o Poder**. In. **Microfísica do Poder**. Op. cit. p.70-71.

⁴³Isto porque, ainda com Foucault, “os intelectuais descobriram (...) que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem”. Idem. p. 71.

uma sociedade política.⁴⁴ Já a geração que iria de 1954 até o golpe de 1964 consideraria efetuada a fusão entre povo e nação, ou seja, não cumpria mais assegurar a coesão interna, “mas sim defender a nação dos interesses imperialistas”.⁴⁵

Com efeito, se observarmos as questões que Duarte aborda em seu ensaio, poderíamos ver certa confluência entre as colocações de Daniel Pécaut e aquilo que o intelectual está ocupado em efetivar. Entretanto esta não é a questão, já que Pécaut acaba justamente perdendo algumas especificidades em sua análise geral da atuação intelectual entre as décadas de 1920 e 1940⁴⁶. O que importa aqui é observar quais temas (definição de um caráter nacional, construção de instituições adequadas à realidade brasileira, desejo de vir-a-ser moderno etc.) e com quem Duarte debatia em sua elaboração (Sérgio Buarque, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral). Neste sentido a sugestão de Pécaut nos parece bastante profícua no que tange às formulações de Nestor Duarte em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*.

No entanto, esta não foi a primeira intervenção intelectual do autor. Antes do ensaio de 1939, Duarte já havia lançado sua “Tese” *O Direito: Noção e Norma*⁴⁷ com a qual se tornou professor da Faculdade de Direito da Bahia e o já referido romance *Gado Humano*. Já na década de 1940 publicará na revista da Ordem dos Advogados da Bahia um pequeno texto de natureza jurídica.⁴⁸ Apareceria ainda, entre outubro e novembro de 1940, com uma série de quatro artigos intitulados *Inquérito sobre a economia baiana* e, finalmente em 1947, apresentaria na Câmara Federal seu projeto de reforma agrária que mais tarde será convertido em livro.⁴⁹

⁴⁴ De acordo com José Murilo de Carvalho entre a independência e 1945, passando pelo regime de Vargas, foram construídas pelo menos três imagens da nação brasileira. A primeira, forjada no Império, teria sido marcada por uma ausência, que é a do povo; a segunda, já na República, seria marcada por uma visão negativa do povo; e, por fim, aquela forjada no Estado Novo seria marcada por uma visão paternal do povo. Cf. **Brasil: Nações Imaginadas**. In: **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 233-268.

⁴⁵ Sobre esta periodização ver Daniel Pécaut. **Os Intelectuais e a Política no Brasil – entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ed. Ática, 1990. p. 14-15.

⁴⁶ Por exemplo, Pécaut dirá que a corrida rumo à “realidade brasileira” desembocava na rejeição aos modelos democráticos. O que não é totalmente verdadeiro como deixa entrever o próprio trabalho de Duarte e a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

⁴⁷ Nestor Duarte. **O Direito: Noção e Norma**. Salvador: Oficina Dois Mundos, 1933.

⁴⁸ Importante notar que se trata de apenas um texto. Ou seja, há um equívoco em certas referências ao se reportarem a dois textos inexistentes de Duarte: **Os fundamentos do direito natural** de 1941 e **As direções do positivismo jurídico** de 1942. Cf. Nestor Duarte. **Os fundamentos do direito natural e as direções do positivismo jurídico**. In. **FORUM: Revista do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia**. Vol. XIV. Ano VI, Fasc. 9, maio/junho de 1941. pp. 277-288.

⁴⁹ Nestor Duarte. **A Reforma Agrária**. Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação. Rio de Janeiro. 1953.

Essa breve sinopse de sua atividade intelectual nos auxilia a demonstrar como a produção de Duarte é relativamente profícua entre as décadas de 30 e 40 e, também, como essa produção apresenta certo nível de diversificação. Assim, soma-se a textos jurídicos, romance, ensaio histórico, textos sobre economia, projeto de reforma agrária etc., os seus discursos e intervenções na breve experiência legislativa do Estado entre abril de 1935 e novembro de 1937. Desta forma, ainda que restem poucas dúvidas sobre as relações que existam entre as diferentes obras do autor, não deixa de soar como certo exagero a idéia de Laguardia, segundo a qual “a trajetória política, as obras de filosofia do direito, de sociologia, de direito agrário e os romances de Nestor Duarte revelam-se complementar”.⁵⁰

Antes de incorrerem nessa ilusão biográfica⁵¹ podemos analisar sob quais termos estabelece-se a relação entre sua prática discursiva e sua prática política, entre as dimensões intelectual e política de nosso autor.⁵²

Para que o problema da relação entre os intelectuais e a política faça sentido, como propõe Bobbio,⁵³ seria necessário que os intelectuais formassem, ou acreditassem formar, em determinado país, uma categoria à parte e, por conseguinte, que tal categoria possuísse, ou imaginasse possuir, uma função política própria, que pudesse marcar uma diferença em relação a todas as outras categorias ou classes que compõem aquela determinada sociedade.

Em linhas gerais, Bobbio parece estar pondo em cena elementos de duas clássicas definições do intelectual moderno. Uma de Gramsci⁵⁴, para quem todos os homens seriam intelectuais, ainda que nem todos os homens desempenhassem na sociedade a *função* de intelectual - daí que Bobbio fale em “função política própria”; a

⁵⁰ Gisele Laguardia. Op.cit. p. 168.

⁵¹ Cf. Pierre Bourdier. **A ilusão biográfica**. In: **Usos e abusos da história oral**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp. 183-191.

⁵² Não se trata de postular uma separação nítida entre as duas esferas, menos ainda de desprezar a dimensão política que o trabalho intelectual pode assumir. Sobre isso seria interessante ver o colorido que próprio Duarte atribui a seu ensaio quando de sua segunda edição. Diz ele que ao surgir “em época [1965] de perigos e vicissitudes semelhantes [a 1937]” seu texto “por mais isento que seja, é uma forma de participação inevitável na luta e nos compromissos do desenvolvimento da grandeza política do país.” Cf. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. Op. cit. p. xii.

⁵³ Cf. Norberto Bobbio. **Intelectuais e classe política**. In: **Os intelectuais e o poder: dúvidas e desafios dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Trad. Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: EDUNESP, 1997.

⁵⁴ Os indivíduos que exercem esta função intelectual na sociedade são para Gramsci de dois tipos, os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. Os primeiros, administradores, professores, clérigos etc., continuariam geração após geração encarregados de fazer a mesma coisa. Já os segundos, criados organicamente junto com classes ou empresas, estariam imbuídos de organizar interesses, conquistar o poder. Cf. Antonio Gramsci. **A formação dos Intelectuais**. In: **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Nelson Coutinho. 5ª. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1985. pp. 3-23.

outra definição é de Julien Benda⁵⁵, para quem os intelectuais seriam um grupo restrito, indivíduos completos e que constituiriam a consciência da humanidade (por isso Bobbio fala em formar ou acreditar formar uma categoria a parte).

Ora, afirmar que os intelectuais constituíam e, talvez mais ainda, *acreditassem* constituir uma categoria à parte na sociedade baiana (e mesmo brasileira) das décadas iniciais do século passado parece fazer certo sentido. Poder-se-ia atribuir esta condição do intelectual na Bahia no período de 1930-1940 à pouca disposição de estabelecimentos de ensino no Estado? Esta não nos parece uma via de explicação satisfatória.⁵⁶ Com efeito, a posse de um saber é fundamental para o exercício do poder, mas já aqui seria possível introduzir uma indeterminação nessa relação de saber-poder. A nosso ver a questão não é tanto de quem pode ou não pode interpretar o mundo (se o Duarte intelectual ou os sertanejos ignorantes que ele quer “educar”), mas sim de quem tem poder para tornar sua interpretação a mais adequada, hegemônica, por assim dizer. Daí que a ênfase recaia sobre a posse de um saber socialmente legitimado.

Nesse sentido, a idéia de uma “função específica” no caso de Nestor Duarte se apresenta sob um duplo aspecto: de um lado, trata-se da produção e do preenchimento de um “espaço em branco” (construção e legitimação da própria função), ou seja, uma vez que não há povo político, que não há forças sociais próprias de uma sociedade moderna (produção do espaço em branco), é ao intelectual que cabe a função mediadora entre o social e o político (preenchimento do espaço em branco); do outro lado, a interpretação do social é operada para que outros não a façam, ou para que outras interpretações sejam silenciadas (por isso Duarte nega qualquer dimensão política na relação do sertanejo com o fazendeiro assim como simplesmente ignora a existência de uma agência significativa do movimento operário na Bahia da década de 1930)⁵⁷.

É nestes termos que falamos na crença de Duarte em sua função específica, pois, como sugeriu Pécaut para um conjunto mais amplo de intelectuais no período de

⁵⁵ Sobre o livro de Julien Benda *La Trahison des Clercs* (sem tradução no Brasil) ver Norberto Bobbio. Julien Benda. In. Op. cit. pp. 37-65.

⁵⁶ Tanto Consuelo Novais (Op. cit. p. 188.) quanto Paulo Silva (Op. cit. p.79.) sinalizam a pouca difusão dos estabelecimentos de ensino pelo interior do Estado, ainda que não estabeleçam isto como condição para a conformação dos intelectuais como um grupo à parte. Seria importante notar que a grande quantidade de periódicos que circulavam nos municípios entre 1930 e 1940 sugere que a formação escolar seja relativizada no que tange ao desempenho da “função intelectual”, como é o caso de intelectuais que operavam na formação do consenso em torno da idéia de modernização da cidade de Itabuna e que, tendo estudado pouco, formaram-se eminentemente nos jornais. Cf. Erahsto Felício. **Os feirantes “são autônomos”: tensões na modernidade subalterna da feira-livre de Itabuna (BA) na década de 1950.** Inédito.

⁵⁷ Cf. Consuelo Novais. **Movimentos Sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado.** In. *Universitas*. n.º. 29. Salvador, jan/abr 1982. pp. 95-108.

1920-1940, eles se colocaram a serviço do conhecimento da realidade nacional e da formação da sociedade.

Entretanto, a fim de evitar conclusões rápidas, essa crença na posse da consciência e da eloquência da nação não poderia ser identificada de forma simplista na remissão de seu trabalho ao interesse individual. Também não explicaria muita coisa pensar que estavam atendendo a ditames dos valores de justiça ou moralidade. O que há é a crença de que possuem uma missão a desempenhar junto à sociedade. Puseram-se a serviço do conhecimento da “realidade nacional” e da conformação da sociedade a partir daquilo que julgavam ser adequado a tal realidade. Como coloca Pécaut, “o intelectual tinha de estar à altura da construção da nação, portador que era da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica.”⁵⁸

A consciência e a eloquência da nação colocavam-se a serviço de “salvá-la” de seu “atraso”. Para Duarte, a realidade brasileira era a da ausência do Estado, que fora sufocado por uma ordem privada. A necessidade que se impõe é mesmo a da conformação de um Estado que eduque o povo para a vida pública – que transforme o sertanejo ignorante em cidadão. Uma missão que viria a preencher o espaço não ocupado por outras forças sociais, como o próprio Duarte sinalizou, ao detectar na precariedade da urbanização a ausência de personagens que apenas no espaço urbano poderiam emergir, como no caso classe média, que ele julga inexistente. De resto, “o saber relativo às leis da evolução histórica” estava garantido pela sociologia⁵⁹ que, como ironizava Mario de Andrade, era a arte de salvar o Brasil rapidamente.

Desta maneira, ficamos inclinados a ver que se trata de mais do que uma justificativa ideológica que motiva a empresa de Duarte. Mas, façamos um breve recuo, para que possamos explorar mais o percurso do autor nas duas dimensões que sugerimos aqui.

Quando ocorreu o golpe de outubro de 1930, Duarte exercia o mandato de Deputado Estadual pelo Partido Republicano da Bahia. A “revolução de 30 [o] encontraria nas barricadas da ordem política e social vigente, a defender as prerrogativas arcaicas de um mundo que se desmoronava”.⁶⁰

⁵⁸Daniel Pécaut. Op.cit. p. 6.

⁵⁹Nunca é demais lembrar que umas das designações que posteriormente fora atribuída a boa parte da literatura produzida nos anos trinta é a de “romance sociológico” que, no mais, oferece a sensação de um oximoro mal elaborado.

⁶⁰ Godofredo Filho. Op. cit. p. 31.

A identificação com o antigo regime republicano feita em plena cerimônia de ingresso na Academia de Letras da Bahia em 1966 por Godofredo Filho soa-nos como um “presente de grego”. Principalmente por tratar-se do confrade que àquela noite era recebido, alguém que ostentava no currículo da vida política a imagem de ferrenho opositor a praticamente todos os governos que se instalara no país após trinta e, no caso específico da Bahia, um dos mais obstinados opositores da interventoria de Juraci Magalhães entre 1931 e 1937.

Até chegar ao Legislativo, Duarte percorreu um caminho muito parecido com o de alguns contemporâneos seus. Como lembra Paulo Silva, o ingresso em um curso superior (notadamente os de Direito e Medicina que eram os de maior prestígio) “abria as portas da ascensão. A primeira destas portas era a que dava acesso ao jornalismo. Em seguida, vinham as nomeações e a carreira político-partidária”.⁶¹



Figura 2: Academia de Letras da Bahia- Pasta nº 30. Seção de Documentos.

A imagem acima mostra a carteira de redator de Duarte no *Diário da Bahia* em 1925, jornal que após o golpe de 1930 se tornará veículo do PSD⁶². Os jornais, além de

⁶¹ Paulo Silva. Op. cit. p. 81.

⁶² Sobre a Imprensa na Bahia Cf. Luis Guilherme Tavares Pontes (org.) **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.

serem o palco privilegiado das disputas políticas na primeira metade do século passado⁶³ eram também o espaço onde a intelectualidade desfila suas habilidades. Intelectualidade esta que na Bahia dos anos 1930 e 1940 era composta fundamentalmente por médicos e advogados e que ditavam o tom do ambiente intelectual do Estado com seus escritos que iam da economia à crítica literária. Mas eles não ocupavam apenas os jornais. As revistas, apesar de escassas, constituíam também redes de sociabilidade intelectual onde estes autores se encontravam. As revistas que tiveram uma existência mais sólida eram aquelas ligadas a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia a da Faculdade de Direito e a da Academia de Letras da Bahia.⁶⁴ Esta última, apesar de ter sido fundada em 1917, apenas em 1930 passou a publicar sua revista. Na comissão de direção do periódico o nome de um verdadeiro “mito” da cena intelectual baiana: Carlos Chiacchio.

Formado em medicina, Chiacchio estará ligado a praticamente todos os empreendimentos literários levado a efeito na Bahia entre 1920 e 1947, ano de sua morte. É Chiacchio e o grupo que se articula em torno de sua figura que irá publicar entre 1928 e 1929 a revista *Arco & Flexa*, experiência de um “modernismo tradicionalista”, como dizia Chiacchio. Após um evento pitoresco – por ocasião da indicação do nome de Edith Mendes e sua eleição para ingressar na Academia em 1938, alguns acadêmicos, contrários à participação de uma mulher, acabaram por se afastar da entidade -, Chiacchio deixa a Academia e funda *Ala de Letras e Artes*, uma espécie de grupo de homens de letras, que promovia eventos artísticos além de dispor de *O Imparcial* para circular sua *Página de Ala*, seção do periódico dedicada às letras. A partir de 1939, o grupo passa a publicar a revista *Jornal de Ala*. Além destas participações Chiacchio assinará entre 1928 e 1946 artigos semanais em *A Tarde*, onde será um verdadeiro oráculo da literatura baiana.⁶⁵

Neste período aparecerá também a revista *Seiva* (1938), publicação do PCB. É nesta revista que Duarte publicará, naquele que seria o segundo número, de janeiro de

⁶³Cf. Tânia Regina de Luca. **A grande imprensa na primeira metade do século xx**. In. **História da imprensa no Brasil**. Ana Luzia Martins e Tânia Regina de Luca (orgs). São Paulo: Contexto, 2008. pp. 149-175.

⁶⁴ Cf. Paulo Silva. **A comunidade intelectual baiana**. In. Op. cit. pp.77-142

⁶⁵ Trata-se da mais que afamada coluna “Homens e Obras” que aparecia todas as quartas-feiras. Foi nesta coluna que em dezembro de 1936 Chiacchio analisou *Gado Humano*. Entusiasmado com um romance “absolutamente original”, o crítico fecha seu comentário de forma a reafirmar os temas e as estratégias de maior valia na composição romanesca de então: “aqui devo concluir pelo êxito completo de uma obra, que reúne, a um só tempo, a paisagem e o homem, o drama e o cenário, a alma e o corpo de um Brasil inexplorado em sua sensibilidade cabocla e rude”. Carlos Chiacchio. **Nestor Duarte**. In. “**Homens e Obras**”. *A Tarde*, 9 de dezembro de 1936.

1939, *Disciplina por coordenação e Disciplina por Subordinação*, que na verdade é um fragmento de uma “Oração de Paraninfo” que ele pronunciara em 1938.

Muitos destes empreendimentos que não estiveram ligados a instituições acabaram sendo bastante efêmeros, como é o caso de *Arco & Flexa* que não passou de cinco números, e *Jornal de Ala* durou entre 1939 e 1942. *Seiva* durará até 1943 com certa regularidade publicando no período 18 números. Ressurgiu em 1950, mas não passou de mais cinco números e acabou definitivamente. Encontraremos Duarte ligado mais diretamente apenas à revista *Fórum*, publicação da Ordem dos Advogados da Bahia, que apesar de ser fundamentalmente jurídica, como se pode imaginar, publicava textos de outra natureza, como uma crítica de Nelson de Souza Sampaio sobre *A ordem privada e a organização política nacional* em 1941. Duarte esteve na comissão de direção desta revista entre novembro de 1942 e dezembro de 1944.

Em linhas gerais, estas eram as redes de sociabilidade intelectual articuladas entre 1930 e 1940. Nelas imperavam os médicos e os advogados que, como dissemos, escreviam sobre domínios variados.

Jorge Amado⁶⁶ satirizou esse clima “enciclopédico” ao apresentar em seu romance de estréia uma imagem da Bahia onde todo mundo era intelectual, “o bacharel é por força escritor, o médico que escreve um trabalho sobre sífilis passa a ser chamado de poeta e os juízes dão valiosas opiniões literárias das quais ninguém tem coragem de discordar”.⁶⁷

A diversidade da produção de Duarte demonstra um pouco de como o autor participou deste clima. Em 1928 ele assinou um artigo em *O Imparcial* onde fez a crítica do romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida. Além do impacto muito positivo que a obra lhe causou, a impressão que ficou é de uma crítica que, de tão ornamentada, quase esquece a sua razão ser, que era o próprio romance. Neste mesmo

⁶⁶ À época de *Arco & Flexa* Jorge Amado encontrava-se em outras fileiras, na chamada Academia dos Rebeldes que publicou os também efêmeros *O Meridiano* (apenas um número em 1929) e *O Momento* (nove números entre 1931 e 1932). Sobre estes tempos de modernização cultural Jorge Amado dirá que “naquele tempo, as idéias viajavam em navio de carga e levavam anos pra chegar. O Modernismo, que explodiu em São Paulo em 22, levou cinco, seis anos pra chegar aqui... chegou por volta de 26, 27, com o primeiro livro de Eugênio Gomes, o poema *Moema*, com o primeiro livro de Godofredo Filho, *A Balada de Ouro Preto*. Por volta de 27, formaram-se aqui três grupos de jovens: o grupo Arco e Flecha, que publicava a revista *Arco & Flecha*, o Samba, que tinha a revista *Samba*, e a Academia dos Rebeldes, que editava a revista *Meridiano*. O Arco e Flecha tinha como guru o Carlos Chiacchio, crítico literário do jornal *A Tarde*, e reuniu pessoas como (...) o próprio Godofredo Filho (...). O nosso grupo era a Academia dos Rebeldes, de uma rebeldia arretada. Na Academia estavam pessoas que depois foram literariamente muito importantes(..). Cf. Jorge Amado. **Entrevista**. In. www.colmagno.com.br/plus/Valeria/ENTREVISTAJORGEAMADO.doc.

⁶⁷ Jorge Amado. **O país do carnaval**. 30ª. ed. Rio de Janeiro, Record, 1976. p. 35. Aqui nos apropriamos de uma referência já feita por Paulo Silva em **Âncoras de Tradição**. Op. cit.

ano Nestor Duarte ocupou, por indicação de Bernardino Madureira Pinho⁶⁸, então chefe de polícia do Estado, o cargo de delegado do Convênio Interestadual de Combate ao Banditismo.⁶⁹ Neste ponto, podemos ver como o percurso para adentrar o mundo da política partidária, tal como sugeriu Paulo Silva, já estava quase completo. Ele conclui esse percurso em 1929 com sua eleição pelo Partido Republicano da Bahia, como já referimos.

O central nesta construção é ver como Duarte se localiza naquela “ordem política e social vigente”, que “desmoronava”. Ela serve para tornar visíveis as redes de sociabilidade e de solidariedade (proprietários de jornais, chefes de polícia) das quais o autor participa e os mecanismos que fazem funcionar as relações de poder – ou a ordem política e social vigente, na qual Duarte se encontrava, como apontou seu confrade na recepção à Academia de Letras da Bahia.

No entanto, Godofredo Filho não tardou por tentar dissipar qualquer eventual mal entendido em relação à inserção de Duarte na antiga ordem. Assim, ainda que se encontrasse naquelas “barricadas” a “defender prerrogativas arcaicas de um mundo que desmoronava”, isto não implicava uma crença do então deputado de que as coisas deveriam permanecer inalteradas. Dai que tratou logo de restituir a integridade da “rebeldia” ao autor, ao esclarecer a Duarte e aos demais presentes na cerimônia de posse:

não que estivésseis nele integrado pelo espírito, ou que vossa adesão às normas consuetudinárias significasse convicção de que nada deveria mudar no cenário brasileiro, ou de que nossos velhos políticos, remanescente de uma belle époque que teimava em prolongar-se nos ridículos de seu anacronismos, continuassem a governar um país cuja realidade lhe escapava. Não que vivésseis apegado ao formalismo de soluções jurídicas inoperantes, dos que o grande Ruy [Barbosa]

⁶⁸ Preso pelo regime instalado em 1930, Bernardino foi inocentado dos crimes os quais fora acusado. É que a comissão de sindicância responsável por levar a efeito a “justiça revolucionária” na Bahia acabava se deparando com o inconveniente de ter que condenar antigos correligionários ou amigos. É ainda a Bernardino – e não a seu filho, Péricles, como encontramos em algumas referências – que Nestor Duarte dedicou seu romance *Gado Humano*. Sobre a justiça revolucionária ver Cf. Consuelo Novais. **Justiça Revolucionária na Bahia**. In. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. n°. 39, 1993.

⁶⁹ Tratou-se de um convênio formalizado em 1926 entre os Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Não há muitas referências no que diz respeito a esta atuação, mas há uma nota que não deixa de ser curiosa. Quando da passagem de Coluna Prestes pela Bahia, Duarte teria recebido ordens para enterrar as armas e munições de sua tropa que estavam na cidade de Jeremoabo, sob o risco desta ser assaltada pelos homens da Coluna. Tarefa feita, ela se mostrou desnecessária. Anos mais tarde, quando Prestes era já senador teria dito ao filho de Duarte, na promulgação da constituição de 1946, que não entrara em Jeremoabo por ter sido informado que a tropa a qual Duarte comandava estaria disposta a combater a coluna. Duarte, participando da conversa, teria dito a Prestes que um havia fugido do outro. Cf. Marcelo Duarte. Discurso de homenagem em 21 de fevereiro de 2002. (inédito) citado In. Waldir Freitas Oliveira. **Nestor Duarte. Inquietação e Rebeldia. Uma biografia Crítica**. Instituto do Advogado Gonçalo do Porto de Souza. Bahia. 2004. p. 41.

preconizava (...) mas (...) não mais encontrava ressonância nos anseios e novos rumos da mocidade. Não que a salvação do regime se vos afigurasse garantida porque (...) Júlio Prestes devesse (...) suceder (...) Washington Luiz. Não (...) esta injustiça não vos faço.⁷⁰

Imagem de rebelde recomposta, a cerimônia seguiu seu curso. Mas, fazendo uma provocação: o que teria acontecido se os eventos de 1930 não tivessem, de certa forma, alterado a correlação de forças na cena política da Bahia? Enquanto soltamos nossa imaginação, vejamos uma versão para aquele fatídico outubro – ao menos para uma parcela daqueles que comandava a política no Estado.

O Partido Republicano da Bahia, o qual Duarte integrava, dominava a política partidária estadual desde a sua fundação em 1927. Era composto tanto por novatos como o próprio Duarte quanto pelos velhos nomes como J. J. Seabra (que havia sido governador nos mandatos de 1912-1916 e 1920-1924), Otávio Mangabeira (Ministro do governo Whashington Luiz) e Góes Calmon (governador entre 1924 e 1928). Em outras palavras, o PRB congregava em suas fileiras até mesmo grupos rivais (no caso dos seabristas e calmonistas) com vistas a “assegurar a paz no Estado”.⁷¹

A “paz” entre os grupos tinha por horizonte a indicação do calmonista Vital Soares – que sucedeu Góes Calmon no governo do Estado – para compor, na condição de vice-presidente – a chapa com Júlio Prestes nas eleições para presidente em 1930. Para assumir o lugar de Vital Soares no governo do Estado seria então viabilizado o nome Pedro Lago, então senador federal. O nome do senador não era consenso e seguiu-se uma disputa a favor de outros nomes como o do próprio Otávio Mangabeira (que mais tarde seria então governador do Estado entre 1947 e 1951), de Simões Filho (fundador e proprietário do jornal *A Tarde*), e de Miguel Calmon (irmão de Góes Calmon). Ao fim e ao cabo fechou-se em torno do nome do próprio Pedro Lago.

Entre mortos e feridos salvaram-se todos. O PRB permanecia acomodando os mandatários da política local e, em muito breve, a Bahia teria um representante na vice-presidência. Mas, eis que a ordem desmoronou...

Com a emergência do regime Vargas em 1930, praticamente todas estas figuras foram afastadas de seus postos. Destes, apenas Seabra colaborou com o novo governo. O ex-governador da Bahia foi quem primeiro presidiu o Tribunal Especial, encarregado de julgar os crimes de corrupção apurados nos Estados pelas Comissões de Sindicância.

⁷⁰ Godofredo Filho. Op. cit. p. 31.

⁷¹ Consuelo Novais Sampaio. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política da acomodação**. Salvador, EDUFBA, 1988. p. 206.

Fundado em novembro de 1930, em março de 1931 o Tribunal Especial viu seus membros se demitirem. Julgar velhos colegas não era uma tarefa muito agradável, como falamos anteriormente.

Ainda que para alguns chefes – principalmente alguns lendários “coronéis”⁷² – as coisas tivessem mudado para que tudo permanecesse como antes, como escrevera certa vez Lampedusa, os acontecimentos de 1930 instauraram mesmo uma ruptura, uma quebra com a rotina para os *calmonistas*, *mangabeiristas* e *seabristas*⁷³ –, estes últimos de volta à oposição. Longe das prerrogativas que julgavam suas, esses grupos vão colocar a necessidade de um novo acordo.

Desta forma, embora alguns dos antigos nomes da política local tivessem morrido neste meio tempo - como foi o caso de Góes Calmon e Vital Soares -, o retorno de alguns outros do exílio - como Otávio Mangabeira e Simões Filho- e sua reunião sob a sigla da Concentração Autonomista não deixa de sugerir que, ainda que longe de seus velhos postos, os remanescentes da velha política anterior a trinta não haviam esquecido as estratégias que fizeram suas fortunas antes dos eventos de 1930. A nova velha união terá em vistas as eleições de 1933 e 1934 como antecipamos, e foi nesta última que Duarte retornou, desta vez como “autonomista” ao jogo político.

É na órbita destes eventos que se conforma a configuração da política governamental e partidária da Bahia imediatamente posterior a trinta. Por que traçá-la? Ora, já tivemos a oportunidade de sugerir que não vemos na produção de Duarte a dimensão de uma apologia do federalismo e nem o esforço de inventar uma tradição autonomista. A crítica à apropriação do público pelo privado e a contestação da adequação do modelo de Estado forte à “realidade brasileira” são temas centrais do ensaio *A ordem privada e a organização política nacional*, que não nega seu endereço ao governo Vargas. Só que antes de ser a tentativa por fundamentar, a partir de experiências históricas, a “vocação autonomista da Bahia”, tais críticas traduzem os elementos que estruturam um programa político e intelectual mais amplo: criar um Estado adequado à “realidade brasileira”, promover a educação do “povo” para o

⁷² Sem contar com o apoio político de parcela significativa destes ex-dirigentes, que tinham em verdade sua força política nos redutos políticos dos chefes rurais, o interventor tratou de forjar sua base de apoio precisamente junto a alguns destes chefes, conforme colocamos na nota 25. Como dirá em suas memórias, Juraci Magalhães foi “criar base política no interior (...) procurando o médico do lugar, o advogado, enfim, a pessoa que liderava a política municipal para em torno dela arregimentar um maioria.” Cf. Juraci Magalhães. **Minhas memórias provisórias**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981. p. 80.

⁷³ Como eram designadas as forças que compunham e comandavam a cena política partidária no período, em referência aos nomes de Góes Calmon, Otávio Mangabeira e José Joaquim Seabra.

sentido da coisa pública (tornar o sertanejo cidadão), ou seja, torná-lo político; enfim, modernizar a “nação”.

A crítica aos governos ditos fortes, aliás, havia sido feita pelo autor em uma *Oração de Paraninfo* que pronunciou em 1938. Na ocasião Nestor Duarte distinguiu duas naturezas de disciplina. Uma que seria fundada na autoridade que se expressa pela violência e suprime a liberdade e outra, que seria humana, que diz de uma ordem fundada na liberdade.

Para o autor,

quando se estende o princípio da disciplina por subordinação – e este é o sentido essencial dos totalitarismos contemporâneos – começa-se também por criar uma subversão na linha de equilíbrio da solidariedade humana, ainda que se o faça em nome de uma ordem, porque se ordem é silêncio e conformidade, nenhuma é mais perfeita do que a ordem gerada pela violência.⁷⁴

Nenhuma incompatibilidade com as acusações que desde 1935 Nestor Duarte já vinha desferindo contra o interventor Juraci Magalhães e Getúlio Vargas.⁷⁵ O contraponto a tal regime totalizante e que suprime a liberdade seria um disciplina fundada em outros termos, uma vez que

para o homem, para uma sociedade, que o criou como valor, e que se afirma, afirmando-o, a disciplina normal, extensiva, é a disciplina por coordenação. Ela se contrasta com a outra. Tanto mais legítima é uma ordem quanto menor for a relação de violência em que se estriba. E só é menor a violência, si maior a extensão do princípio de coordenação.⁷⁶

A *Oração* de Duarte adquiriu uma dimensão absolutamente estratégica se pensarmos no pouco tempo que se passara desde o golpe de 1937. Além disso, ela carrega mesmo uma fala contra o arbitrário, já que o autor havia sido preso, sob a pecha de “perigoso comunista”, a mando do novo interventor, coronel Antonio Dantas, que substituíra Juraci Magalhães no governo do Estado. Daí ela mais do que saudar os

⁷⁴ Nestor Duarte. **Oração de Paraninfo aos Bacharéis de 1938**. In. Josaphat Marinho. **Nestor Duarte, mestre e reformador social**. Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador – 1994. p. 20.

⁷⁵ Na edição de 14 de dezembro de 1934 o jornal *A Tarde* que era o porta voz dos “autonomistas” publicava uma matéria que ocupava praticamente toda a sua primeira página. A matéria trazia fotos de um estudante de medicina que havia sido espancado a mando do interventor. O anedótico fica por conta da suposta motivação: o azar do estudante que entre um passo e outro de jazz, um balanço e outro do navio no qual se comemorava o dia do marinheiro, acabou por esbarrar no capitão Juraci Magalhães. Na época Duarte e outro “autonomista”, Luiz Viana Filho, fizeram a defesa do estudante, que não fora “apenas” espancado, mas preso também. Outro caso que também ganhou as manchetes e fora atribuído ao “agente do Sr. Getúlio Vargas”, como dizia o jornal, foi o espancamento de Simões Filho, dono de *A Tarde*.

⁷⁶ Nestor Duarte. **Oração de paraninfo aos bacharéis de 1938**. Op. cit. p. 21.

bacharéis torna-se a possibilidade do autor reafirmar ditames “democráticos” e a necessidade de governos orientados pelo princípio de “liberdade”. Por tanto, dirá Nestor Duarte,

a liberdade é, assim, um princípio cômodo. A ordem que a toma por tese, porque exiga um mínimo de força, dispenderá também um mínimo de energia e de vigilância. E a prova está em que os regimes que a suprimem instituem um Estado-Polícia, que resume toda a atenção e toda energia do Poder Público (...) um Estado de desesperada vigilância. Porque di si mesmo é fraco, sente a necessidade de ser violento. O problema, pois, do Estado forte é um problema de conciliação com a liberdade, porque começa a experimentar a desnecessidade da violência.⁷⁷

Mas ler estas colocações do autor apenas como a convicção em valores “democráticos” e na defesa da “liberdade” faria perder de vistas um sentido maior que elas comportam. Se a “realidade” brasileira é a da desnecessidade do Estado, ou seja, se há uma resistência na sociedade brasileira a uma organização política, fundada na impessoalidade, não será a imposição de um estado-polícia que resolverá esta questão. Inadequado de todo à “realidade brasileira”, tal Estado continuaria perpetuando o império da ordem privada e ditando as regras da organização política nacional. A criação de um Estado adequado a tal “realidade” emerge como única possibilidade de insuflar no povo o espírito político necessário para tornar o país moderno. É esta tarefa conciliatória entre uma identidade nacional e as instituições adequadas para promover seu desenvolvimento que cumpre ao intelectual na ótica de Nestor Duarte.

Assim, no caso do autor, mencionar uma interferência entre campo político e campo intelectual ou apontar uma politização de sua produção intelectual seria talvez simplista. A marcha para a “realidade brasileira” comanda a definição do que vem a ser o “político” e define a politização da produção intelectual.

A esta altura, poderíamos retornar a nossa questão, aquela do que teria se passado se o acontecimento 1930 não tivesse feito ruir a rotina daqueles que compunham a ordem na qual Duarte fora encontrado nas barricadas como sugeriu seu confrade.

Ora, quando assinalo uma discordância em relação à leitura de Paulo Silva que coloca *A ordem privada e a organização política nacional* como fundamento ideológico do “autonomismo” baiano não quero dizer que tal escrito ou o conjunto da produção do autor que analisamos aqui não atenda a uma perspectiva que o coloque como agente de

⁷⁷ Idem. p. 21.

um grupo e que trabalha para a construção de uma coerência programática do poder. O que estou apontando é a existência de um programa mais ambicioso e a ausência de certa nostalgia que o texto de Paulo Silva sugere à leitura que Duarte faz. Explico.

Quando digo ausência de nostalgia quero sugerir que Duarte não estava indisposto com os governos postos em movimento em 1930 e 1937 pelo fato destes governos terem feito ruir a ordem oligárquica na qual ele se encontrava (como disse Godofredo Filho). Mas, justamente pelo fato destes governos terem dado continuidade, na sua perspectiva, àquela política oligárquica da chamada República Velha.

Com efeito, o discurso de reconquista do prestígio que a Bahia teve no Império que é mobilizado pelos autonomistas a partir de 1930 e que então serviu também para as reivindicações mais imediatas (reconquista do controle do aparelho estatal por parte da elite desalojada) foi mesmo aquilo que sustentou o programa deste grupo político. No entanto, ele coloca alguns inconvenientes para a análise. Primeiro, ele diz respeito apenas a uma parcela da chamada elite política baiana, já que outros componentes desta elite estavam em plena sintonia com a interventoria de Juracy Magalhães, como no caso do coronel Franklin de Albuquerque, como dissemos; segundo, pensar que mesmo esta parcela da elite que foi afastada do aparelho burocrático foi também sumariamente afastada do poder não traduz uma realidade. Como colocamos, apesar de Juracy Magalhães ter conseguido de forma rápida uma penetração nos redutos de alguns chefes locais espalhados no interior do Estado como mostrou o resultado das eleições de 1933, é de se imaginar que os rincões de *mangaberistas*, *seabristas* e *calmonistas* não desapareceram do dia para a noite, como o ficou patente nas eleições de 1934⁷⁸. O poder político não pode ser reduzido ao aparelho de estado ou a sua disputa.

Desta forma, o programa esboçado por Duarte adquiriu uma dimensão mais ambiciosa e não menos prática, já que não pretende um retorno nostálgico ao estado de coisas da antiga república. Em nossa leitura o programa esboçado por Duarte implica que a partir de uma autoridade conferida por um saber (o sociológico) se estabeleça um espaço e os sujeitos a serem reformados (o sertão e os sertanejos) e então o inscreva na modernidade, fechando o regime civilizatório com a coerência do progresso. Em termos mais claros, modernizar a “nação” é um esforço para se sentir em casa nela, é não estar mais sujeito, por exemplo, a intempéries como as de 1930 e 1937.

⁷⁸ Sobre estas disputas eleitorais em 1933 e 1934 na Bahia ver as páginas 31 e 32 deste texto.

Esta é uma dimensão visível na própria maneira como Duarte conduz seu ensaio. Ao invés de investir em um ataque puro e simples ao regime Vargas, onde poderíamos mesmo visualizar certo ressentimento pela perda de dois mandatos e uma prisão, o autor coloca sua argumentação no nível da formação histórica do país e da necessidade de torná-lo moderno. A agudeza do diagnóstico formulado em *A ordem privada e a organização política nacional* demonstra a insuficiência do discurso autonomista como via de compreensão e intervenção na “realidade brasileira” como Duarte a produziu em suas formulações discursivas.

Somente um “povo” educado para o sentido da coisa pública poderia efetuar um corte na tradição privada do exercício do poder. Isto encerra sob outros termos a conjugação de saber-poder a qual vimos nos referindo, ou seja, que a função intelectual do autor se funda no domínio do saber relativo aquelas “massas informes”, da formação da cultura (é preciso forjar almas de uma natureza diversa) e da organização do político (é ao Estado “democrático” tal como ele é concebido nos países “desenvolvidos” e não o autoritário Estado Novo nem as propostas como a comunista ou integralista o encarregado de tal tarefa).

Assim, estes são a meu ver os termos da relação entre a prática discursiva de Duarte e sua prática política institucional. Certamente não poderíamos responder à nossa questão contrafactual, mas observar a indeterminação a qual apontamos acima sugere a política de um intelectual mais ambiciosa e uma imagem de um intelectual-político sem nostalgia – e não menos prático em sua tarefa organizativa do poder. É este programa explícito que não podemos perder de vista e ao qual a imagem do “reformador social” tem algumas coisas a dizer...

Seção III – O intelectual reformador.

Já pudemos observar em diversas passagens algumas imagens de Nestor Duarte. O “rebelde” de Godofredo Filho; o “perigoso comunista” do coronel Antonio Dantas. A elas poderíamos somar mais algumas, elaboradas, por exemplo, por Josaphat Marinho, que foi seu aluno (naquela turma de 1938 e da qual Duarte fora o Paraninfo

como vimos) e o sucedeu na cadeira número trinta na Academia de Letras da Bahia após sua morte.⁷⁹

Embora algumas vezes traduzam um palavrório apologético, essas elaborações funcionam no sentido de tornar visível de que maneira diversas camadas discursivas vão se sedimentando e trabalhando no sentido de construir “uma” imagem do autor. Em outros termos, estas construções imagéticas seriam responsáveis pelo estabelecimento daquilo que Bourdier chamou de “ilusão biográfica” ou, a busca por forjar uma crença na existência de um eu coerente e contínuo.⁸⁰

Antes de seguirmos por estas apresentações olhemos outro tipo de produção que joga um papel tão importante quanto na construção da imagem de um autor: o discurso auto-referencial.

A escrita auto-referencial ou, em termos mais elegantes, a escrita de si⁸¹, pode, como sugerimos, funcionar como poderosa ferramenta na elaboração de uma imagem coesa de um indivíduo. Entretanto, esta categoria de escritos que comporta memórias, cartas, diários, e que é cada vez mais requisitada para a produção do discurso historiográfico, pode também fazer com que se alcance um efeito diverso daquela ilusão biográfica, flagrando na tagalerice destes discursos os silêncios que eles produzem.⁸²

Não dispomos de alguns destes materiais no caso de Duarte. Seja por impossibilidade de acesso (no caso de correspondências) ou por inexistência (no caso de memórias), ficamos limitados a flagrar as auto-imagens do autor em algumas intervenções suas no legislativo baiano e em uns poucos textos, como é o caso de seu discurso de posse na Academia de Letras da Bahia. É por eles que iremos por umas poucas linhas.

No texto que pronunciou naquela noite de 30 de março de 1966, Duarte tentou oferecer uma imagem de quem foi ao longo de sua vida atravessada por atividades tão diversas. Um pouco como uma tentativa de conciliação entre o “revolucionário” que, segundo Godofredo Filho, Duarte afirmou ter sido durante toda a sua vida e o “rebelde”, que o próprio Godofredo Filho o considerava. Assim, disse o autor de *Gado Humano*,

⁷⁹ Josaphat Marinho disse que foi o próprio Nestor Duarte que lhe pediu que se candidatasse para ocupar sua cadeira quando de sua morte. Cf. Josaphat Marinho. **Discurso de posse**. In. **Discurso de posse de Josaphat Marinho**. Academia de Letras da Bahia. Bahia, 1972.

⁸⁰ Cf. Pierre Bourdier. Op.cit.

⁸¹ Cf. Ângela de Castro Gomes. **Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo**. In. Ângela de Castro Gomes (org.) **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 7-24.

⁸² Um trabalho que acaba utilizando forma bastante positiva esta categoria de textos é o trabalho de Maria Lucia Pallares-Burke sobre Gilberto Freyre. Cf. Maria Lúcia Pallares-Burke. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

“de mim confesso, com o perdão da má palavra, que não passo de um reformador social. Equivale a dizer do sentido de minha participação e do meu compromisso numa obra e numa luta que excede a mim mesmo e em que excedo a mim próprio”.⁸³

As belas palavras reforçam a imagem de hábil orador⁸⁴ e lançam sobre sua trajetória política e sua criação intelectual um bem comportado epíteto que recobriria todo seu percurso. É importante notar que o *Discurso de Posse* de Duarte, ainda que seguindo o ritual⁸⁵ que selava o acesso à Academia de Letras, cabendo-lhe discorrer sobre a obra de seu antecessor (o poeta Alfredo Pimentel) dispensa bem pouco espaço a obra deste. Duarte gastara onze das treze páginas de seu discurso falando do século turbulento que fora até então o século XX, do papel da Bahia e dos baianos nestes “tempos temerários” e, da responsabilidade que lhe acorre, com o ingresso em uma instituição que, para o autor, não tem outra missão senão a de ser “a colina consagrada e promocional da cultura bahiana. Afinal, ela é a Academia da Bahia! Isso é tudo.”⁸⁶

Se a *Academia* tem tão importante missão, menor não é a da Bahia e dos baianos. Por isso, diz Duarte, “são, maiores as tarefas dos que nascem numa grande terra”.⁸⁷ E não seria de outras geografias que emergiria a potência desta “grande terra” senão do sertão. Para o autor, “o sertão é um dos elementos do caráter bahiano (...) força e magma de sua natureza, heterogêneo que se soma à terra para fazer da Bahia sempre um total, nunca a simplicidade (...) [um sertão que assegurará] a continuidade de seu progresso.”⁸⁸ Já sugerimos como o sertanejo figurou na construção intelectual de Nestor Duarte como o representante do “caráter nacional” e a isto retornaremos.

Por ora cumpre expor que não seria exagero supor nesta destinação que o autor diz ser da Bahia e dos baianos aquilo que seria o seu próprio “destino” nos tempos acelerados do século XX. “Pertencço a meu século, disse Duarte, sei que não mereço,

⁸³ Nestor Duarte. *Discurso de Posse*. p. 10.

⁸⁴ Esta é uma imagem que transborda nas referências ao autor. Assim, afirmou Rubem Braga, “quase nunca escrevo sobre coisas da Constituinte [Federal de 1946] (...) quero abrir hoje uma exceção para saudar um novo orador que vem honrar a incrível tradição das bancadas baianas – falo de Nestor Duarte”. Cf. Rubem Braga. **Um Orador**. In: **Diretrizes**. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1946. Documento anexo em Waldir Freitas Oliveira. Op.cit.

⁸⁵ Como coloca Paulo Silva, “o processo de ingresso na Academia assumia naturalmente feições ritualísticas. Os membros da entidade seriam escolhidos mediante eleições secretas nas quais o candidato seria eleito se obtivesse a maioria absoluta dos votos. Uma vez eleito, preparava-se para a tomada de posse, momento vital na rotina da academia. Um veterano receberia o recém eleito, apresentando-o aos pares, enaltecendo seus méritos ou serviços prestados às belas-letas. Por sua vez, o novo confrade teria que pronunciar um 'Discurso de Posse' que deveria ocupar-se da obra do antecessor. Assim a memória da Academia seria construída”. Op. cit. p.137.

⁸⁶ Nestor Duarte. **Discurso de Posse**. Op. cit. p. 17.

⁸⁷ Idem. p. 12.

⁸⁸ Idem. p. 12.

nem posso preenchê-la, sua escala de grandeza. Se lhe tomo a altura é para dizer que estou sujeito, como todos nós, à sua atração, ao trabalho de seus dias, a suas crenças, seus valores, às paixões de seus projetos”.⁸⁹ Ainda que evoque a “Bahia” e os “baianos”, é a consciência e a eloquência do intelectual que transborda das linhas do texto. Parece ser menos de “Bahia” e dos “baianos” que sobre os conflitos que o acompanhara que fala Duarte. Conflitos que vão colocar o problema da visão do intelectual do que seria a “realidade” e os meios de intervenção, entre as determinações negativas e a razão criadora.

Não seria exagero colocar que em seu *Discurso de Posse* Duarte pretendeu forjar um “testemunho” de sua atuação e de suas convicções. Por tanto dirá que “crê na ação da vontade interventora e dirigente (...) que escapam (...) a determinismos primários”.⁹⁰ E, a esta altura, o “reformador social” já está consolidado.

Seria necessário ver nesta construção sua intencionalidade, a maneira como ela tenta recobrir todo o percurso político e intelectual daquele que fala com uma sobriedade que, ao colocar sua trajetória sob o signo da coerência – do “reformador social” –, apaga atrás de si os cortes que eventualmente tinha e invisibilizava as estratégias de acesso a manutenção do poder – ao contrário da inabalável coesão que supostamente sua atividade política comportaria poderíamos perguntar por estas estratégias em sua migração pelos partidos políticos.

Mas esta não é nossa questão mais importante. Se por um lado a imagem de “reformador social” tenta colocar este efeito, de outro ela revela os limites mesmos do próprio empreendimento intelectual. Pois a “reforma” na medida em que é forjada por aqueles que se pretendem representativos, que se colocam à tarefa de falar pelos outros, não pode ir além de uma reorganização do poder, de uma distribuição de poder. E estes são os limites mesmos daqueles que encarnavam a voz e a eloquência da “nação”, os limites da missão modernizadora. Pois se a “reforma” é colocada por aqueles a que ela dirá respeito, ai já deixa de sê-la, uma vez que colocará em questão o poder, sua totalidade e de sua hierarquia.⁹¹

⁸⁹ Ibidem. p. 10.

⁹⁰ Ibidem. p. 13.

⁹¹ Para uma crítica à noção de “reforma” Cf. **Os Intelectuais e o Poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze.** In. Michel Foucault. **Microfísica do Poder.** Op. cit. pp. 69-78.

É justamente esta estratégica imagem do “reformador social” que retomada é e atualizada por Josaphat Marinho em diferentes oportunidades.⁹² Estratégica porque ela trabalha no sentido de dar uma coerência insuspeita e um caráter benevolente da produção de Duarte.

Benevolente, pois é freqüente em Marinho a afirmação de que em Duarte existia a “preponderância do pensamento político ou da análise social, sem subordinação à dogmas e escolas”.⁹³ Para o discípulo a obra do mestre prezava única e tão somente pelos valores elevados da justiça social e não como a tentativa de um reordenamento do poder. Já a coerência insuspeita se mostra já que

deslocando-se do direito, da sociologia, da política e da administração à literatura, o romancista foi igualmente fiel à vocação do reformador social. De *Gado Humano* a *Tempos Temerários* e a *Cavalo de Deus* (...) o núcleo do pensamento é um só, repousado no destino do homem à luz do seu meio, de suas lutas, de suas infelicidades, na tentativa invencível de mais justiça social.⁹⁴

Nenhuma sugestão de que sua intervenção intelectual atende a uma ação de ordenamento programático do poder. Nenhum questionamento pelo fato de sua apresentação dos sertanejos operadas em *Gado Humano* os anule enquanto sujeitos e os coloque em posição de espera pela “educação” que os elevará da condição de “massa informe” a “povo político”. O que Marinho faz é, sem muita hesitação, seguir Duarte em sua auto-representação do reformador social. Daí que some à afirmação feita por Duarte de que não passava de um reformador, a convicção de que esta era a melhor expressão para designá-lo: “o pensador vigoroso, revestido de sentimento jurídico e político, havia de ser, um reformador social (...) na verdade, pensou e agiu, enquanto pôde pensar e agir, como um reformador social.”⁹⁵

Não obstante a dimensão conciliadora e asséptica que a expressão adquire tanto em Duarte quanto em Marinho ou Godofredo Filho, ela, como dissemos, expressa os limites da abrangência do projeto modernizador do autor. Pois se é verdade que as representações do mundo social estão sempre a serviço dos grupos que as forjam, então

⁹² Marinho escreve sobre Duarte em: Josaphat Marinho. **Discurso de Posse**. Academia de Letras da Bahia. 1972; Josaphat Marinho. **Nestor Duarte, mestre e reformador social**. In. **Nestor Duarte: mestre e reformador social**. Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994; Josaphat Marinho. **O pensamento político no romance de Nestor Duarte**. In. **Revista da Academia de Letras**. nº. 35, 1988.

⁹³ Josaphat Marinho. **Discurso de Posse**. In. **Discurso de Posse na Academia de Letras da Bahia**. Academia de Letras da Bahia, 1972. p. 13.

⁹⁴ Idem. p. 11-12.

⁹⁵ Idem. p. 10-11.

é preciso notar no programa de Duarte e do grupo social ao qual ele está ligado que esta própria dimensão voluntária – senão voluntarista – dum processo modernizador que chega à sociedade por meio de um grupo que o conduz (ou se propõe a conduzir) encontra seus lindes naquele reordenamento do poder que, ao privilegiar tal grupo condutor, não faz mais que privilegiar os próprios setores hegemônicos.

Este é o sentido que “reformador social” adquire para nós e é para dentro deste programa que devemos olhar...

Seção IV – A *terra nulla* e a inscrição do moderno...

No percurso até aqui realizado, acredito que já formulei, em uma ou outra linha, uma ou outra “definição” do “intelectual” Nestor Duarte. Em um momento apareceu o “intelectual universal”; em outro o “reformador social” foi assumido ainda que em um sentido diverso do pretendido pelo próprio Duarte. No entanto, sem descartar estas imagens, creio que o fundamental é observar a “função” (como sugere Gramsci), como ela é desempenhada. O importante é ver como se operou o uso do saber, o uso da competência, da relação do autor com a “verdade” em suas lutas políticas.

É deste ponto incerto – a função intelectual mais do que buscar uma definição precisa para o conceito de intelectual - que podemos olhar o programa “reformador” de Duarte que se expressa fundamentalmente na sua idéia de modernização política tal como aparece em seu ensaio e que tem como correlato a produção daquilo que Homi Bhabha chamou “não-lugar”, ou seja, “a *terra incognita* ou *terra nulla*, a terra vazia ou deserta cuja história tem de ser começada, cujos arquivos devem ser preenchidos, cujo progresso futuro deve ser assegurado”⁹⁶, conformada na articulação de enunciados e imagens ligadas ao tema do “sertão” e do “sertanejo” presente proeminentemente em seu romance de estréia.

As próprias formas como emergem estas duas temáticas no autor já apontam sua participação numa nova forma de dizer e fazer ver a “realidade nacional”: o ensaio⁹⁷ e o romance sociológico.

⁹⁶ Homi K. Bhabha. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 339.

⁹⁷ Como se pode ver na produção intelectual das décadas de 1930 e 1940 há uma verdadeira proliferação da forma ensaio, que é a mais utilizada nas abordagens histórico-sociológicas. Como coloca Adorno, “o método do ensaio expressa sua intenção utópica (...) no ensaio, elementos discretamente separados entre si são reunidos em um todo legível; ele não constrói nenhum andaime ou estrutura. Mas, enquanto configuração, os elementos se cristalizam por seu movimento. Essa configuração é um campo de forças, assim como cada formação do espírito deve se transformar em um campo de forças”. Cf. Theodor Adorno. **O ensaio como forma**. In **Notas de Literatura I**. Trad. Jorge Almeida. São Paulo: Ed. Duas

A “realidade nacional”, como antecipamos, foi o material que a leitura tanto político-sociológica quanto romanesca de Nestor Duarte se propôs a dar conta. Foi ela que Duarte pretendeu representar em seu *Gado Humano*. Sobre essa “missão” da literatura em espelhar uma suposta identidade nacional Duarte tinha manifestado seu entusiasmo ainda nos tempos de “aprendiz de intelectual” nos jornais de Salvador. Na crítica que fez de *A Bagaceira*, Duarte entende que a grande qualidade do livro de José Américo de Almeida era espelhar a identidade nacional. O impacto daquele que é tido como o precursor do chamado “romance de 30” em nosso autor parece decisivo. Duarte se diz um autor expatriado, e deixa ver seu estado de espírito com a literatura do país: “não leio literatura nacional. E não leio porque não gosto de comprar por alto preço a mercadoria barata de nossas livrarias. Prefiro viver com os de fora, com os livros imigrantes a andar com os de casa, cuja escolha é sempre um erro e a preferencia uma decepção de sempre”.⁹⁸

Não teríamos como dizer que mercadoria barata era essa que nosso autor andava a folhear em suas horas de leitura. Mas, daquilo que julgou serem os pontos fortes de *A Bagaceira*, e vendo sua construção em *Gado Humano* podemos ter uma mostra do que importa em literatura para Duarte. Entre uma linha e outra, onde flui a própria imagem que Duarte faz dos temas do “sertão” e do “sertanejo”, flagramos as estratégias de José Américo que fazem fortuna com Duarte, pois são “aquelles typos que o escritor magnífico traçou com o vigor do músculo sertanejo, na expressão da viva realidade do meio, da cor local, da verdade nativa”,⁹⁹ que irão garantir a reconciliação do autor com “um livro nacional”, que é o próprio título de seu artigo. Realidade do meio, cor local, verdade nativa: antes de pensar essas noções ao nível da transparência da linguagem, como se estivessem “representando” uma “realidade” é por sua funcionalidade que devemos perguntar. Seria completamente vão perguntar por estes temas que se apresentam sob o signo do realismo e do verismo se não nos colocamos a questão de como eles funcionam, do que este discurso literário busca criar em sua exterioridade.

Para Duarte, em *A Bagaceira* fala-se de um espaço que “guarda as reservas moraes da raça”. Para ele, “se ainda não morreu o orgulho nacional poderemos nos gabar

Cidades; Ed. 34, 2003. p.31. No caso dos intelectuais brasileiros, as predileções por esta forma pode ser vista de mais de um ângulo. Revelaria diálogo com a estética modernista em uns (Sérgio Buarque de Holanda), e com os ensaístas ingleses em outros (Gilberto Freyre). Ver. Respectivamente: Antonio Candido. **Literatura e Sociedade**. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1967; e Maria Lúcia Pallares Burke. Op. cit. pp. 149-231.

⁹⁸Nestor Duarte. **Um Livro Nacional**. In. *O Imparcial*. Anno X – nº. 2906 – 18-04-1928.

⁹⁹ Idem.

da moeda sertaneja”.¹⁰⁰ Convertidos em uma essência, os temas do sertão e do sertanejo ganharam no realismo romanesco de Duarte – tal como em uma parcela significativa do chamado “Ciclo Nordestino” – uma linguagem e uma imagem que pretenderam colocá-los como representantes de uma cultura nacional. Ainda que colocados sob o signo de um radical atraso, espaço que comporta de forma mais emblemática aquilo que Duarte chamou de “feudalismo atípico”, o sertão é o repositório da moralidade nacional, aguardando a agência modernizadora a qual o intelectual se propõe.

Foi neste sentido que o autor se manifestou em uma análise do cangaço. Em um artigo publicado também em *O Imparcial* o autor irá até um tema que lhe era em dada medida familiar, já que fora delegado regional de combate ao fenômeno do cangaço. Para Duarte, mais dia menos dia, Lampião seria “pegado”. Se não o havia sido ainda, não teria sido por falta de empenho das forças policiais. O problema situa-se em outro plano, pois, diz o autor, “falamos muito em pegar Lampião, sem pensarmos em vencer a caatinga. De nada vale luta de peito a peito nem encontros mais belos nesse esporte galante de matar”.¹⁰¹ A questão não é tanto do emprego da força militar, mas das condições a que seria submetido tal empreendimento já que “ali, no ermo, tudo é anônimo na vastidão de um silêncio de terra maldita. Nem uma estrada. Uns trilhosinhos tortuosos levam a gente para a cilada, para um brinquedo trágico de 'esconde-esconde' que está mais adiante. Lampião, ali, ainda não morreu, porque está de braços dados com a caatinga”.¹⁰² Lampião é para o autor um problema do meio. Para ele, se fosse empreendido um estudo sobre tal meio, sobre a mentalidade e os hábitos que lhes seriam correlatos, seria possível desvelar causas sociais que deixariam à mostra a figura do “celerado” Lampião, e, revelaria “no sertão determinantes históricas que só outras causas, também sociais, farão desaparecer.”¹⁰³

Vencer o cangaço é uma tarefa que se confunde com a promoção de novas técnicas, seria antes de tudo uma vitória sobre o atraso no qual se encontrava o sertão. Portanto, “sem estradas e sem telégrafos a caatinga é invencível, e Lampião, um caso além da alçada da polícia”.¹⁰⁴ A visão negativa da geografia rural do país será uma constante em Duarte. Ela advém do problema que o autor detecta e que remonta à colonização, que teria se processado aqui de maneira irregular gerando o fenômeno da

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Nestor Duarte. **Leia quem quiser.** In. *O Imparcial*. 05-01-1930.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

grande e isolada propriedade, que são componentes daquilo que denominou de “ordem privada”; mas sempre será acompanhada da visão idealista do sertanejo como portador do caráter nacional, ainda que ignorante e sempre necessitado da consciência e da fala do intelectual.

Desta maneira, afirma Duarte ainda sobre Lampião que “quem quiser julgar [tal] assunto [deverá ter] em mente a situação de uma terra ou zona em que alguma coisa de recuado e primitivo palpita e anima sua vida e seu destino”, e que, continua, “com telégrafos e estradas, morta assim a caatinga, qualquer tenente com um bocadinho de vergonha, liquida esse rebento desviado”.¹⁰⁵ Lampião aqui é signo da barbárie, de um lugar primitivo. Contra a tirania do atraso, que cria rebentos desviados, o socorro de telégrafos e estrada – a modernização.

“Ignorante”, “primitivo”, “bárbaro”, é todo um conjunto de imagens do sertão e do sertanejo que se articula com outras imagens, reduto da moral nacional, força que vem do interior do país, e revela a tarefa do intelectual modernizador, portador que é do conhecimento da “realidade” – tal como revela a ambivalência do autor em relação ao “sertão e o “sertanejo”.

A mesma marcha que comanda esta ida até a “realidade nacional” na literatura irá se expressar no empreendimento de “história sócio-política” de Duarte. Colocando-se a tarefa de vasculhar o passado em busca das raízes e das razões do “atraso” do país o autor irá compor aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “a versão mais abstrata que a abordagem dicotômica deu origem”¹⁰⁶.

Ainda que cause medo o termo abstrato, o que este autor nos permite pensar é que Duarte funda sua construção em uma lógica que postula duas naturezas de sociedade – como vimos também em sua dicotomia em relação à disciplina –, dois modelos dos quais derivam características específicas expressas em seus sistemas político, econômico, social etc. O primeiro modelo seria a sociedade feudal que Duarte observou presente ainda quando da publicação em 1953 de seu projeto de reforma agrária e, o outro modelo, seria o de sociedade moderna que, em outros termos, marca uma maneira de diferenciar a própria colonização, entre uma levada a efeito pelos

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶Wanderley Guilherme dos Santos. **Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira**. In. **Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Ed. UFMG e Casa Oswaldo Cruz, 2002. p. 55.

ibéricos e outra pelos anglo-saxões.¹⁰⁷ Desta maneira, na sociedade feudal não haveria poder público, a capacidade de penetração da ação governamental seria mínima e as relações sociais se dariam sob o signo do personalismo, enquanto que na sociedade pretendida como moderna o que se passaria seria justamente um conjunto de atributos diversos destes enumerados no primeiro modelo.

Com efeito, é mesmo nesta oposição que o autor vai montar todo seu ensaio – ainda que dizê-lo abstrato não signifique dizer muita coisa. O que ocorre com Duarte a nosso ver é uma radicalização das determinações negativas – aquilo que Piva chamou de pessimismo –, da antiguidade, amplitude e da persistência com que o autor pinta sua noção de ordem privada. É importante notar que em muitos autores das décadas de 1930 e 1940 a idéia da necessidade de forjar uma identidade nacional é bastante presente, como no próprio Duarte, no entanto este autor vai além em seu diagnóstico, não há Estado, ou se o há é inadequado à “realidade brasileira”, insuficiente. Inexistência de um Estado que fora tornado desnecessário por uma ordem privada; inexistência de um “povo” que por sua ignorância não vai além do que se configurar enquanto uma “massa informe”. O diagnóstico é cruel. Mas a ação voluntária encontra seu fundamento no domínio da razão que possibilita o acesso ao “real”¹⁰⁸.

Assim, a nosso ver, Nestor Duarte desempenha sua função intelectual neste duplo movimento de instauração de uma *terra nulla* e da necessidade da segurança do moderno para garantir seu progresso. Esse plano de ação guarda consigo a própria elaboração/atualização de um espaço em branco onde a figura do intelectual em sua função emerge como necessária. Se a configuração da sociedade exclui a existência de um “povo político”, e o domínio do saber concorre como um dos fundamentos da legitimação do papel intelectual é, a este, quem cabe a condução do processo de inscrição da modernidade no “não-lugar”, ou, como colocamos antes, o papel de fazer este espaço (o sertão) e esta “massa informe” (os sertanejos) participar da linha da

¹⁰⁷Sobre esta questão da oposição dos modelos ibérico e anglo-saxão ver: Luiz Werneck Vianna. **Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos.** In. **Dados:** Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1991. Vol. 34, n.º. 2. pp. 145-189.

¹⁰⁸Daniel Pécaut sugeriu que este pressuposto “realista” acabou por implicar, no que diz respeito aos intelectuais da geração 1920/1940 numa percepção ambivalente do que seria a política. De um lado o “real” não permitiria de um espaço verdadeiramente político, e por outro, a convivência entre ação e conhecimento sugeriria que a “realidade” era, de início, totalmente política. Em outros termos, de um lado não há política, ou esta não é senão superficial, desvirtuada, cabendo ao intelectual afastar os dirigentes e os modelos que deformam a “realidade” e, desta maneira, proceder à elisão da defasagem entre o social e o político; do outro lado, tudo é política, a intervenção sempre se opera no sentido de corrigir os desvios, e sendo justificada pelo próprio conhecimento do que deveria vir a ser a “realidade”. Cf. Daniel Pécaut. Op. cit. pp. 7-8.

história. O “espaço em branco” da agência intelectual (ou da função) é então inscrito acima do social.

Não se trata de pintar um quadro superdimensionado em termos de interesses em torno da agência intelectual nos anos 1930 e 1940. O que gostaria de demarcar é uma distância em relação a diagnósticos como o de uma sociologia do subdesenvolvimento, tal como aparece em Antonio Candido¹⁰⁹ quando diz que a literatura no pós-1930 se processou sob o signo de uma radical tomada de consciência do subdesenvolvimento que impulsionou então o movimento representação realista dos problemas do país.

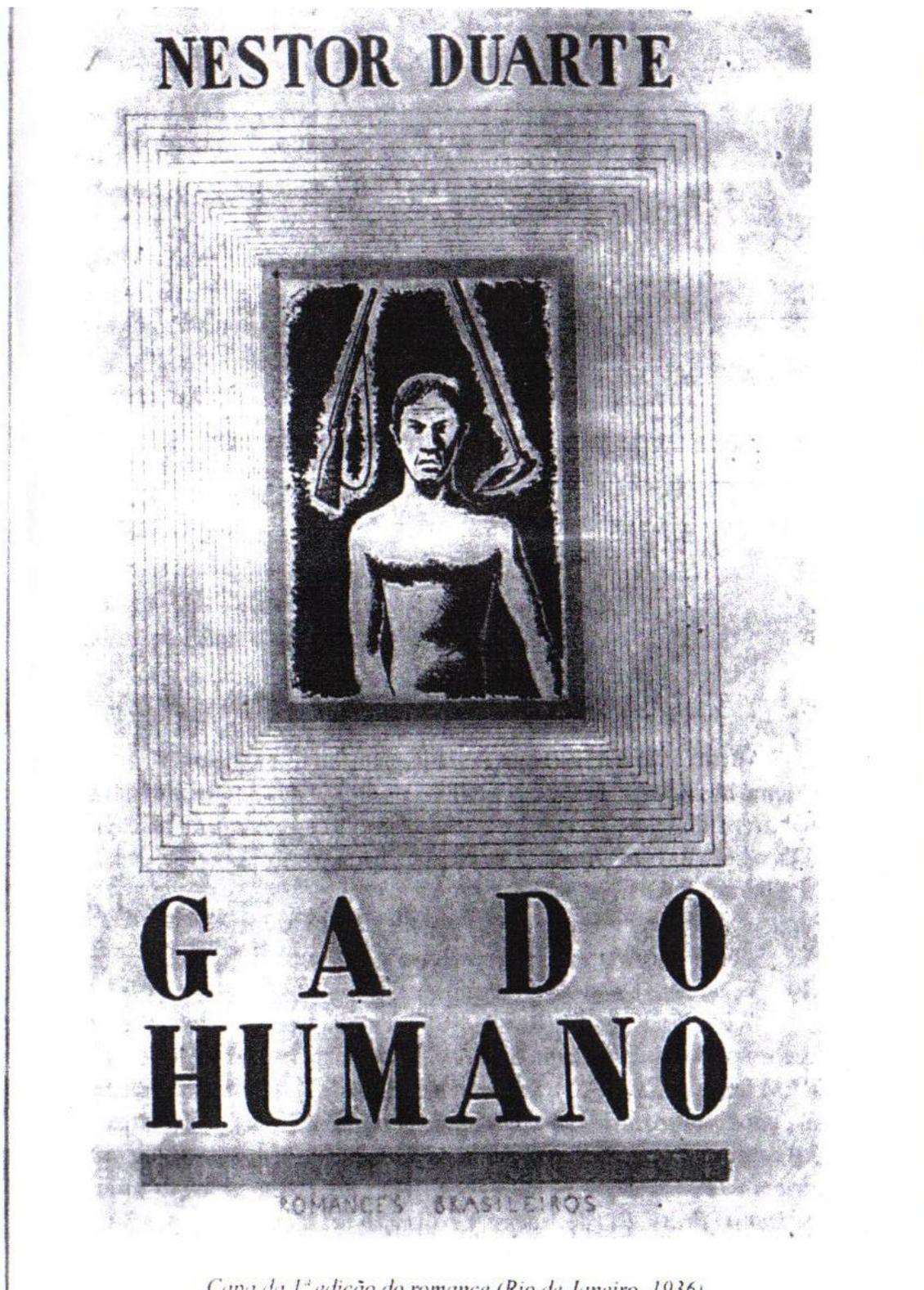
Não estou certo até onde esta consciência do subdesenvolvimento incluía (nesta mesma condição de subdesenvolvido) alguns destes mesmos intelectuais/literatos. Menos ainda de que a estratégia discursiva e política institucional posta em movimento para tentar sanar tal “subdesenvolvimento” contemplavam os sujeitos em nome dos quais elas se arrogavam o direito de falar.

Em todo caso, esta leitura preliminar da função intelectual tal como Duarte a desempenhou só se completa de significação com o seguimento da análise que deságua em um estudo mais detido das obras que dão corpo a tal função. Este é o caminho à frente.

¹⁰⁹ Cf. Antonio Candido. **Literatura e Subdesenvolvimento**. In. **A Educação pela Noite e outros Ensaio**s. Ed. Ática. 3ª. ed. São Paulo, 2000. pp. 140- 162.

Capítulo II

**A construção do não-lugar: o sertão e o sertanejo como signos da
ausência.**



Capa da 1ª edição do romance (Rio de Janeiro, 1936)

Capa da primeira edição de Gado Humano, de 1936. (A gravura do artista Paulo Werneck é muito sugestiva quanto ao lugar do sertanejo na narrativa duarteana, não obstante seu esforço “denuncista”).

Preâmbulo

Desde que a chamada História Cultural se estabeleceu enquanto um campo de estudo importante da historiografia brasileira¹¹⁰, o discurso que advogava uma ampliação de objetos, abordagens e problemas se impôs com mais força. Não que isto tenha sido desnecessário, pelo contrário. No entanto, alguns trabalhos que tentam contribuir com tal ampliação das possibilidades da historiografia acabam descuidando com o procedimento teórico-metodológico do fazer historiográfico.

Pois se é verdade que a amplitude que alcançou a História Cultural permitiu que em seu nome um variado leque de objetos e fontes fossem convocados para a feitura do trabalho historiográfico, muitas vezes tais objetos e especialmente algumas fontes permanecem carecendo de uma interrogação mais aguda, de uma problematização mais incisiva, enfim, de uma leitura a contrapelo.

Com efeito, se por um lado observamos o pulular de novos objetos e a utilização de fontes que até então eram simplesmente descartadas como demasiado “subjetivas”, por outro a renovação ou talvez o compromisso com a teoria não siga o mesmo ímpeto, derivando em leituras simplistas dos objetos e do material utilizado. Em outras palavras, esquece-se da dimensão “problema” que a história deve assumir.

No que diz respeito a nosso “objeto” Nestor Duarte e às fontes que são – ou foram - utilizadas para escrever sobre ele, podemos por vezes verificar tais questões. Aqui ou ali observamos dois procedimentos corriqueiros: por um lado o esforço descritivo da atuação político-intelectual do autor; por outro, a leitura em termos literais das fontes (a obra duarteana) – elas são ou expressam o que dizem ou pretendem ser, e nada mais que isso. Ora, há muito que se advoga a necessidade de se fazer uma história problema e, a nosso ver, isto implica ir além do que apenas identificar determinada linha de pensamento ou projeto de Nestor Duarte e descrevê-lo. É preciso ao menos tentar revirá-lo do avesso, pensar suas implicações e limitações em determinado contexto. No mesmo sentido, convocar as fontes para um trabalho desta natureza pressupõe um radical questionamento de seu estatuto. E é justamente aqui que

¹¹⁰ De acordo com Sandra Jatahy Pesavento, por volta de 2003 a História Cultural respondia por cerca de 80 % da produção historiográfica no Brasil. Certamente estes são dados hipertrofiados, ou no mínimo estabelecidos a partir de critério questionáveis, já que a autora apenas menciona que se trata de livros publicados, dissertações e teses defendidas, mas não demonstra como chegou a tais números, quais programas de pós-graduação pesquisou, etc. Cf. Sandra Jatahy Pesavento. **História e História Cultural**. Op. cit.

chegamos ao ponto nodal da questão da ampliação das possibilidades dos materiais a serem utilizados.

Talvez nenhum outro material foi tão festejado como contribuição pela História Cultural quanto a literatura. Certamente, com isso não estou querendo dizer que a literatura foi descoberta enquanto fonte por esta historiografia, ou que a literatura seja de uso exclusivo deste campo historiográfico, mas justamente que é com o *boom* da História Cultural que se amplia a utilização da literatura pela historiografia. Se por um lado, Sandra Pesavento exagera ao postular o império da História Cultural, por outro parece acertar ao colocar a importância da literatura para esta forma de fazer história.¹¹¹ Assim, tão familiar quanto ouvir falar em historiadores da cultura, será ouvir que tal ou qual historiador “trabalha com literatura”.

Ora, que tal aproximação entre a história e a literatura se radicalize é algo certamente positivo, já que as duas são formas distintas de dizer sobre o mundo e qualquer tentativa de anular suas diferenças ou postular uma incompatibilidade de diálogo redundante em fundamentalismo teórico. O ponto central é questionar a maneira pela qual se dá tal aproximação. Sendo mais específico, sob quais termos se deu a utilização da produção literária duarteana enquanto fonte para a fabricação de trabalhos sobre o autor ou sobre um período?

Nestor Duarte, como já dissemos, escreveu três romances que quase sempre são convocados a falar nos trabalhos sobre o autor. No entanto, a abordagem desta produção literária se processa frequentemente sob o signo do par “representação/realidade”, onde o primeiro termo refere-se ao texto literário e o segundo a uma determinada realidade sobre a qual o texto versa. Em resumo, os romances de Nestor Duarte “representam” uma “realidade”.

Ora, de saída, a sensação que este par “representação/realidade” deixa é a da existência de uma equivalência entre palavra e coisa; a sensação de uma relação necessária entre ambas ou ainda a sensação de que a linguagem é absolutamente transparente. Isto porque o par “representação/realidade”, em alguns trabalhos que utilizam a literatura duarteana, sugere, sem maiores preocupações, que o papel cumprido pelo autor ao escrever seus romances foi o de retratar fielmente os acontecimentos que se processaram em dado recorte espaço-temporal. A literatura

¹¹¹ Idem. pp. 82-83.

aparece então enquanto espelho de uma realidade; veículo neutro de eventos, situações, etc., concepção esta que nega a própria literatura, que nega a própria linguagem.

Com efeito, talvez fosse necessária uma extensa discussão em torno tanto do conceito de “representação” quanto até mesmo do conceito de “realidade”. Mas este não é nosso propósito.

Talvez fosse até mesmo mais prudente substituir o termo representação de nosso texto, mas a proposta aqui é fazer ruir a forma como na maioria das vezes vem sendo utilizado o conceito de representação neste movimento de aproximação da história com a literatura. Isto porque, falando de forma simples, “representar” é, em certa medida, “por em cena”. É justamente contra essa lógica teatral que tento pensar a relação entre literatura e história. Pois aqui, como já pontuamos, a “representação literária” teria como escopo unicamente presentificar uma ausência. Ou seja, o romance *Gado Humano*, por exemplo, figuraria apenas como retrato de certa configuração social (no caso, o universo dos sertanejos), ao passo que seria necessário pensar outros aspectos deste mesmo romance. Em compasso com a presentificação desta ausência, e mesmo para além dela, importa pensar de que maneira essa figuração do outro busca instituí-lo, busca conformar uma identidade deste. Em outras palavras, seria necessário lembrar-se de uma suposição de Pierre Bourdieu acerca do papel da representação, pois para este tal noção assume um caráter produtivo, maquínico, em contraste com a dimensão teatral.¹¹² Desta forma, vai colocar Bourdieu, “a sociedade, através da família e depois através de outros canais (escola, religião, meio de comunicação), introjeta nos indivíduos as representações geradoras de atitudes e comportamentos que se mantêm ao longo de suas vidas”.¹¹³ Creio se possível e mesmo necessário pensar a literatura neste nível de eminente produtividade, e não de mero espelho da realidade.

¹¹² Em Chartier, por exemplo, tal noção também assume uma dimensão muito mais complexa que a proposição de um mero “reflexo”, apontando para uma relação produtiva entre representações e práticas sócias, tal como sugerido Bourdieu. Na verdade o próprio Bourdieu vai ser um teórico importante para Chartier formular o seu conceito de representação. No entanto, assim como tal conceito de representação apresenta outro grau de complexidade em Chartier, muitas vezes ele assume uma dimensão simplista no uso que alguns historiadores fazem dele – e o fazem muitas vezes imaginando erroneamente estarem respaldados em autores como o próprio Chartier. Para uma breve problematização do uso do conceito de representação na historiografia brasileira Cf. Jorge Emanuel Luz de Souza. **Jogos de espelho no salão da história: os usos do conceito de representação na Nova História Cultural brasileira**. Projeto de Mestrado apresentado para seleção no PPGH-UFPE em 2007.

¹¹³ Pierre Bourdieu. **Esquise d'une Theorie de la Pratique**. Citado em Áurea Petersen Tomatis. **Trabalhando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920**. Tese de Doutorado em História apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. pp. 8-9.

Assim, se é verdade que podemos pensar numa relação entre o texto literário duarteano (*Gado Humano*, por exemplo) e o “de fora”, ou seja, um complexo social com existência efetiva (os sertanejos, no caso), também é verdade que podemos pensar esta relação sob o signo de uma produção, de uma conformação. Esta produção, ao que nos parece, assume dois aspectos fundamentais: de um lado, a tentativa de forjar uma identidade nacional fundada em uma suposta genuinidade guardada pelos sertanejos: seriam eles o núcleo da brasilidade; de outro lado, a construção destes mesmos sertanejos enquanto sujeitos pré-modernos, fora da linha da história e necessitados de sua conversão em cidadãos: é preciso levá-lo da condição de “massa informe” à de “povo político”. É também esta lógica ambivalente de um discurso que se propõe a “representar” o sertanejo que discutiremos neste capítulo.

Neste sentido, pensar as imagens e enunciados do sertanejo forjados na obra de Nestor Duarte (especialmente em seu *Gado Humano*) apenas sob a ótica teatral da representação que põe em cena uma ausência é desprezar outro aspecto fundamental da literatura, que é o seu potencial construtivista. Isto porque, não obstante o intuito denunciante do romance de Duarte se anunciar logo na apresentação de seu *Gado Humano*, é todo um repertório de imagens e enunciados que vão construir os sertanejos enquanto sujeitos apolíticos e inconscientes dos problemas que os aflige que vai emanar de seu romance. Duarte não escapa à atualização de um discurso estereotipado em torno dos sertanejos. E é justamente a esta atualização que tentamos ficar atento, assim como tentamos capturar em outros momentos e escritos do autor, tantos estas imagens do sertanejo em um “estado de natureza” quanto as imagens do sertanejo “reserva moral da raça”, como afirmou certa vez o próprio Duarte. Isto porque, como situamos no capítulo anterior, esta ambivalência do discurso literário de Duarte nos ajuda a compreender melhor os dois aspectos de sua obra os quais elegemos para problematizar aqui: sua “representação” do sertanejo e seu projeto de “Brasil moderno”. Pois sua representação do sertanejo tem uma dupla missão: construir o sertanejo tanto como representante de uma genuína identidade nacional quanto como indivíduos e/ou sujeitos coletivos pré-modernos; ao passo que seu projeto modernizador visa precisamente colocar estes indivíduos e/ou sujeitos coletivos na linha da história. Enquanto modernista, não agradava a Duarte uma condição que ele julgava ser resquício de um regime feudal.

Neste sentido, este capítulo vai justamente tentar demonstrar como Duarte constrói o sertanejo sob o signo da ausência. O que figura aqui é mais que a forma como o autor “representou” esta ou aquela “realidade”, mas como ele contribuiu para informar certo modo de ver os “sertanejos”. Pois se é verdade que o discurso identitário se estabelece em detrimento da diferença, então urge tentar fissurar este discurso, bem como esta identidade estereotípica que coloca os sertanejos em um estado de radical inconsciência de sua própria existência. E é pondo em relevo as estratégias de composição deste discurso (ambivalência) e seu escopo (produzir os sertanejos tanto como tipo nacional ideal, quanto renegados sujeitos pré-modernos) que conseguiremos rachá-lo, demonstrando que entre realidade e representação, palavra e coisa, não há relação necessária, mas sim uma relação atravessada por múltiplos fatores que remetem a uma relação de forças e a um ordenamento do poder.

Seção I – Os marcos da representação do sertanejo subalterno.

O ano é 1936. A esta altura o chamado ciclo do romance sociológico está a todo vapor em suas diferentes manifestações. É neste ano, como já nos referimos mais de uma vez, que Nestor Duarte publica pela editora Irmãos Pongetti¹¹⁴ seu primeiro romance, *Gado Humano*.

Há sobre a produção literária do período uma infinidade de estudos que torna desnecessária (e mesmo insuficiente dada nossas limitações no campo da crítica e da teoria literária) uma exposição mais prolongada sobre alguns aspectos desta produção, especialmente em seu plano estético. No entanto, ainda que não desprezemos que a obra de Duarte seja fruto da imaginação criativa, nosso enfoque recai fundamentalmente no imbricamento entre cultura e política. A primeira em uma de suas acepções, ou seja, uma prática específica que existe sob forma estética (no caso um romance); e a segunda buscando funcionar na e pela peça artística. Ressalte-se que não se busca aqui determinações (o político ou ideológico se impondo à criação artística), mas precisamente a busca por ler o romance de Duarte sob o prisma de sua pretensa

¹¹⁴ Sobre aqueles que seriam proprietários de uma das mais importantes editoras do país na década de 1930, Sérgio Miceli coloca que, “o caso dos irmãos Pongetti revela as disposições sociais necessárias àqueles agentes que nos anos 30, no início do processo de ‘substituição de importações’ no setor editorial, se lançaram como empresários nesse ramo do mercado de bens culturais”. Cf. Sérgio Miceli. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil. – 1920-1945**. DIFEL, São Paulo, 1979. p. 72.

funcionalidade, já que para nós a literatura, antes de um teatro onde seriam representados temas, se afigura como uma maquinaria produtora de sentidos.¹¹⁵

Com efeito, entre o escopo de um autor expresso em sua obra e as formas tal qual as imagens e enunciados que ela veicula foram ou serão apropriados pelo público situa-se um espaço fundamental, avesso tanto à tirania do significante quanto do significado, espaço preñado de indeterminação, onde justamente se processa a produção dos sentidos e significações que uma obra pode adquirir em diferentes épocas. Nesta perspectiva, é sempre muito complexo buscar determinar o sentido que uma produção literária assumiu sem passar pela recepção que esta obra teve, as formas como, no caso de *Gado Humano*, ele foi lido, relido, translido, como diria Manoel de Barros.

No caso de nossa obra em questão, a busca por esta recepção fica restrita aos pares de seu autor, aqueles intelectuais, críticos literários, etc., que receberam *Gado Humano* quando de seu aparecimento.

Embora os registros desta recepção não sejam abundantes, eles marcam um entusiasmo com a obra de Duarte pelo seu esforço quase jornalístico em “denunciar”, além de terem sido forjados por dois nomes da mais elevada importância para a literatura na Bahia no período: Carlos Chiacchio e Jorge Amado.

A dimensão denunciante do romance de Duarte (assim como a de um amplo repertório de obras literárias que integram os ciclos regionalistas do modernismo de 1930) é celebrada em momentos bem posteriores, como quando de seu ingresso na Academia de Letras da Bahia em 1966¹¹⁶, ou em textos que vieram a lume após sua morte em 1970¹¹⁷, e mesmo em estudos acadêmicos como já nos referimos de maneira rápida no capítulo anterior. A fórmula em suas bases é a mesma, não obstante algumas variações ao considerar o romance “proletário” ou não; em remeter suas referências a eventos da história da Bahia pré ou pós 1930, etc.

No entanto, em um ou outro caso, nas referências à narrativa literária duarteana emerge imponente a imagem da literatura documentário – ou documento. Em um ou outro caso, estes enunciados celebrando a dimensão “jornalística” da literatura seguem, de forma mais ou menos crítica, uma grade de leitura estabelecida por esta própria

¹¹⁵ Sobre a relação entre cultura e política na literatura cf. Edward Said. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹¹⁶ Como na já citada recepção feita por Godofredo Filho.

¹¹⁷ Dentre estes textos poderíamos destacar: David Salles. *Gado Humano ou a estréia nos anos trinta*. In. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 24 de janeiro de 1971; Anísio Teixeira. *O Homem de Idéias*. In. *Tribuna da Bahia*, 2 de janeiro de 1971; Nelson de Souza Sampaio. *O Político e o Escritor*. In. *Tribuna da Bahia*, 2 de janeiro de 1971; Ariovaldo Matos. *O Homem na Varada de “Alba Longa”*. In. *Tribuna da Bahia*, 2 de janeiro de 1971.

literatura, ou da crítica que tomava por valor maior o esforço e a realização desta representação da “realidade”. Realidade esta que no que tange ao romance de 1930, ao menos em sua faceta sociológica¹¹⁸ dizia respeito a pelo menos duas imagens muito presentes e bastante fortes: de um lado o sertanejo vivendo em estado natural, uma “massa informe”, como diz Duarte; do outro a do trabalhador (tanto rural quanto urbano) como potencial soldado da revolução (bolchevique), como figuram nos primeiros romances de Jorge Amado por exemplo – especialmente *Suor* e *Cacau*.

Se estas imagens do sertanejo desprovido de consciência e do trabalhador em vias de uma politização revolucionária transbordam na literatura de trinta (e a primeira imagem é o tema do romance de Duarte) isto atende a fatores e perspectivas muito específicas e que confluem para a questão da representação do outro.¹¹⁹

No caso da representação do potencial soldado da revolução levada a efeito por Jorge Amado poderíamos colocar como fator relevante sua afinidade com o programa comunista e seu posterior engajamento no próprio partido comunista – ainda que isto não determine suas composições. Já no caso dos trabalhadores rurais, daqueles que habitam os ermos do país (os sertanejos do “Norte” principalmente) as explicações também não tardam a esclarecer: há uma massa vivendo em condições precárias, alienados por completo de seus destinos. Em ambos os casos os ignorados e ao mesmo tempo incapacitados de forjarem representações de si próprios precisam de que falem por eles, de que retratem suas agruras. Seria este, de forma simplória, o procedimento do romance social.

A este programa Antonio Candido sugeriu uma interpretação muito famosa. De acordo com este autor, retomando um argumento de Mario Vieira de Mello, até mais ou menos a década de 1930 grassava uma visão de que o Brasil era um país novo, ou seja, havia uma grandiosidade potencial que estaria por se realizar. O que se vai observar após trinta no país é precisamente a noção de o Brasil é subdesenvolvido. Como coloca Antonio Candido, “conforme a primeira perspectiva salientava-se a pujança virtual, e, portanto, a grandeza ainda não realizada. Conforme a segunda, destaca-se a pobreza

¹¹⁸ Como veremos mais adiante, a divisão entre romance “sociológico” e romance “psicológico” é uma verdadeira tradição na literatura brasileira. Ainda que o romance sociológico seja predominante nos anos trinta, não implica que o psicológico tenha sumariamente desaparecido, como aponta Luis Bueno. Cf. **Dois Problemas Gerais**. In. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp. 2006. pp. 30-74.

¹¹⁹ Como havia apontado Marx, a respeito dos sujeitos subalternos, “eles não podem representar a si mesmos; devem ser representados”. In. MARX, Karl. **18 de Brumário de Luis Napoleão**. Edição virtual em www.vermelho.org.br/img/obras/brumario.rtf. p. 53.

atual, a atrofia, o que falta, não o que sobra”¹²⁰. Passamos da consciência amena do atraso para uma consciência catastrófica do atraso. Abandonam-se as aspirações utópicas que projetavam o futuro do país a partir do seu presente e mergulha-se neste mesmo presente esmiuçando-o, documentando-o, denunciando-o. Como dissemos anteriormente, o que nos interessa aqui na leitura que faremos do romance de Duarte e de outros textos seus é colocar a questão de como e com que intuito se forja estas figurações do “outro” (do sertanejo).

Como aludimos no capítulo anterior, o que sugerimos é ler este romance não na perspectiva denunciata, nem na perspectiva apenas de uma tomada de consciência do subdesenvolvimento, que juntas formam a grade de leitura condescendente com as proposições colocadas por esta própria formação discursiva do complexo literário de 1930. O que estamos querendo dizer é que não obstante outras formas que eventualmente possam ter emergido das imagens e enunciados presentes no romance de Duarte, para nós, esta obra funcionará como uma máquina que pretendeu instituir uma imagem, uma forma de dizer, enfim, um sentido para temas do sertão e do sertanejo.

Até aqui não haveria mudança fundamental com relação à perspectiva denunciata da literatura documentário, já que ela pretende também conformar uma imagem e uma forma de dizer destes temas, mas o que interessa para nós é como esta produção em sua exterioridade, na figuração que faz do outro, pretende quase que uma elisão deste. Como dissemos, pretende produzir a *terra nula*, escrita sempre em termos de carência (e não apenas em termos materiais) e necessitada de ter seus arquivos preenchidos, ter sua história começada, mas começada de uma maneira muito específica (a modernidade ocidental européia).

Entretanto, a produção deste não-lugar reativo não pode – em outros termos, não é isto que estamos tentando dizer – ser identificado apenas como um esforço maquiavélico de dominação. Se por um lado estas narrativas sugerem mesmo um esforço de organização do poder, ou seja, a agência intelectual tenta corresponder a expectativas que são colocadas pelas demandas do poder e dos grupos hegemônicos, por outro a produção deste não-lugar não está dissociada da própria conformação do espaço onde se efetiva a atuação intelectual, ou, como colocou Daniel Pécaut, daquela busca

¹²⁰ Antonio Candido. **Literatura e Subdesenvolvimento. Argumento I.** In. **A Educação pela noite e outros ensaios.** São Paulo, Atica, 1989. p. 140-162.

que orientou os intelectuais nos anos 1920 e 1940 pela legitimação de seus papéis frente à sociedade.¹²¹

Neste sentido, ainda que integrando um momento em que a literatura no país busca radicalizar em seus propósitos (seria preciso lembrar Barthes, quando diz que a literatura se constitui enquanto tal na medida em que problematiza o real na linguagem), seja nos termos de uma tomada de consciência do atraso¹²² seja em termos da constituição de “territórios da revolta”¹²³, o romance de Duarte não escapa da “representação” do “sertanejo” enquanto uma massa despolitizada, vivendo em um estado de natureza, desinteressada por compreender os conflitos de ordem diversas que envolvem sua existência.

Em todo caso, como já pontuamos de forma rápida no capítulo anterior, esta imagem negativa não é a única faceta que assume o sertanejo, aquela “massa informe” que habita os ermos tanto da Bahia em *Gado Humano* quanto do país em *A ordem privada e a organização política nacional*. Como pontuamos, Duarte compõe seu discurso modernizante sobre as balizas da ambivalência no que tange aos temas do sertão e do sertanejo. Se o sertão é o espaço privilegiado de uma ordem privada que “saindo de sua base (o interior mesmo) para alcançar o resto do país pelo litoral mais político e independente dela [...] prolonga o seu espírito institucional na comunidade política”¹²⁴, espírito este que é o avesso da dimensão pública e por conseguinte política, não deixa de ser também um espaço idílico e exótico, como rememora o autor ao escrever sobre os sentimentos que *A Bagaceira* lhe despertara :

a leitura deixou-me idêntica sensação áquella quando, em viagem pelo interior, á proporção que o mar ficou atraz e que a zona da matta vae se distanciando, vou sentindo, ao contacto da capoeira rala, do cheiro á flor dos alecrims picantes, (o sertão cheira á flor), em meio a esse grande ar lavado, inconfundível das paragens largas que se aspira com o coração, acordarem-se velhos sentimentos mal dormidos, como se uma outra personalidade escondida na cidade viesse receber a visita desses ambientes irmãos pela origem.¹²⁵

Seria preciso desculpar-se pela citação um pouco longa, mas ela vale pela outra imagem do sertão que veicula. No mesmo sentido, se os sertanejos de *Gado Humano*

¹²¹ Cf. Daniel Pécaut. Op. cit. pp. 19-42.

¹²² Antonio Candido. **Literatura e Subdesenvolvimento**. In. Op. cit. pp. 140-162.

¹²³ Durval Muniz de Albuquerque. Op. cit. pp. 183- 303.

¹²⁴ Nestor Duarte. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. Op. cit. p. 112.

¹²⁵ Nestor Duarte. **Um Livro Nacional**. Op. cit.

são uma “massa informe” que levam uma existência desprovida de sentido (insignificância) e se sua condição é a de um “quadro de servidão [que] não era visto por ninguém. E os que sentiam o seu peso, não sabiam compreender melhor”¹²⁶ (inconsciência), por outro lado eles, os sertanejos, são as reservas morais, a moeda que garante a sobrevida do orgulho nacional.¹²⁷

Esta ambivalência, guardada as devidas proporções, pode prestar-se a uma analogia com a ambivalência presente no discurso colonial e tão explorado nos estudos pós-coloniais.¹²⁸ A questão é que a projeção do outro (que não deixa de ser uma idealização) se faz a partir de um pretense conhecimento relativo a este outro. Assim, neste plano de idealização emergem os estereótipos que vão compor o imaginário em torno deste outro, fixando-o em um lugar e justificando os diferentes projetos de intervenção. Este aspecto é importante ter em consideração na medida em que estamos falando da hegemonia de um grupo em relação a outro, pois a hegemonia requer sempre alteridade e iteração para ser efetiva. Daí que Homi Bhabha diga que

a fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso [...] é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido.¹²⁹

Em outros termos, a ambivalência do estereótipo deste discurso “sertanista” na representação da alteridade tanto afirma quanto nega o outro, a partir de um processo de fetichização no qual a diferença é ao mesmo tempo objeto de desejo e de repúdio. O sertão é tanto o espaço reativo da ordem privada quanto um lugar idílico, o “ambiente irmão pela origem”. Da mesma forma o sertanejo é tanto a “massa informe” quanto a “reserva moral da raça”. É esta a ambivalência em relação ao sertão e ao sertanejo que vimos apontando desde o capítulo anterior.

Desta maneira, sendo esta a chave de leitura a qual lançaremos mão no que diz respeito ao romance duarteano cumpre um retorno aos ecos que *Gado Humano* provocou quando de sua publicação, à recepção que teve a obra junto à sociabilidade letrada do período – antes que adentremos na análise mais detida do texto.

¹²⁶ Nestor Duarte. **Gado Humano**. Op. Cit. p. 43.

¹²⁷ Nestor Duarte. **Um Livro Nacional**. Op. Cit.

¹²⁸ Em autores como Homi Bhabha e Edward Said, por exemplo. Pra um balanço breve ver: Freddy Quezada. **El Postcolonialism**. In. <http://www.geocities.com/Athens/Pantheon/4255/postco.html>.

¹²⁹ Homi Bhabha. **A outra questão**. In. Op. cit. p. 105.

O manuscrito do romance de Duarte que está depositado nos arquivos da Academia de Letras da Bahia registra sua conclusão em 23-06-1936. O texto que tinha o título *Santo Afonso – romance do eito e do ermo* rasurado se converterá logo depois em mais um dos inúmeros romances “sociais” que apareceriam naqueles anos trinta.

A primeira crítica que encontramos de *Gado Humano* é a já referida resenha feita por Carlos Chiacchio, publicada em sua coluna *Homens & Obras* no dia 9 de dezembro de 1936.

Chiacchio, como dissemos, era o guru da crítica literária na Bahia dos anos 1930. Defensor de um “modernismo tradicionalista”¹³⁰, o crítico depois ficaria conhecido por fazer uma “crítica da simpatia”.¹³¹ É este nome mais que conhecido no cenário da crítica literária de então que logo recepcionou o romance de Duarte. Como ressalta Chiacchio, o autor de *Gado Humano* não era um desconhecido das letras da Bahia. Além de alguns artigos em periódicos da capital baiana, havia lançado três anos antes *O Direito: Noção e Norma*, sua tese para ingresso como catedrático de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da Bahia¹³². Com efeito, à altura da publicação Duarte era figura já conhecida nos círculos intelectuais e políticos, uma vez que estava em pleno desenrolar-se a curta experiência do Legislativo baiano iniciada em abril de 1935 - e que seria encerrada em novembro de 1937- e na qual Duarte foi uma das figuras mais atuantes. No entanto, de acordo com Chiacchio, a atuação política (institucional) não pesaria de forma negativa na composição literária de nosso autor. De acordo com o crítico literário, “a político, em geral, infla, engorda, hipertrofia o estilo dos homens. Em Nestor Duarte o fenômeno não se observa com a mesma

¹³⁰ Modernismo Tradicionista, aliás, era como se chamava os rodapés que Chiacchio escrevia todas as quartas-feiras no jornal *A Tarde*. Depois dos oito primeiros números em 1928 ele passou a chamar-se “Homens & Obras”, mas não perdeu seu caráter cauteloso quanto às mudanças que vinham se processando na cena literária. Esta “cautela” pode ser vista na nota que aparece no primeiro número da *Revista da Academia de Letras da Bahia* em 1930. Na nota, diz Chiacchio, “A nossa revista chega justamente num período de lutas magníficas no cenário das letras. Atravessamos uma época de renovação. O instinto do novo, que é o característico de todos os movimentos literários, lavra, intenso, largo e fundo, no campo das competições entre o passado e o presente. *Não podemos participar, a gritos de escândalo, dessa trepidação confusa de idéias ainda mal definidas.* A nossa atitude é espectante, sem ser indiferente. É totalmente, sem ser passiva. Queremos o novo, o melhor, o mais de possibilidade eficazes. *O tipo de conservantismo, em função de melhoria, é o que nos convem...* A nossa Revista está cheia de propósitos tolerantes que alimentam os seus responsáveis acadêmicos. Queremos que a Academia de Letras da Bahia seja uma verdade palpitante, *dentro dos moldes conservadores*, mas activos, da nossa mentalidade contemporânea. In. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Anno I, agosto de 1930. n.º. I, Vol. I. Grifos nossos.

¹³¹ Cf. Dulce Mascarenhas. **Carlos Chiacchio: “Homens & Obras” - itinerário de dezoito anos de rodapés semanais em A Tarde**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1979.

¹³² Interessante notar como Chiacchio ao dizer que Duarte não é um desconhecido nas letras locais está mais uma vez demonstrando aquela identificação apontada no capítulo anterior entre os bacharéis, o jornalismo e o mundo das letras.

frequência”.¹³³ Para Chiacchio esta era a “verdadeira estréia” de Duarte. No choque entre o político e o homem das letras, o intelectual, este último não se deixará sujeitar, “o literato não se deixou vencer pelo político. Eis a razão de, em plena vida política, aparecer com um romance absolutamente original. Original, primeiro, pela forma, segundo, pela substância.”¹³⁴

Sem querer incorrer em um possível equívoco, seria preciso um parêntesis em torno desta última afirmação. Isto por que o “absolutamente original” tanto pela forma quanto pela circunstância não deixa de chamar a atenção. O que haveria na forma e na substância de *Gado Humano* que levou Chiacchio a postular um status “absolutamente original” para a narrativa literária de Duarte?

Como já dissemos, Duarte ficou bastante empolgado com o aparecimento de *Bagaceira*. O livro de José Américo de Almeida sempre fora felicitado como aquele que deu “início” ao chamado regionalismo modernista. Diferente do que afirmou Jorge de Souza Araújo que,

por seu início e desenvolvimento *Gado Humano* não faz rumo ou proximidade com *A Bagaceira* [...] como geralmente se supõe, mas com *Calunga* de Jorge de Lima, retratando um herdeiro de propriedade rural que volta aos seus pagos, acreditando poder reformar certos costumes arcaicos¹³⁵,

é notório tanto o rumo quanto a proximidade do romance de Duarte com o livro de José Américo de Almeida¹³⁶. Dizemos isto tanto pela “forma” como Duarte compõe (os capítulos mais ou menos breves e seu escopo jornalístico), quanto pela “substância” (a vida dos trabalhadores no “ermo” e no “eito”). E foram justamente estes dois aspectos que Chiacchio viu como os garantidores da dimensão original de do livro de Duarte. Para o crítico que assinava todas as quartas-feiras no jornal *A Tarde* o que havia

em *Gado Humano* [era] a originalidade da forma esquemática que, ao invés de lhe restringir o campo da imaginação criadora, lhe aumenta as possibilidades de sugerir para cada capítulo um novo capítulo, para cada fragmento de romance, um novo romance, que

¹³³ Carlos Chiacchio. **Nestor Duarte**. In. *A Tarde*. 9 de dezembro de 1936.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Jorge de Souza Araújo. **Floração de Imaginários: o romance baiano no século xx**. Itabuna/Ilhéus: Via Literatum, 2008. p 114.

¹³⁶ Com efeito, não estamos querendo dizer que *A Bagaceira* foi uma influência determinante em Duarte. O que estamos apontando é que esta é uma das “influências” mais imediatamente perceptíveis, tendo por horizonte tanto a leitura dos dois romances quanto a crítica que Duarte fez do livro de José Américo de Almeida.

nessa lógica da associação dos sentimentos se funda a técnica individualíssima de Nestor Duarte.¹³⁷

Não possuímos um instrumental teórico para considerar a “técnica individualíssima” esposada por Duarte em sua composição, mas tendo por horizonte tanto *A Bagaceira* quanto outros romances que fizeram sucesso nos anos trinta – como *O Quinze*, por exemplo -, a idéia de que *Gado Humano* seria “absolutamente original” não deixa de reforçar a idéia de que Chiacchio produzia um crítica da simpatia.

No entanto, para além desta dimensão original o crítico de *A Tarde* não deixou de flagrar a quase injunção que se apresentava aos romancistas – sociológicos – de comporem a denúncia, de registrarem, nas cores mais vivas, o drama dos sertanejos. Assim, nosso romance em questão aqui “representava o martírio da gleba sertaneja em luta com o esplendor da civilização litorânea [...] *Gado Humano* é o clamor do sertão contra o mar”.¹³⁸

Seria interessante notar como na própria crítica de Chiacchio figura aquela ambivalência presente neste discurso “sertanista”. Para o crítico,

Duarte pinta em cores magistrais de estilo esses contrastes de nossa sociologia indígena (sic), traçando em tópicos da mais empolgante unidade interior os quadros da vida rural, em fluxos e refluxos de primaveras floridas e soalheiras desolantes (...) fixa o panorama deserto dessas terras e dessas gentes que se equiparam, nas mesmas alternativas de grandeza e miséria, de heroísmo e inferioridade, de intrepidez e abandono, resistência e desfalecimento.¹³⁹

Não há entre-lugar na lógica do discurso de representação do subalterno, ele parece sempre oscilar, em sua fetichização, na ambivalência que tanto afirma (sempre em termos exóticos, folclóricos) quanto nega, constrõe o outro sempre como uma presença vigiada (controle social), ignorada (recusa psíquica) e sobredeterminada (tornada estereotípica).¹⁴⁰

A recusa pode assumir estratégias diversificadas de manifestação. Uma bastante sutil aparece, ainda em Chiacchio, quando o par romântico da narrativa entra em cena. Para o crítico, “figuras centrais, bem as tem *Gado Humano*. Ângelo e Maria Cândida (...) dentre os múltiplos tipos, que passam e repassam, em cosmorama, pela narrativa

¹³⁷ Carlos Chiacchio. **Nestor Duarte**. In. *A Tarde*. Op.cit.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Cf. Homi Bhabha. **Conclusão**. In. Op. cit. pp. 326-352.

vibrátil de Nestor, são este os mais simpáticos”.¹⁴¹ Em que pese esta famigerada simpatia encontrada em Ângelo e na quase imperceptível Maria cândida (filha do Coronel Marçó, o patriarca mais poderoso da região onde se situa Santo Afonso, a fazenda de Ângelo e cenário da narrativa) por Chiacchio, o que fica patente é o lugar reservado para os outros (os sertanejos do eito): não muito simpáticos. Por fim, Chiacchio conclui que o êxito de *Gado Humano* é completo, já que “reúne, a um só tempo, a paisagem e o homem, o drama e o cenário, a alma e o corpo de um Brasil inexplorado em sua sensibilidade cabloca e rude”.¹⁴² E o intuito denunciante se casa na visibilidade de uma sensibilidade do Brasil, sensibilidade cabloca e... rude!

Em junho de 1937 apareceu outra resenha do livro de Duarte, desta vez no Boletim de Ariel e assinada por Jorge Amado. Peço licença para uma quilométrica citação, mas faz jus que a transcrevamos aqui:

Quero de início dizer que tive uma grande alegria quando soube da publicação de um romance de Nestor Duarte. Há cinco anos que, sobre a Bahia, venho fazendo romances e sei bem quantos temas para ficção possui o grande estado do Brasil. E saber que um homem de comprovado talento ia tentar um romance sobre o dramático sertão baiano só podia me encher da mais viva satisfação. Porque ao lado disso eu conhecia de muito a inteligência de Nestor Duarte. A sua característica principal é a agudeza. Demais ele é um homem do sertão, acostumado com as almas, os sentimentos, os problemas do sertão. Não poderia deixar de fazer um romance de grandes qualidades. *Gado Humano* é o título do seu livro e este é um título muito feliz para tal livro. Não vou dizer que se trata de um romance único, coisa nunca vista. Mas quero dizer que poucas vezes um romancista estreou com tanta força e tantas qualidades. É preciso lembrar também para se poder perfeitamente medir o sucesso do romance de Nestor Duarte que ele veio após uma fornada de ótimos romances que começaram a surgir de 30 para cá. O drama do sertão baiano! Há muito de reportagem no livro, já disseram. Há muito de documentário (esse documentário que está tão entranhado na obra de arte moderna, apesar da dor de barriga que causa nos metafísicos do romance...). Mas essa reportagem e esse documentário não chegam em momento algum a atrapalhar o ‘humano do livro’. Suas criaturas (gostaria que o romancista tivesse se demorado mais nelas) estão misturadas no drama da terra, se confundem muitas vezes com ela, mas são criaturas humanas que sofrem e nos comovem. Nestor Duarte não traiu seu sertão. Não fez homens rudes a matutar na existência de Deus em bom português de Lisboa, como querem certos críticos sem público, que conseguiram enganar o sr. Lúcio Cardoso que assim o fez no *Salgueiro* e em *A Luz no Sub-solo*. Sei bem que certos cavalheiros que possuem a receita do bom romance (o

¹⁴¹ Carlos Chiacchio. *Nestor Duarte*. In. *A Tarde*. Op.cit.

¹⁴² Idem.

psicológico, a arte pela arte, o fora dos problemas sociais, o misterioso...) torcerão o nariz diante desse romance corajoso e verdadeiro. Dirão que não há psicologia, profundidade e outras besteiras iguais. Enquanto isso Nestor Duarte há de seguir a sua estrada de romancista. Para quem abriu uma clareira tão forte com o *Gado Humano* será fácil construir uma larga estrada. Nestor Duarte ainda será um romancista amado pelo público.¹⁴³

Esperamos que o leitor tenha fôlego para nos acompanhar por mais algumas linhas. O texto de Jorge Amado apresenta alguns aspectos muito importantes para pensarmos a concepção literária (ou ao menos parte dela) em voga no período 1930-1940.

Mais lúcido do que Chiacchio em considerar a originalidade do romance de Duarte, Jorge Amado, em compensação, tal como o crítico de *A Tarde* não poupa elogios à estréia de seu conterrâneo. No entanto, o que mais chama atenção é a explícita animosidade do autor de *Cacau* com aquilo que seria o romance psicológico.

Como colocou Luis Bueno em seu livro *Uma História do Romance de 30*, há desde, pelo mesmo o século XIX, uma tradição da divisão na literatura brasileira que postula duas naturezas de narrativas romanescas. Uma seria a do romance social, vinculado a uma problemática do país e a outra a do romance psicológico, ocupada em tratar dos dilemas da vida interior do homem.¹⁴⁴

Desta forma, ainda que não atrapalhe o “humano do livro”, Jorge Amado ressalta o “muito” de documentário e de reportagem que a feição da obra assume, mas é precisamente este estatuto documentário que irá ser mobilizado em oposição à “psicologia”, à “profundidade” ou a outras “besteiras iguais”. Sendo Duarte um homem do sertão, e estando acostumado com as “almas” os “sentimentos” e os “problemas do sertão” ele só poderia criar um romance verdadeiro (não trair o sertão é representar os sertanejos de forma fiel, especialmente em sua linguagem que não pode ser “um bom português de Lisboa”), onde o documentário (que de acordo com Jorge Amado está entranhado na arte moderna e aterroriza os “metafísicos do romance”) cumpra sua tarefa de por às vistas a existência no interior da Bahia (ou do Brasil).

Esta divisão na literatura entre o sociológico e o psicológico encerra, sob outros termos, a fratura entre litoral e sertão. A chamada “realidade brasileira” estaria então no seio da disputa entre de um lado uma leitura mais “científica”, onde a adesão aos valores do interior, do sertão, se manifestariam na medida em que são eleitos como

¹⁴³ Jorge Amado. **Um Romance Corajoso**. In. **Boletim de Ariel**. Ano VI, junho de 1937. p. 267.

¹⁴⁴ Cf. Luis Bueno. **Três Tempos de 30**. pp. 159- 399.

problemática verdadeiramente válida; do outro lado estaria uma leitura psicologizante, cosmopolita, que não dispensa maiores preocupações com o social e com o reduto da brasilidade, que seria o sertão.¹⁴⁵ Esta divisão seria retomada e colocada em termos ainda mais claros por Jorge Amado em seu *Discurso de Posse* na Academia Brasileira de Letras na década de 1960. Segundo o autor,

(...) são os dois caminhos do nosso romance, nascendo um de Alencar, nascendo outro de Machado, indo um na direção do romance popular e social, outro com uma problemática ligada à vida interior, aos sentimentos e problemas individuais, a angústia e a solidão do homem (...).¹⁴⁶

Ainda que os termos da oposição sejam menos ácidos em relação aos utilizados na resenha do livro de Duarte, Jorge Amado reitera sua preocupação – no contexto da produção literária dos anos 1930 e 1940 – com os aspectos da “realidade brasileira”. Como coloca ainda em seu *Discurso de Posse*, “queríamos ir além do modernismo, queríamos uma literatura de raízes e características mais populares, a realidade do nosso Estado, a captação dos anseios do povo”.¹⁴⁷ Mais claro o autor de *Suor* não poderia ser no que tange à proposta literária na qual se empenhara, assim como absolutamente claro foi Duarte ao colocar na já citada nota introdutória de seu romance seu intuito de “denunciar” os modos de existência do sertanejo.

Desta maneira, sendo esta a expectativa dominante no cenário literário baiano (e talvez mesmo em um nível nacional) não é estranho que, ao menos na Bahia *Gado Humano* tenha recebido uma entusiasmada acolhida. A agenda literária de Duarte naquele momento se cruzava, ainda que por caminhos diversos, com as de Jorge Amado e Carlos Chiacchio. Colocando-se nos marcos da representação das “massas informes”, Duarte compôs o seu *Gado Humano* e marcou um espaço no cenário da literatura baiana. No entanto, para nosso propósito, o que importa é ir para além da “representação” – ler o romance de Duarte para além desta perspectiva representacionista.

¹⁴⁵ Como coloca Monica Velloso, esta separação seria radicalizada pela política cultural do Estado Novo, especialmente pelo trabalho levado a efeito pelos intelectuais que escreviam na revista *Cultura Política*. De maneira mais específica, Monica Velloso coloca que “O exemplo que melhor ilustra essa divisão geográfica de saberes, se é que assim podemos chamá-la, é o de Machado de Assis e Euclides da Cunha. Machado corporifica o literato, cidadão litorâneo, cuja obra se caracteriza pelo “cosmopolitismo dissolvente”. Já Euclides da Cunha representa o sociólogo que adentrou o sertão; seu pensamento é a “força original da terra”. Cf. Monica Velloso. Op. cit.

¹⁴⁶ Jorge Amado. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**. In. <http://www.academia.org.br/>.

¹⁴⁷ Idem.

Seção II – A Condição Sertaneja em *Gado Humano*

No primeiro romance de Duarte há além do já referido “depoimento”, da “denúncia” das condições de existência das “massas informes”, alguns temas que (assim como este) retornarão em outros trabalhos do autor, principalmente em sua mais reconhecida produção, o ensaio *A ordem privada e a organização política nacional*.

Em paralelo com a apresentação daquilo que seria a existência das “massas informes” que habitam os sertões (e que no ensaio sofrerá um deslizamento conceitual para a noção de “massa populacional”), as questões da grande propriedade e seu isolamento, assim como a questão do poder local do fazendeiro (dos “coronéis” especialmente) figuram e compõem a narrativa.

Gado Humano está dividido em duas partes, compostas de doze e treze capítulos respectivamente, os quais dispostos ao longo de suas duzentas páginas justificam, em dada medida, a “precisão” e a “síntese” com as quais a linguagem de sua composição freqüentemente é identificada.¹⁴⁸

Não obstante a presença de alguns personagens que sintetizam o escopo da narrativa (dar conta de tipos degradados em um ambiente hostil), assim como a presença de Ângelo, dono de Santo Afonso, o grande nome do romance é o seu narrador. A hermenêutica das personagens é uma constante na voz narrativa de *Gado Humano*. Já em 1936 Chiacchio havia chamado a atenção para esta estratégia narrativa de Duarte, que para ele era mais uma “particularidade” de seu autor: “o interessante é que [...] os tipos aparecem de preferência interpretados, antes que descritos”.¹⁴⁹ Como também apontou Jorge de Souza Araújo,

Nestor Duarte zoomorfiza, ou antes, mais apropriadamente, boviniza as relações da vida humana dos alugados no eito das fazendas. Por meio do discurso indireto, o narrador de *Gado Humano*, antes de descrever, invoca-se da autognose, espécie de exegese atributiva dos caracteres de cada personagem.¹⁵⁰

Este dado da voz narrativa é importante posto que coloca em cena a questão, na escrita literária, da relação entre a voz narrativa e seu autor, em nosso caso, do narrador de *Gado Humano* e Nestor Duarte. A questão é que, ainda que o narrador de um

¹⁴⁸ Como disse Godofredo Filho na recepção de Duarte na Academia de Letras da Bahia, em *Gado Humano* teríamos uma linguagem “fluindo com precisão, sem moleza, sem requebros, sem compromissos com os adjetivos que adormecem”. Cf. Godofredo Filho. Op. cit. p. 40.

¹⁴⁹ Carlos Chiacchio. **Nestor Duarte**. Op. cit.

¹⁵⁰ Jorge de Souza Araujo. Op. cit. p. 114.

romance seja um preposto do autor isto não implica que as imagens, enunciados etc., externados pela voz narrativa possam ser identificados imediatamente com as posições do autor da obra. Tentemos explicar melhor.

Em um de seus estudos da obra de Machado de Assis, Sidney Chalhoub colocou-se esta questão em termos muito precisos. Para ele “a questão é decisiva, pois indica em que medida, ou de que maneira, tais textos [Chalhoub fala das crônicas machadianas] devem ser interrogados para buscar as intenções e os modos de pensar do bruxo do Cosme Velho”.¹⁵¹ Com efeito, este questionamento não coloca uma interdição para a busca de nexos entre as idéias expressas pela voz narrativa e as perspectivas do autor da obra, como em nosso caso. O procedimento neste caso deve ser o de buscar aproximações entre os enunciados e as imagens veiculados pela voz narrativa e as crenças e postulados de Duarte colocados em outros momentos. Como sugere Chalhoub sobre as crônicas do autor de *Dom Casmurro*, “não é possível decidir, de antemão, [...] se podemos ler esses textos como a expressão das idéias de Machado [...], ou, ao contrário, se devemos lê-los na clave d’algum narrador ficcional [...] e por isso muito distante da perspectiva do próprio Machado.”¹⁵² Assim, no nosso caso, a resolução desta argumentação se dá justamente no cruzamento entre o romance e outros escritos do autor, no estabelecimento de liames entre temas que emergem na escrita múltipla de Duarte no período que estamos analisando.

Deixemos que fale o exegético narrador de *Gado Humano* :

(...) corria ele os olhos, com um velho binóculo que viera da Europa ha vinte anos atrás, pelos escampados cheios de mato da fazenda. Aqui e ali detinha-se numa particularidade do terreno, seguia a trilha torta de um caminho a subir a ladeira, ou volta-se para baixo, acompanhando o rio nos caprichos de suas curvas em remanso.¹⁵³

O olhar que percorre os caminhos, trilhas e o rio que corta a fazenda Santo Afonso é de seu dono, Ângelo, que recém regressara da capital para administrar a herança familiar. Afastado de seus domínios por oitos anos, “o patrão, vindo da cidade, era um estranho que voltava acolhido com respeito e desconfiança”.¹⁵⁴ Ângelo havia voltado e encontrado um quadro distinto daquele que figurava em suas reminiscências

¹⁵¹ Sidney Chalhoub. **A arte de alinhar histórias: a série “A + B” de Machado de Assis**. In. **História em Cousas Miúdas**. Campinas. Editora da Unicamp, 2005. p. 68.

¹⁵² Idem. p. 70.

¹⁵³ Nestor Duarte. **Gado Humano**. Op. cit. p. 11.

¹⁵⁴ Idem. p. 12.

enquanto percorria com o binóculo os domínios de sua propriedade. O quadro visto por Ângelo agora era de abandono. Se outrora a propriedade fora “considerada um grande patrimônio de família, que deveria justificar os melhores planos”¹⁵⁵, agora em seu retorno, Santo Afonso não passava de um “patrimônio inútil que seu pai tentara criar e aumentar, mas que não teria a sorte diversa das demais [fazendas] da vizinhança”¹⁵⁶.

Ainda que de forma menos proeminente como, por exemplo, em José Lins do Rego, o tema da decadência não deixa de figurar em *Gado Humano*.¹⁵⁷ De acordo com Antonio Candido, uma parcela significativa da literatura no Brasil se desenvolveu explorando o tema da decadência.¹⁵⁸ Assim, ainda que a narrativa se desdobre também em torno da tentativa de soerguimento econômico e moral de Santo Afonso, Ângelo parece estar entre o que fora e o que não será mais, como aponta Antonio Candido com relação aos personagens de José Lins do Rego. É que Santo Afonso passará de uma condição de abandono a uma relativa prosperidade com a “reforma” empreendida sob os comandos de Ângelo. A recuperação econômica encontraria mais sorte que a “moral”, fundada na força “militar” dos jagunços e frustrada pelas forças do governo, como veremos.

O caminho do regresso de Ângelo até a fazenda fora, com efeito, longo, já que “Santo Afonso era bem uma ilha, abria-se no mato, entre divisas incertas que se perdiam distantes. Dali à vila eram seis leguas. Vivia por isso de si para si, cercado do ermo. Uma vida à parte. Era bem uma ilha.”¹⁵⁹ O que está em cena nesta passagem é não apenas um tema caro a Duarte na composição de *A ordem privada e a organização política nacional*, mas também a outros autores como Sérgio Buarque de Holanda e Vitor Nunes Leal. Para Duarte o isolamento e as dimensões da grande propriedade são elementos que concorrem e corroboram (em conjunto a extensão da família patriarcal) para a conformação do poder privado (a ordem privada para Duarte) e é fruto direto do processo de colonização levado a efeito pelos portugueses (aquilo que Holanda chamou de colonização semeadora, em oposição à ladrilhadora dos espanhóis).

¹⁵⁵ Idem. p. 17.

¹⁵⁶ Idem. p.13.

¹⁵⁷ Cf. Antonio Candido. **Um romancista da decadência**. In. **Brigada Ligeira**. 3ª ed. Editora: Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2004. pp. 57-62.

¹⁵⁸ Ver o prefácio que o autor faz para o livro **Intelectuais e Classe Dirigentes**, de Sergio Miceli, onde diz que sempre o intrigou “o fato de um país novo como o Brasil, e num século como o nosso [século xx], a ficção, a poesia, o teatro produzirem a maioria das obras de valor no tema da decadência, - social, familiar, pessoal. Cf. Antonio Candido. **Prefácio**. In.Sérgio Miceli. Op. cit. p. xii –xiii.

¹⁵⁹ Nestor Duarte. **Gado Humano**. Op. cit. p. 15.

É nesta imensa e isolada Santo Afonso com suas “pequenas casas que iam se espalhando [...] muitas distavam quilômetros” onde “o seu gado humano vive - o mundo dos agregados – rendeiros e meeiros de suas terras”.¹⁶⁰

Seria um delírio permitido ver na composição de *Gado Humano* o embaralhamento das três dimensões – ou elementos estruturantes – que orientam os *Sertões* de Euclides da Cunha. É que o romance de Duarte equilibra-se na linha que liga o “ermo” (que seria a terra), o “eito” (onde figura o homem) e a “invasão” (onde se desenrola a luta). Ainda que Afrânio Peixoto tenha dito que Euclides da Cunha fez o sertão “geográfico”, e que “êste de Nestor Duarte, sem pretensões, é sociológico”, o paralelo só pode fazer sentido tendo por horizonte aquela referida fusão entre sociologia-sertão-brasilidade.

Traçadas as linhas do ermo onde Santo Afonso vive seu isolamento, o momento do encontro do “senhor” com os agregados da fazenda é emblemático. Em uma mistura de “curiosidade e respeito”, a “vassalagem matuta” calada diante de Ângelo (ainda que esposando uma “dignidade bisonha” pela honra de estarem na “sala grande” do sobrado) demonstrava “saber seu lugar naquela hierarquia social”.¹⁶¹ As apresentações são feitas pelo administrador, Pereira, que “contou o gado humano da fazenda”.¹⁶² Já o recém chegado Ângelo “não podia esconder um pequeno orgulho intimo, instintivo de senhor”.¹⁶³

Essa “vassalagem” viveria então em um mundo à parte, ou melhor, em um mundo muito próprio, já que Santo Afonso era uma ilha cercada do ermo. Esta ilha por conta disto tinha um regimento específico, “um código de proibição que mantinha o poderio do patrão, a economia da fazenda, a segurança do regimem senhorial. As leis de fora não tinham valor nas fazendas”.¹⁶⁴ Em seu código próprio Santo Afonso buscava uma dupla efetividade. Por um lado, a moral, na fazenda “não havia defloramentos e proibia-se a mancebia (...) bebias-se, mas havia sanção para a cachaça”;¹⁶⁵ por outro lado, ainda no que diz da administração do “gado humano”, “proibia-se a prosperidade, depois de um certo limite”.¹⁶⁶

¹⁶⁰ Idem. p. 15.

¹⁶¹ Idem .p. 21.

¹⁶² Idem . p. 21.

¹⁶³ Idem. p. 22.

¹⁶⁴ Idem p. 29.

¹⁶⁵ Idem. p. 29.

¹⁶⁶ Idem. p. 29.

A rusticidade do quadro narrado em *Gado Humano* ganha cores mais fortes quando trata-se de dar visibilidade ao dia-a-dia dos trabalhadores no “eito”. Era, como diz o narrador,

uma labuta dos diabos, como dizia, falando grosso e alto, o administrador. O dorso nu dos homens brilhava no reverbero da luz, que lhes bebia, avida e esacaldante, o suor corrido (...) E dobravam-se sobre a terra agreste, dura, selvagem (...) O vegetal, porém, se defendia e investia. Revesso como inimigo, feria aqui e ali, quando não chicoteava com o arco dos ramos retesados. Lombo de escravo sempre apanhou...¹⁶⁷

Desta maneira, de imagem em imagem dos trabalhadores no eito, sob o sol escaldante e no trato de uma terra ingrata (a Ângelo ela se afiguraria “plena de perfumes dispersos”), *Gado Humano* vai sendo composto em sua sinfonia denunciata.

A questão é que, neste procedimento denunciata, na representação do outro, não deixa de prevalecer, como já apontamos, uma daquelas linhas políticas dominantes que foi posta em movimento pelo regionalismo modernista: aquela em que o “povo” figura de maneira despolitizada, em estado de natureza¹⁶⁸, desinteressada ou sem consciência plenamente desenvolvida acerca dos conflitos que envolvem sua existência. Ainda que este regionalismo modernista (ao menos parte dele) proponha diferenças fundamentais em relação tanto ao romantismo quanto ao naturalismo, em seu percurso de “conhecimento” e esforço por estabelecimento de um núcleo da identidade nacional é notório (ao menos em *Gado Humano*) uma estratégia narrativa que cria/reforça os estereótipos ligados ao imaginário do sertão/sertanejo. A iteração, a repetição demoníaca de três imagens dos sertanejos se fazem presentes: a) o flagelado da seca, convertido em eterna vítima; b) o cangaceiro/jagunço situado entre a enxada e o rifle; c) o signo de uma pureza cultural, reduto da brasilidade.

Em *Gado Humano* figuram em maior ou menor grau ao menos as duas primeiras destas imagens – a terceira fulgura de forma sutil em diferentes intervenções de Duarte, como já apontamos. O romance até ensaia por em cena situações onde alguns personagens são conscientes de sua condição subalterna (no sentido de que o subalterno é aquele que sabe jogar com as alternâncias de poder), como quando os agregados são chamados a dar um dia a fazenda. Como nos fala o narrador, “o pessoal encostava-se,

¹⁶⁷ Idem. p. 42.

¹⁶⁸ Como colocou Godofredo Filho, o romance de Duarte oferece “a textura de um mural onde o desenho e o colorido com que foi tratado o homem vez por outra confundem-no com o chão hostil”. Godofredo Filho. Op. cit. p. 40.

andava sempre se arrastando, vingando-se numa pirraça teimosa”.¹⁶⁹ Cientes da exacerbação das estratégias de exploração as quais eram submetidos com o mecanismo que os obriga a dar um dia para o patrão e deixar de trabalhar em suas terras arrendadas eles dissimulam o trabalho. Mas mesmo esta possível forma de resistência não é encarada enquanto tal. Como prossegue o narrador, em Santo Afonso “o quadro de servidão não era visto por ninguém. E os que sentiam o seu peso não sabiam compreender melhor”.¹⁷⁰ Esta inconsciência dos trabalhadores que não conseguiriam compreender sequer o peso da exploração a que estavam submetidos contrasta com a consciência plena dos senhores das fazendas: “os senhores de Santo Afonso e das outras fazendas viviam em bôa vizinhança (...) Entre si trocavam gentilezas. Presentes de festas. Fidalgos obséquios. Mutuo auxilio de classe consciente”.¹⁷¹ O contraste não poderia ser mais explícito.

Entretanto, entre uma linha e outra (propositalmente ou não), emerge na narrativa manifestações que como aquela de se “arrastar”, de “pirraçar”, indicam que aqueles “matutos” não são tão inconscientes assim. Por ocasião de uma briga entre os personagens Severo e Tiburcio, dois agregados de Santo Afonso, o administrador Pereira vai em busca de saber o que se passara, a fim de comunicar ao patrão:

- Como foi isso, Tiburcio?

- Sei não. Os companheiros viram...

Mas ninguém sabia direito.

- Foi por bobagem, seu Pereira.

- Eu não vi ao certo, não. Estava lá pra dentro.

- E você, Félix, que é que di? Perguntou Pereira, já tendo corrido a roda.

- Homem, eu mesmo não sei, Snr. Acredite (...) Severo é que arribou feito besta.

- Eu já soube. Foi melhor do que esperar o castigo.

Pereira bateu em retirada e foi ao sobrado.

- Castigar ... ora castigar... riu João Pequeno pelas costas do feitor.

- Por boca nossa patrão não saber é de nada.

- Deve haver uma liga dos “pequenos” nestas horas.

- E para um tudo, meu irmão, que a gente é sosinho no mundo...¹⁷²

¹⁶⁹ Nestor Duarte. **Gado Humano**. p. 39-40.

¹⁷⁰ Idem. p. 43.

¹⁷¹ Idem. p. 45.

¹⁷² Idem. p. 93-94.

Aqui os homens do eito aparecem cientes de que constituem o grupo dos “pequenos” e que precisam estar juntos, o que não deixa de apontar para uma consciência, que se oporia àquele completo alheamento das questões que lhes afligem. São raras passagens que se chocam com a brutal inconsciência apresentada em outros trechos como o que se segue: “a fome vivia, porém, escondida, envergonhada. – Quem é que vae dizer que não comeu? Faltava ainda esta coragem, porque se pensava que a fome era por culpa própria”.¹⁷³

O narrador de *Gado Humano* recorre a uma imagem muito sugestiva para aquilo que seria a existência em uma fazenda nos ermos: “Santo Afonso, às vezes, não precisava de folhinhas nas paredes. Os dias corriam iguais até o domingo, que era apenas uma para mais monótona em meio a tarefa costumeira” era como um “diário em branco”.¹⁷⁴ Se vive-se de uma maneira ou de outra em Santo Afonso isto não se devia apenas ao recém chegado patrão, “Ângelo não inventara nada, não criara aquelas leis. Seguias por tradição”.¹⁷⁵ Santo Afonso vive um imobilismo.

Tanto em *Gado Humano* quanto em *A ordem privada e a organização política nacional* ou mesmo em *A Reforma Agrária* o tempo é imóvel. Se no romance é uma tradição de tempos imemoriais que segue comandando a vida em Santo Afonso, no ensaio e mesmo no projeto a chamada ordem privada transplantada para o Brasil com a chegada do conquistador português permaneceria (sem mudanças fundamentais) regendo a organização política nacional ainda em 1950. Da colônia aos anos cinquenta do século passado o tempo é imóvel. O diário permanece em branco.

O diário em branco de Santo Afonso tem suas páginas fustigadas apenas quando o “outro país” (o litoral) começa a ameaçar a impenetrabilidade do regimento da fazenda. Se “os códigos da cidade tinham vigencia condicional”¹⁷⁶ nas terras de Santo Afonso, não é de estranhar a sensação de perda de autoridade sentida por seu proprietário seja pela cobrança de impostos, seja pelo alistamento militar de seu agregados. Daí que Ângelo, diante de um soldado que fora intimá-lo a “entregar as armas que possuísse e a mandar também os criminosos debaixo de sua proteção”, tenha “recebido” e “engolido”, “as palavras da autoridade legal, daquele governo estranho e longínquo que ali se representava pela farda ofensiva do tenente”.¹⁷⁷

¹⁷³ Idem. p. 137-138.

¹⁷⁴ Idem. p. 97.

¹⁷⁵ Idem. p. 97.

¹⁷⁶ Idem. p. 31.

¹⁷⁷ Idem. p. 99.

A cena da afronta feita pelo governo longínquo do litoral é apenas o prelúdio de uma verdadeira guerra que se daria entre os “dois países” – o do litoral e o do sertão. Em *Gado Humano* esta oposição entre campo e cidade é bastante explorada. A oposição se dá de forma mais estrita entre a Santo Afonso e a “Vila”. A vila é a cidade de Gameleira que “com seu casario irregular e sujo não podia fazer melhor figura. E sua gente composta de lojistas de má freguesia, vendeiros que tiravam no peso e funcionários do município e do estado que faziam a sesta nas repartições não tinha vibração”.¹⁷⁸

Marcada por desconfianças a relação entre fazenda e vila reedita a visão dual sobre a qual se desenvolve a leitura que Duarte faz da sociedade brasileira. Se aqui no romance a cidade aparece sem brilho é porque, como o autor deixará claro em outros momentos, seu desenvolvimento foi precário até então e, é este parco desenvolvimento urbano que alimenta a força do poder privado, uma vez que a urbe é o espaço *par excellence* do político, da coisa pública.

É em torno da radicalização desta oposição litoral x sertão e da profusão das imagens do sertanejo jagunço que se desenrolará toda a segunda parte do romance. É que os treze capítulos finais de *Gado Humano* narram uma campanha (paramilitar) das forças (jagunços) do sertão face as cidade.

Ângelo andava a encontrar-se com seus vizinhos com mais freqüência. É “que começavam a correr os rumores da grande luta. Da capital chegavam noticias, do país inteiro a vibração da campanha que os jornais velhos arrastavam até os ermos das fazendas”.¹⁷⁹ Estas noticias chegavam principalmente através de Março, dono da vizinha fazenda Rio Preto. Arquétipo da figura mitológica do “coronel” onipotente,

Março usava longas barbas de adorno patriarcal, era alto, tinha fama. ‘Rio Preto’ possuía criminosos da cidade, a valer. Tinha também rifles (...) o que os agregados sabiam era que o regimem em ‘Rio Preto’ era mais apertado do que nas outras fazendas da redondeza. No entanto, Março tinha uma voz mansa e compassiva de pastor de crianças. E uma dignidade austera, que vinha de velhos patriarcas.¹⁸⁰

É esta figura dura, mas “protetora” que arregimenta o apoio de Ângelo para uma eventual campanha dos sertões contra as cidades. E este último justifica a disposição de

¹⁷⁸ Idem. p. 74.

¹⁷⁹ Idem. p.120.

¹⁸⁰ Idem. p. 46.

ir às armas “– o Rui, é um gênio. Na Europa Assombrou. Com ele é diferente. Nós precisamos de uma reação”¹⁸¹, explica-se para um de seus tios o dono de Santo Afonso.

Diferente do que sugere Gisele Laguardia, quando diz que “Nestor Duarte mantém em suspense o leitor desavisado, mas é possível reconhecer semelhanças com o contexto da Revolução de 1930 (...) É possível inferir a referência a Getúlio Vargas”,¹⁸² a campanha nada tem a ver com os eventos de 1930 e a referência ao “homem poderoso” que “fala como nunca se viu” não é a Getúlio Vargas. O golpe de trinta atingiu a Bahia com menos estardalhaço¹⁸³ e a “campanha” narrada em *Gado Humano* guarda referências com a chamada Revolta Sertaneja¹⁸⁴ ocorrida na Bahia em fins de 1919 e a Ruy Barbosa, quando esteve na Bahia duas vezes neste mesmo ano, primeiro como candidato à presidência e depois para apoiar a oposição a Seabra.

Em todo caso, retornado ao romance, o que o narrador de *Gado Humano* ressalta é o quanto o sertão queria falar na questão. Ângelo falava aos seus comandados “– Todo o povo do sertão está em armas. Vamos tomar as cidades. E se é preciso brigar, brigaremos para ‘eles’ verem. As fazendas, também, guardam seu ódio. Nós sabemos nos revoltar”.¹⁸⁵ A fala de Ângelo é a expressão de uma consciência ausente nos homens do eito, agora jagunços em vias de atualização. A consciência do “ódio” que as fazendas guardavam face às cidades chega aos trabalhadores pela voz do patrão, pois “até então ninguém sabia dessa revolta. Ela andava em recônditos humilhados, ou

¹⁸¹ Idem. p. 121.

¹⁸² Gisele Laguardia. Op. cit. p. 174.

¹⁸³ A produção historiográfica acerca dos desdobramentos do golpe de 1930 na Bahia aponta reiteradamente para o pouco entusiasmo com que tal evento chegou ao Estado. Como coloca Consuelo Novais, “Conservadora em toda a sua essência, a Bahia era legalista em 1930. O movimento revolucionário conduzido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba não encontrou guarida em terras baianas. (...) Além de Seabra, radicado na Capital Federal, de Leopoldo do Amaral, Joel Presídio (secretário de *O Jornal*), dos Moniz (Moniz Sodré era diretor do *Diário da Bahia*) e de outros poucos elementos seabristas, a revolução era pregada, na Bahia, por um grupo restrito de jovens acadêmicos, que se encarregavam de romper o ritmo monótono e rígido do conservadorismo baiano.” In. **Partidos Político da Bahia na Primeira República**. Op. cit. p. 222.

¹⁸⁴ A contenda se deu em torno da eleição de Seabra, que a oposição declarou fraudulenta e então associou-se aos “coronéis” para tentar assegurar a posse de seu candidato, Paulo Fontes. Sobre este evento, diz Boris Fausto: “Na Bahia, o governo do Estado – constituído principalmente de políticos profissionais, de representantes do comércio e dos produtores para a exportação – tinha de se harmonizar com os ‘coronéis’ do sertão. De outra forma, não seria possível governar. Um desacerto entre os dois setores provocou, em 1920, uma insurreição dos ‘coronéis’. Eles derrotaram, em vários combates, as forças estaduais e ameaçaram entrar em Salvador. Afinal, o presidente da República Epitácio Pessoa viu-se obrigado a arbitrar a disputa através do comandante militar da Bahia. A arbitragem revelou o poder dos ‘coronéis’ baianos.” In. **História do Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 264.

¹⁸⁵ Nestor Duarte. **Gado Humano**. Op. cit. p. 143.

enfezada, *sem sentido*, nas imprecações que vinham do eito para o sobrado”.¹⁸⁶ Os homens trocavam apenas a enxada pelo rifle.

A campanha dos homens de Santo Afonso encerra-se com o acordo que sela a paz entre litoral e sertão: “a campanha para os seus autores da capital estava perdida e para os homens do sertão terminada”.¹⁸⁷ O retorno das cidades para a fazenda após alguns percalços – a fazenda fora ocupada por forças do governo mas logo reconquistada pelos jagunços – traduz o eterno retorno do mesmo. Se a passagem pelas cidades despertara alguma vontade de mudança, até mesmo de deixar o ermo em favor da urbe, logo tanto a revolta inicial quanto esse entusiasmo pelas coisas do “outro país” retornarão a um “fatalismo opiáceo que cria resignação estúpida” ou alguma conclusão conformada, “há de ser o que Deus quiser”.¹⁸⁸ Não seria preciso repetir que ainda que *Gado Humano* situe-se no plano daquele “território da revolta”, ou daquela “tomada de consciência do sub-desenvolvimento”, suas imagens e enunciados não cessam de repetir os estereótipos da vítima conformada; do jagunço, etc.

Com efeito, como sugeriu Osmar Moreira, é “na obra de Glauber Rocha, dos anos 60, e no tropicalismo, que temos o primeiro embaralhamento capaz de fazer do realismo naturalista uma revisão do inconsciente coletivo e a desmontagem das falsificações estéticas e políticas do realismo socialista”.¹⁸⁹ Em outros termos, seria a partir do agenciamento das imagens e dos enunciados do sertão e do sertanejo que o maquinismo cinematográfico de Glauber Rocha perlabora em seu movimento, e da estética tropicalista, que poderíamos observar, então, a emergência de uma fissura naquelas duas linhas que o modernismo regionalista colocou em cena e que reserva dois lugares muito específicos para o sertanejo – ou um objeto da natureza ou um potencial soldado da revolução.

Ainda com Osmar Moreira,

a legião de sertanejos que aparece em filmes como *Deus e o diabo na terra do sol*, *Terra em transe*, *O Dragão da maldade contra o santo guerreiro*, além de cabeças para pensar e matar, ainda é capaz de encenar a ressignificação dos sistemas simbólicos que constituem a subjetividade naturalizada ou petrificada.¹⁹⁰

¹⁸⁶ Idem. p. 143-144. Grifo nosso.

¹⁸⁷ Idem. p. 164.

¹⁸⁸ Idem. p. 186-187.

¹⁸⁹ Osmar Moreira. **Subalternos agrestes e seus cordéis encantados**. In. **XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências**.

¹⁹⁰ Idem.

Já o tropicalismo, para o autor, “desnordestiniza a cultura brasileira e propõe além do trânsito de tempos e lugares, uma politização do cotidiano e uma cotidianização da política”.¹⁹¹

É justamente com o sinal invertido em relação a esta problemática apontada por Moreira que se passa a “representação” da condição sertaneja em *Gado Humano*. Como sinalizamos, este procedimento orientou a feitura de tantas outras obras literárias, além do romance de Duarte. A imagem trazida pelo narrador de *Gado Humano* de um diário em branco casa-se com nossa proposição da apresentação, da produção da *terra deserta*, como proposto por Bhabha. Em outros termos, das imagens e dos enunciados do sertão e do sertanejo necessitados de uma conversão que os ponham na ordem do moderno. É a isto que atende a idéia duarteana de criação do estado, responsável pela educação das “massas informes” para o sentido da coisa pública. É por isto que em *Gado Humano* e em outros textos de Duarte o sertanejo é fundamentalmente um sujeito inconsciente (ausência de consciência em oposição à consciência dos sujeitos hegemônicos).

Construídos nestes termos, o sertanejo não deixa de figurar como estando em um estágio pré-moderno (a insistência de Duarte na tese do feudalismo é sugestiva quanto a isto também), necessitado do devir-moderno que se processa precisamente com a contribuição decisiva da agência intelectual/estatal. Assim, o vínculo entre intelectualidade e grupos dirigentes se manifesta na medida em que lemos estas construções duarteana sob a ótica de um projeto de reordenamento do poder. Por isso colocamos a insuficiência de ler *Gado Humano* sob a ótica denunciata e teatral da representação, e chamamos a atenção para a necessidade de observar este discurso literário em sua produtividade, naquilo que busca produzir, no sentido que pretende para aquilo que nomeia e dar a ver.

Em todo caso, como deixamos entrever nesta breve leitura de *Gado Humano*, a construção desta imagem negativa do “povo”, como flagrou José Murilo de Carvalho, esteve presente também em outros escritos de Duarte. Em seu ensaio sócio-político o deslizamento conceitual de “massa informe” para “massa populacional” atende ao esforço de uma leitura mais “científica” da chamada realidade brasileira. Assim, o signo da ausência marca sua presença e a busca pelo “povo”, em seu sentido “político”, será um dos temas fortes de *A ordem privada e a organização política nacional*.

¹⁹¹ Idem.

Seção III – De “massa informe” a “massa populacional” – sob o signo da ausência.

Como tentamos mostrar, Duarte – a partir de sua estratégia narrativa – põe em movimento em seu primeiro romance algumas questões que, como apontamos, seriam exploradas em outros trabalhos seus. As questões da grande propriedade (a fazenda Santo Afonso “perdia-se em divisas incertas”); do isolamento (Santo Afonso era “bem uma ilha cercada do ermo”); da consciência do senhorio rural em oposição à inconsciência dos trabalhadores etc. Este último aspecto, que encena a relação entre os setores hegemônicos e os grupos subalternos as imagens do conflito ou são eufemísticas ou simplesmente deslocadas para uma auto-recriminação, uma culpa e uma má consciência dos segundos: achava-se que a fome era por culpa própria. Não há, para repetir Osmar Moreira, uma politização do cotidiano, menos ainda um cotidianização da política. Na verdade, como coloca Duarte, a “massa informe” desconhece a dimensão “propriamente política”.

É esta forma um tanto problemática de representação do subalterno que recebe um tratamento mais refinado no quinto capítulo de *A ordem privada e a organização política nacional*. Ainda que retomando muitos pontos que foram abordados em passagens anteriores de sua composição, a centralidade deste capítulo é dada pelo prescrutamento daquilo que seria o “povo” brasileiro, sua construção histórica e seu caráter não político.

Em sua primeira assertiva Duarte marca uma diferenciação entre o real e o ideal, entre o que existe e aquilo que precisa ser alcançado no seu entender – tarefa na qual o intelectual tem um papel a desempenhar. Para o autor, “bem raros países, como o Brasil, podem oferecer exemplo mais frisante da distinção que é mais viva na realidade do que no conceito dos publicistas, entre massa populacional e povo no sentido político”.¹⁹²

A diferenciação traduz uma oposição clássica e muito cara à composição duarteana. Para o autor, público é sinônimo de político, ou seja, é no espaço público (do Estado) que se engendra e se desenvolve a dimensão política, em oposição ao privatismo, representado pelo familismo das relações sociais muito próprias ao meio rural. Por isso, reforça o autor,

um povo político é, antes de tudo, um produto histórico. Terá vivido certos acontecimentos e precisará, além disso, atingir certa idade social e estado de organização que o predisponha à forma

¹⁹² Nestor Duarte. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Op. cit. p. 90.

política ou que já exijam como condição de sua coexistência e sobrevivência. A inexistência ou não de um povo político no Brasil terá que ser deduzida desses vários fatores, mas sobretudo da forma de organização social que a sua população viveu ontem e continua a viver hoje.¹⁹³

A organização social à qual Duarte se refere é a representada pela ordem privada em seus componentes elementares, qual sejam a família patriarcal extensa, a grande propriedade e o municipalismo. Como se pode entrever, estes aspectos remetem a ordem privada para o seu reduto (o interior do país) de onde ela emana em sua força e *modus operandi* para o litoral. Não é por acaso que o cenário predominante tanto do romance quanto do ensaio seja o rural. Duarte ignora os processos de urbanização que vinham ocorrendo e a emergência de novos grupos sociais e carrega nas tintas do país rural.¹⁹⁴ Para o autor, a população do país apresentava um “notável” índice de crescimento que, não obstante os números da mortalidade demonstravam o “esforço procriador” que buscava preencher a vasta extensão territorial. Em outras palavras, trata-se, como coloca Duarte, “um movimento de ampliação populacional de conquista da terra por outra forma – a do crescimento. O seu ponto de irradiação foi a costa marinha inicialmente, mas é no campo que essa irradiação buscou o seu apoio para tomar novo curso”.¹⁹⁵ Segundo Duarte, ainda que a população rural que ocupa a faixa territorial mais próxima ao litoral adquira um caráter de permanência, por conta da fertilidade desta faixa litorânea, a população dos sertões seria de duas naturezas distintas: “a que se fixa na propriedade imóvel, a população fazendeira, que assegura os quadros da tradição, e a que continua a mover-se”.¹⁹⁶

Desta forma, este espaço rural seria uma região que contaria com intensas migrações que se processariam sempre com ignorância da costa ou das cidades. Como coloca Duarte, tanto a via marítima quanto o litoral seriam, respectivamente, caminhos e portos da imigração, com um restrito poder de penetração para o interior do país. Daí que o autor seja enfático ao dizer que era

puro engano [...] o de certas vozes que começam a clamar entre nós, contra o êxodo dos campos em benefício das cidades litorâneas. O fenômeno, ao contrário, não tem nenhum caráter de generalidade, nem encontra a sua razão única de ser e de causação na produção industrial, que é incipiente, ou ainda inexistente entre

¹⁹³ Idem. p. 93.

¹⁹⁴ Como já fizemos referência às lutas operárias em Salvador na década de 1930, por exemplo.

¹⁹⁵ Nestor Duarte. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. Op. cit. p. 90-91.

¹⁹⁶ Idem. p. 91.

nós. Se é considerável a densidade do litoral citadino ou não, isso resulta da própria densidade inicial do período colonial e do afluxo constante da imigração, mas nunca de um refluxo normal da população campesina do centro.¹⁹⁷

Duarte reitera a condição “essencialmente agrícola” do país, que continuaria, para ele, “radicado” e “indeslocável” no meio rural, “a não ser pela grande máquina de amanhã”.¹⁹⁸ Neste ponto aqui importa menos a constatação ou a reafirmação de dado da ordem do empírico (que a população rural nos idos de 1930 e 1940 superasse a população urbana) que observar como estes dados são trabalhados pelo autor tanto para fundamentar seu argumento do complexo social do latifúndio e sua persistência, quanto para negar mudanças seja em termos de urbanização, seja em termos da emergência de outros agentes sociais. Por isso Duarte insiste na dimensão incipiente ou inexistente da produção industrial (em 1939) e as cidades apareçam como uma radicalização da imagem do semeador de Sérgio Buarque de Holanda. Assim, o complexo social do latifúndio pôde continuar prescindindo do jugo estatal, como sintetiza o autor, ao colocar que “o Brasil é um Estado com um passado contra, dentro de uma organização econômica hostil aos próprios requisitos e fundamentos do exercício do poder político”.¹⁹⁹

Esta passagem torna visível a perspectiva imóvel que a leitura de Duarte assume. Trata-se de uma continua atualização de uma estrutura colonial, antes mesmo, herdada de Portugal. Para o autor de *Gado Humano*, nem a transferência da corte portuguesa para o Brasil, nem a Independência acarretaram mudanças fundamentais nesta estrutura. Em outros termos, “tais, acontecimentos e deslocamentos de superfície e de periferia iriam mostrar apenas, que a historia política propriamente brasileira, *por todo o sempre* não teria força de penetração e poder de submergência na estrutura do país”, e, concluindo de forma bastante lúcida, Duarte coloca que “pouco importa [...] considerar a Independência como o começo de um período da vida do Estado no Brasil. Uma data não é um acontecimento, se não assinala um fato de profunda revolução ou modificação”.²⁰⁰

Duarte está apontando o prolongamento do poder privado no novo Império, de que forma a organização política brasileira começa sua história sob o comando de tal ordem privada. Ainda que fosse possível enxergar certa “diferenciação política” na

¹⁹⁷ Idem. p. 91-92.

¹⁹⁸ Idem. p. 92.

¹⁹⁹ Idem. p. 93.

²⁰⁰ Idem. p. 94.

sociedade imperial, com a emergência de uma consciência política vinculada a valores distintos daqueles do latifúndio, o autor não exita em dizer que, “apesar de todo brilho de que por vezes se reveste a instituição política parlamentar, a porção dos homens ilustres e grandes que ela consegue formar, o Império, até a penúltima década do século XIX, assistiria ao prolongamento da influencia da organização social que herdara da colônia.”²⁰¹ É justamente este complexo privado que impossibilita a conformação do “povo político”.

Seria interessante notar um argumento lançado por Duarte e o qual ele toma emprestado de Gilberto Amado. Este último tomando por base o recenseamento de 1872 estabeleceria a população total do país em dez milhões de habitantes. De acordo com Duarte, depois dos descontos pertinentes Amado teria chegado ao “coeficiente de pessoas verdadeiramente capazes sobre os quais [...] haviam de exercer-se as instituições constitucionais”.²⁰² Segundo Gilberto Amado, citado por Duarte,

O povo brasileiro não poderia ser o milhão e meio de escravos, o milhão de índios inúteis que a contagem do governo reduziu [...] a quatrocentos mil apenas; não poderia ser os cinco milhões de agregados das fazendas e dos engenhos, caipiras, matutos, cablocos, vaqueiros do sertão, capangas, capoeiras, pequenos artífices, operários rurais primitivos, pequenos lavadores dependentes; não podia ser os dois milhões ou o milhão e meio de negociantes, empregados públicos ou particulares, criados e servidores de todas as profissões. O povo brasileiro existente como realidade viva, não podia deixar de ser apenas as trezentas ou quatrocentas mil pessoas pertencentes às famílias proprietárias de escravos, os fazendeiros, os senhores de engenho...²⁰³

O argumento de Gilberto Amado serve para Duarte fundamentar uma proposição muito cara aos seus estudos, e que não tem sua aplicabilidade restrita apenas ao período imperial, pelo contrário, as formulações duarteana vêm sempre com a reiteração do continuísmo dos fenômenos que aponta. Assim, o autor de *Gado Humano* vai usar a virulenta análise que Amado faz dos números do censo de 1872 para investir na existência, no Brasil, de apenas duas classes, que seriam a do escravo e a do senhor de escravo. Desta constatação aparece, como correlata, a identificação da ausência de uma classe média, ou no máximo a sua existência inexpressiva. Ela oscilaria entre a classe do senhor e a classe do escravo, impossibilitada de construir bases para seu apoio. Seria

²⁰¹ Idem. p. 99.

²⁰² Idem. p. 100.

²⁰³ Idem. p. 100-101.

esta classe média inexistente ou inexpressiva que, se pudesse crescer e adquirir certo peso econômico no cenário desenhado pelo autor, poderia vir a forjar o contingente de um “povo político”, a partir do qual o Estado poderia então desenvolver-se.

Para o autor,

essa classe média estaria mais apta para formar o povo político, menos por via de sua alfabetização e da instrução literária que viesse a ter para exercer o voto e compreender as instituições políticas, do que pela propensão, que lhe é própria, de desfeudalizar as castas, a família rural e a propriedade territorial, não só pela divisão desta na pequena propriedade, como pelo sentido mais acentuadamente urbano de sua atividade e de sua índole, abrindo-se, assim, com outro espírito à recepção do fenômeno político estatal...²⁰⁴

Seria esta parcela da população, essa classe média que se viesse a crescer, tornado-se então uma categoria mais numerosa, viria a cumprir aquilo que ela historicamente fizera em outros “sistemas feudais”, que seria permitir ao poder “propriamente político” liberar-se da organização privada e estabelecer sua hegemonia. De forma mais clara, de acordo com Duarte, “é [...] dessa classe que saem o artífice, o comerciante o letrado, o advogado, o operário ainda sem classe própria, o pequeno burguês, como o pequeno proprietário, o cidadão [...] um homem, enfim [...] que oferece outra superfície à extensão normal do poder público.”²⁰⁵

Esta passagem faz reluzir ao menos dois pontos muito importantes. Primeiro, o lugar mesmo no qual o autor se situaria no complexo que ele analisa (um homem que pode oferecer outra superfície ao poder público); segundo, a sentença “operário ainda sem classe” não deixa de ser sugestiva. Ela denota, já que parece extensível à década de 1930, um deliberado silenciamento das lutas operárias que vinham se processando no cenário urbano. A urbe, espaço por excelência da manifestação do “político” vinha dando mostras do surgimento ou da radicalização de um espírito político, mas para Duarte, poderíamos dizer, o operário permanece sem “classe própria”.

O quadro que Duarte pinta da organização política nacional seria então o de “uma tradição de 400 anos”²⁰⁶, que veio mesmo a compor uma “cultura” do privatismo que até então não possibilitou a conversão da “massa populacional” em “povo político”, ou seja, esta “massa populacional não chegou a atingir a idade política, nem pôde,

²⁰⁴ Idem. p. 101.

²⁰⁵ Idem. p. 102.

²⁰⁶ Idem. p. 109.

assim, constituir-se em povo político”.²⁰⁷ A apropriação do Estado e o exercício do poder pela classe senhorial desde a colônia até os dias em que o autor escreve seu ensaio demonstraria como esta classe constitui-se em fator de deformação do Estado, impedindo deste penetrar na sociedade rural e, por fim, pela sua natureza privatista mesmo, incapaz de exercer a “educação política e de diferenciação do espírito público”.²⁰⁸

Duarte põe em cena uma equação um tanto simples, resultado do complexo social que tenta demonstrar. Seja na Colônia, no Império ou na República, “a parcela da população brasileira, no seu conceito político, é [...] a do senhoriato”.²⁰⁹ Isto somado a uma população que “se formou nos seus três elementos humanos, de tipos sociais os mais distanciados de uma sociedade e de um passado político”²¹⁰, só poderia resultar no domínio do espírito privado e a completa ausência da dimensão pública.

A solução ou o “grande esforço” que se teria que fazer seria então no sentido de construir um modelo de Estado que se ocupe com a tarefa pedagógica de criação da dimensão pública. A proposta de Duarte é a criação tanto da dimensão pública (Estado) quanto de sua necessidade (educar o povo para o sentido da coisa pública), tendo em vistas as determinações negativas dos três tipos que compõem a população brasileira.

Exploraremos melhor esta tarefa criadora que é ela mesma a busca pelo advento do moderno nas formulações de Duarte. Por hora gostaria de chamar a atenção para alguns derradeiros pontos.

Como tentamos demonstrar até aqui, a composição das obras de Duarte (especialmente em *A ordem privada e a organização política nacional*) segue uma estratégia muito em voga nos anos 1930 e 1940, que era a busca pelas “raízes” do Brasil, um olhar retrospectivo tentando ver no passado os fundamentos do estado de coisas que então se afigurava. Neste sentido, sua constatação da formação da organização política no país sob o jugo de uma ordem privada figura como o antecedente da apropriação que vinha se processando no regime varguista. Da mesma forma, a precariedade da urbanização na década de 1930 refletiria a tarefa semeadora da

²⁰⁷ Idem. p. 106.

²⁰⁸ Idem. p. 106.

²⁰⁹ Idem. p. 102.

²¹⁰ Idem. p. 106. Duarte esclarece melhor o porquê das determinações negativas dos três tipos que compõem a sociedade brasileira: “o português, já de si desafeiçoado ao espírito público e que perdendo o seu passado político não pôde, nessa conjuntura, formar outro; o negro, a quem a escravidão e a domesticidade destruíram o seu tipo social anterior, além de formar um indivíduo absolutamente estranho e indiferente à comunidade política da qual estava expulso por lei e pelo preconceito racial; e o índio, cuja idade social não passara do clã indiferenciado, ou da organização tribal familiar”.

colonização e urbanização portuguesas. Emergindo do mesmo tronco, a condição de “massa” daquilo que deveria ser o “povo brasileiro” é a atualização da divisão que Duarte evoca entre classe de senhores e classe de escravos. Este diagnóstico conduz à clássica oposição entre litoral e sertão.

O sertão e o sertanejo são os sujeitos e o espaço medieval, necessitados de entrar na ordem do moderno, da política moderna, que teria seu lugar privilegiado de encenação nos domínios da paisagem urbana – ainda que este sertão e este sertanejo figurem vez por outra na escrita duarteana como lugar e sujeitos idílicos, redutos de uma suposta “brasilidade”; a hegemonia, como vimos sugerindo, requer iteração e alteridade.

Em uma derradeira imagem do capítulo de seu ensaio dedicado ao “povo brasileiro” o autor coloca em linhas muito claras esta oposição, uma verdadeira luta dos sertões “contra as cidades”. Isto porque a classe “política” (ou a classe que desempenhou até então a função política deformando-a) agregou à distancia geográfica existente entre a massa sertaneja e o estado um outro distanciamento, “uma distancia social de separação”.²¹¹ Para Duarte, os dois aspectos desta contraposição ao estado seriam “o guerreiro caudilhesco, violento e sangrento e o pacífico, resistente”, estes tipos denunciariam “a velha e grande crise do fenômeno político no Brasil, com uma atualidade que só se disfarça aos olhos dos que acreditam que ela se debela com a simples pacificação dos sertões”.²¹²

Importante notar que a sentença faz reluzir tanto os estereótipos do sertanejo quanto a atualidade (em 1930) do fenômeno do apolitismo que Duarte aponta.

Assim, dentro desta perspectiva bem delimitada entre duas classes (senhores e escravos ou suas atualizações na década de 1930) a obra de Duarte marca um lugar muito específico para a própria agencia intelectual. Pois se há uma distancia social de separação entre as “massas” e o Estado, o papel mediador, a ocupação do espaço em branco cabe ao intelectual. E isto não é um delírio nosso. A crença no papel a desempenhar (a condição de rebanho pressupõe alguém capaz de guiar) e na capacidade para conduzir o processo modernizante justifica, pois, o status de vanguarda, como deixa ver Duarte ao colocar que o homem público

terá que fazer um grande esforço de abstração para conceber e criar uma nação brasileira à moderna, seguindo as fórmulas e os

²¹¹ Idem. p. 111.

²¹² Idem. p. 111.

princípios das agremiações superiores e, e voltar-se imediatamente e violentamente para a massa informe e inorganizada de uma realidade que lhe oferece estádios sociais inatuais para o seu tempo e para o espírito logicamente contemporâneo de suas idéias e concepções políticas.²¹³

A citação não fala por si, mas diz bastante daquilo que vimos tentando demonstrar acerca das aspirações duarteanas.

É fora de questão a preocupação do autor com o estabelecimento de uma racionalidade política que, por conseguinte, atenderá a uma forma diferenciada de relação entre aqueles que governam e aqueles que são governados.²¹⁴ Em outros termos, o projeto modernizante de Duarte atende, com efeito, a um esforço de reordenamento do poder, que busca colocar esta relação entre governantes e governados em outro patamar. O que está em cena é mais um lance no tabuleiro das relações de poder.

Seção IV- Os marcos da inscrição do sertanejo na ordem do moderno.

As representações do sertanejo em particular e do “povo brasileiro” em termos gerais (em que pese a predominância dos primeiros nos números gerais do segundo), forjadas por Nestor Duarte não eram nem originais (elas traduzem mais um ponto de emergência destas representações), nem as elaborações efetuadas pelo intelectual baiano estão em demasia deslocadas de uma série de produções com o mesmo escopo perscrutador da formação histórica do país, definidor da identidade nacional e ansiosa pela fusão muito moderna entre Povo, Nação e Estado.

Poderíamos dizer, acompanhando Durval Muniz de Albuquerque, que elas integram a chamada “formação discursiva nacional-popular”, ou seja, “um conjunto de

²¹³ Idem. p. 120.

²¹⁴ Para Chatterjee, “a democracia (...) não é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Antes, deveria ser vista como a política dos governados”. É que para o autor, a governamentalização do Estado abre a perspectiva da emergência da sociedade política face à noção de sociedade civil. Esta sociedade política seria um espaço de negociação e contestação aberto pelas atividades das agências governamentais dirigidas a grupos populacionais e que freqüentemente apontariam para processos administrativos extra-legais. Como diz o autor, “a sociedade política trará para os salões do poder algo da baixeza, da feiúra e da violência da vida popular”. A perspectiva de Chatterjee é que a noção de sociedade civil é fundamentalmente elitista em seus fundamentos utópicos da soberania popular. Por isso, conclui o autor, “o que tentei demonstrar foi que, ao lado da promessa abstrata da soberania popular, as pessoas na maior parte do mundo estão vislumbrando maneiras pelas quais elas querem ser governadas”. A grande questão em cena é a agência subalterna e não sua passividade. Cf. Partha Chatterjee. **Colonialismo, modernidade e política**. Trad. Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004. p. 97- 160.

regras de enunciação [...] em torno [do qual] se desenvolveu grande parte da história brasileira, entre as décadas de vinte e sessenta”.²¹⁵

Ora, como já colocamos, compreendemos a produção duarteana como que formando um complexo entre função intelectual (ocupação de um espaço flutuante entre Estado e Sociedade); “produção” de um não-lugar (espaço e sujeitos nas bordas da história, do moderno); e, finalmente, arquiteto deste devir moderno, aquele que é responsável por “criar uma nação brasileira à moderna”.

Com matizes diferentes esta tarefa modernizadora estava na ordem do dia nos anos 1930 e 1940 – desde então talvez não tenha mais saído da agenda da intelligentsia nacional.

Neste sentido, não é estranho também que Duarte integre um complexo discursivo que, como aponta José Murilo de Carvalho, se colocando a tarefa de representar o “povo” e produzido por uma elite que possuía os meios de produção e divulgação destes discursos, colocaram em movimento uma imagética negativa do “povo”. Pois se é verdade que as representações utópicas da grandiosidade ancorada na beleza natural do país e veiculadas pelo romantismo haviam sido relegadas para um plano secundário, também é verdade que começam a circular uma profusão de imagens que reserva para a população um lugar bem definido nas categorias do pré-moderno. Como diz Carvalho, “a população podia ser no máximo objeto de campanhas civilizatórias dirigidas pelas elites”.²¹⁶

Em Nestor Duarte esta prática se traduz em suas reiteradas afirmações da necessidade de educar o povo para o sentido da coisa pública, ou seja, para o devir político da massa populacional.

Como é possível observar, o que está em cena neste domínio da preocupação de um intelectual integrante dos grupos dirigentes em relação aos grupos subalternos é, no caso de Duarte, a conversão destes últimos em cidadãos nacionais. É flagrante em Duarte, como em outros intelectuais que produzem suas obras no período de 1930 e 1940, a crença, entre outras coisas, na nacionalidade e no Estado moderno como lugares para a realização do sentido da vida humana. Daí que esta campanha civilizatória que promete uma modernidade esclarecida politicamente, em associação com as aspirações universais da cidadania no interior do contexto da nação proceda, como coloca Homi Bhabha, colocando o “povo” como objeto de uma pedagogia nacional (sempre em

²¹⁵ Durval Muniz de Albuquerque. Op. cit. p. 27.

²¹⁶ José Murilo de Carvalho. Op. cit. p. 255.

construção, em um progresso histórico, em um estado de potência quanto à realização do destino nacional), e tendo também sua identificação com a Nação sempre significada, iterada e posta em cena.²¹⁷

Tentarei abordar a questão do postulado de uma temporalidade vazia e homogênea sobre o qual se funda tanto o discurso da nação quanto o da modernidade no capítulo seguinte, quando tratarei da inscrição do moderno neste não-lugar do sertão e dos sertanejos. Por hora gostaria de seguir aqui a trilha da noção de cidadania, tão cara à democracia e que juntas, traduzem os pontos fundamentais do projeto duarteano que, como dissemos, integra a chamada formação discursiva nacional-popular, tal como sugerida por Durval Muniz de Albuquerque.

Como é possível observar, o que fulgura nas formulações duarteanas é a reforma tanto das instituições quanto daquilo que chamaríamos de sociedade civil. Se a proposta é compor uma sociedade política moderna, é preciso, pois, um “povo”, composto de “cidadãos”, e não de uma massa populacional. Esta definição duarteana – massa populacional –, assim como a proposta de seu cambiamento em “povo político” nos permite introduzir uma discussão em ao redor da noção de governamentalidade – ainda que a noção de população em Duarte seja negativa, sentido diverso daquele que a noção de populações assume nas técnicas de governamentalização do Estado.

A noção de governamentalidade foi colocada por Foucault²¹⁸ e aponta para uma característica dos regimes de poder contemporâneo que seria a governamentalização do Estado. Estes regimes assegurariam sua legitimidade não por meio da participação dos cidadãos nas questões do Estado, mas por se propor a promover o bem estar da população. Como bem definiu Partha Chatterjee,

sua racionalidade não é uma honestidade deliberativa, mas uma noção instrumental de custo e benefício. Seu aparato não é a assembléia republicana mas uma elaborada rede de vigilância ao longo da qual são coletadas informações sobre cada aspecto da vida da população visada²¹⁹.

É no plano do primeiro conjunto de elementos, que diz respeito aos fatos políticos da cidadania igualitária, que Duarte compõe sua produção intelectual. Sua representação negativa da população opera menos no sentido de estabelecer

²¹⁷ Cf. Homi Bhabha. **DissemiNação**. In. Op. cit. pp. 198-238. Cf. Homi Bhabha. **Narrando la nación**. In. [www.cholonautas.edu.pe / Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales](http://www.cholonautas.edu.pe/BibliotecaVirtualdeCienciasSociales).

²¹⁸ Cf. Michel Foucault. **A governamentalidade**. In. **Microfísica do Poder**. Op. cit. pp. 277-293.

²¹⁹ Partha Chatterjee. **Populações e Sociedades Políticas**. In. Op. cit. p.107.

classificações múltiplas, entrecruzadas e variáveis da população na perspectiva de colocá-la como alvo de políticas também múltiplas, do que nas malhas do discurso homogeneizador da Nação e ancorado nos termos da cidadania, como situamos.

Como coloca Chatterjee, “aqui, então, temos a antinomia entre o imponente imaginário político da soberania popular e a realidade administrativa mundana do governamental: é a antinomia entre o nacional homogêneo e o social heterogêneo”.²²⁰

Chatterjee se apropria da noção foucaultiana de governamentalidade para tentar explicar algumas mudanças fundamentais que ocorreram na relação entre governantes e governados naquilo que poderíamos chamar de “terceiro mundo”. O que o autor indiano está tentando estabelecer é uma grade de leitura que tem por base uma distinção muito própria entre “sociedade civil” e “sociedade política”. O primeiro termo da distinção remete à lógica do conceito de cidadão que, como diz o autor, “carrega uma conotação ética de participação na soberania do Estado”²²¹, enquanto que o segundo, ainda com Chatterjee, “torna acessível aos funcionários governamentais um conjunto de instrumentos racionalmente manipuláveis para alcançar largos setores dos habitantes de um país enquanto alvos de suas ‘políticas’”.²²² Em outras palavras, de um lado temos um conjunto de articulações conceituais dispostas numa linha que liga a sociedade civil ao Estado-Nação moderno e que se funda nas idéias de cidadania e da soberania popular; do outro lado, um outro conjunto de articulações que conecta populações às agências governamentais, através de suas “políticas” como, por exemplo, segurança e bem estar.

O que está em cena na formulação do historiador indiano são duas maneiras diferentes de relação entre os grupos hegemônicos e os grupos subalternos. A primeira no plano da utopia igualitarista e homogeneizadora; a segunda no domínio mundano da política cotidiana – ainda que elas sejam complementares, em todo caso.

Esta distinção de Chatterjee entre o governamental mundano e a política utópica da cidadania pode servir, guardadas as proporções, para pensarmos a distinção duarteana entre “massa populacional” e “povo político”.

A lógica que joga a “massa populacional” em Nestor Duarte é, como já assinalamos, a de um estado algo anterior aos modernos meios de racionalização política. Tanto a “massa informe” de *Gado Humano* quanto a “massa populacional” de

²²⁰ Idem. p. 109.

²²¹ Idem. p. 107.

²²² Idem. p. 107.

A ordem privada e a organização política nacional estão sob o signo da ausência e figuram na condição de “pré”: político, moderno, etc. A racionalidade política pretendida e expressa nas formulações de Duarte operam no sentido de alcançar de forma efetiva tais estágios: político, moderno, etc. Uma vez que a dupla distância – espacial e cultural – entre a grande parcela da população que habita os sertões e o Estado conforma e aprofunda reiteradamente a ausência da esfera na qual se circunscreve os domínios da cidadania, cumpre, na ótica do intelectual, promover a elisão desta lacuna e proceder à conversão destes sujeitos em cidadão.

Assim, Duarte não pode operar ao nível daquilo que Chatterjee apontou como sendo o da política mundana. Isto pelo fato de que para nosso autor, como já observamos, o Estado ou é demasiado débil ou ele simplesmente inexistente.

Sua preocupação se dá no nível anterior, baseado nas premissas de um esclarecimento propriamente moderno, nas aspirações universais da cidadania alcançada no interior de uma “Nação” consolidada. Como dissemos, a identidade entre “povo” e “Nação” e entre esta e o Estado. E é justamente esta identidade que não existe para nosso autor. Isto por conta de uma constatação tão radical que Luiz Guilherme Piva chamou de pessimista. Para Duarte, não há nem “povo” em seu sentido político; nem “nação”, enquanto comunidade de sentimentos consolidada; nem Estado, enquanto signo maior da racionalidade política moderna. Avulta, desta maneira, o “grande esforço” que, como disse o próprio autor, o homem público teria que fazer para forjar uma “nação brasileira à moderna”.

Como podemos observar, a “massa populacional” figura como alvo fundamentalmente da utopia da cidadania e não das políticas mundanas do governamental. Mas esta dimensão pública, que seria o cenário do desenvolvimento desta utopia, nem ela mesmo existe na formulação de Duarte. Daí que tenhamos colocado antes, que Duarte pretende tanto a construção desta dimensão quanto de sua necessidade, do Estado e da cidadania com sua dimensão ética de participação.

Os marcos dessa composição “pessimista” levada a efeito por Nestor Duarte tendo por horizonte a lógica da cidadania não poderia, com efeito, ter em consideração os dados da política mais elementar. Colocar a questão da política mundana, dos mecanismos que o Estado estabelece para acessar de diferentes maneiras a população põe em cena o protagonismo desta mesma população nesta relação entre governantes e governado. Em outros termos, poderíamos imaginar que é no plano desta política mais mundana que os subalternos exercitam a cotidianização da política, ou seja, poderíamos

pensar como, no próprio desdobramento do projeto de conversão destes sujeitos em “cidadãos” nacionais o modernizador encontre toda natureza de resistência.²²³

Em outros termos, isto põe em relevo não apenas táticas que ensaiam outra modernidade, mas a própria política dos governados.²²⁴

Com efeito, visualizar esta duas dimensões que apontamos por último demandaria outro esforço de pesquisa, que fosse contemplado com outros materiais, etc. Para nosso propósito, cumpre assinalar que esta duas dimensões – a política dos governados e uma outra modernidade não faziam parte da agenda Duarteana.

A primeira dimensão, a da agência dos subalternos, é completamente ignorada pelo nosso autor, mesmo em eventos onde esta agência dá mostras bastante explícitas de sua existência; a segunda não pode ser levada em conta, já que o que se pretende é justamente uma modernidade associada aos ditames da cidadania e expressos no plano da nação consolidada.

A fusão entre Povo, Nação e Estado é tarefa pedagógica deste último, e este último deve sua conformação, nos termos da racionalidade moderna, ao “homem público”, ao intelectual em sua função. Passemos aos termos da inscrição do moderno na construção de nosso autor.

²²³ Ver nota 102.

²²⁴ Cf. Partha Chatterjee. **A Política dos Governados**. In. Op. cit. pp.129-160.

Capítulo III

A inscrição do moderno

NESTOR DUARTE

REFORMA
AGRÁRIA

RIO DE JANEIRO

333.31

D812

Consultas

333.31 D812

Autor: Duarte, Nestor,
Título: Reforma agrária.



33349

83.051

Capa de Reforma Agrária publicado em 1953: para o autor o Brasil ainda era feudal.

Preâmbulo

Talvez já tenhamos dado a indicação do sentido principal que assume a busca pela dimensão “moderna” empreendida por Duarte em boa parte de sua obra. Da mesma maneira que nossa interposição às estratégias mobilizadas para a representação do sertanejo (no que diz respeito à relação entre aqueles que representam e aquele que são representados) não podem ser tomadas em termos diretos, descritivos, que espelham a chamada realidade, as reservas a um projeto nacional-modernizador também não o podem. Se, no primeiro caso estudado no capítulo anterior, trata-se da definição de espaços e sujeitos que estariam situados em uma dimensão pré-moderna, neste segundo caso é a própria condição “moderna” que é buscada como uma dimensão que designa uma realidade plenamente realizada, em oposição, certamente, a uma virtualidade (potencialidade).

O que o imbricamento destes dois pontos demonstra (ou é o que estamos tentando demonstrar) é que Duarte no exercício de seu trabalho intelectual tem seus olhos e anseios bem localizados em uma modernidade universal (dos Estados europeus).

Com efeito, ainda que evocando a “realidade” brasileira e a necessidade de conformar instituições adequadas a tal realidade (e aqui já seria necessário outro texto para discutir estes aspectos), o que parece figurar no autor é que seu esforço por construir uma “modernidade nacional” não é muito mais do que um esforço por inserir-se na linha do tempo da modernidade universal européia – evidentemente portadora de todo um repertório da política utópica que tanto agrada nosso autor.

Poderíamos dizer, em termos mais simples, que o nacionalismo modernizador de Duarte parece estar disposto a escolher seu formato na galeria dos “modelos” oferecidos pelos Estados-nação europeus e norte-americanos (as agremiações políticas superiores, como coloca). No entanto, o problema parece ser menos de mimesis dos modelos culturais ou políticos europeus ou estadunidense do que de inserção neste tempo vazio da modernidade universal e autolegitimadora que postula que esta modernidade (ou o capitalismo) não encontra dentro de sua dominação qualquer tipo de resistência.²²⁵ Vejamos de forma mais precisa alguns traços da proposta de modernização de Duarte.

²²⁵ Sobre a dimensão autolegitimadora da modernidade européia Habermas oferece uma leitura filosófica muito contundente. Cf. Jürgen Habermas. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Trad. Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Com efeito, a proposta nacional-modernizadora de Nestor Duarte é fundamentalmente política – política institucional, o que não implica dizer que não seja também cultural. Este projeto ganha contornos mais explícitos na proposição duarteana presente no ensaio *A ordem privada e a organização política nacional* de que é necessário criar o Estado, entendido como a dimensão pública e política por excelência, e que viria justamente a opor-se e tentar disciplinar para o sentido da coisa pública uma sociedade dominada pela esfera das relações privadas – a ordem privada, como designa. Em resumo, a este Estado caberia a tarefa pedagógica de educar o povo para o senso da coisa pública, esfera esta que é para o autor sinônimo de política – não há política fora da esfera pública, e o Estado sintetiza esta dimensão e é o espaço mesmo da política. A idéia é criar a dimensão pública, mas também sua necessidade, posto que a sociedade sob os auspícios da ordem privada sempre vivera à sombra de uma desnecessidade do Estado. Daí que seja tão repetida em nosso autor a urgência da educação do povo para a dimensão público-política – criar, como antecipamos, a dimensão pública, mas também a sua necessidade.

Para Duarte apenas desta maneira seria possível compor o enredo de uma modernidade nacional, ou seja, deixando de lado o primitivismo do domínio da dimensão privada – que não logra conformar tal organização nacional – poder-se-ia então pensar em uma “nação à moderna”, uma comunidade de sentimentos e propósitos posta em movimento em função do bem público, distante dos interesses privados e das relações de pessoalidade.

No mesmo sentido, a proposta de reforma agrária apresentada por Duarte em 1947 e publicada como livro em 1953 também se apresenta – e neste caso o projeto figura como uma obra que retoma os temas expressos no ensaio de 1939 – enquanto esforço no sentido de inscrição do Brasil na ordem do moderno, como mais um passo no sentido de criar condições para a emergência da comunidade política e para a consolidação daquilo que Duarte chama de instituições características das “agremiações superiores”.

Isto porque, como coloca o autor, é precisamente a forma de apropriação e exploração da terra fundada na grande propriedade rural que conforma, em seu ponto de vista, a realidade política, social e econômica. Poderíamos dizer que as proposições presentes em *Reforma Agrária* tentam justamente desmontar o complexo social do latifúndio, tal como ele foi delineado nas páginas de *A ordem privada e a organização política nacional*.

Como coloca Osmir Dombrowski,

O projeto de Nestor Duarte pretendia, exatamente, liquidar a grande propriedade com a implementação compulsória da policultura em pequenas unidade de subsistência. A reforma agrária preconizada por Duarte é, assim, um meio de superar o feudalismo (definido basicamente pelo poderio da ordem privada diante de um Estado fraco e incapaz) e fazer do país uma nação ‘moderna’”.²²⁶

Como dissemos, o alvo é a grande propriedade que, ao reunir toda atividade econômica e social (além de exercer um poder político desviado de seus verdadeiros propósitos que seria o bem público) desde a Colônia, não permitiu a constituição de um poder efetivamente político, criando, além disto, uma moral e um sentimento apolíticos e indispostos à dimensão pública. Seria este formato fundado na grande propriedade (neste complexo social do latifúndio) que continuaria, na leitura do autor, impossibilitando a emergência de cidades e de uma população mais urbana, assim como a emergência de uma classe média que viria a ameaçar e mesmo extinguir tal complexo social fundado no latifúndio. Em face desta situação reluz então o papel do homem público, a quem cabe a intervenção nesta realidade no sentido de lançar mãos de mecanismos (seja ele a construção do Estado em um primeiro momento ou levar a efeito uma reforma agrária em um segundo) que possibilite a inscrição do país na ordem do moderno.

No entanto, este caminho para o “moderno” não pode lançar mão de recursos autoritários, como o do modelo de Estado de Vargas, que ao não exercer o que seria seu papel fundamental (a educação do povo para o sentido da coisa pública) permanece sem uma base social e acaba submetido pela classe senhorial que o perverte. Daí que para o autor o advento do moderno refere-se à emergência do estado entendido enquanto o “fenômeno político diferenciado”, encarregado de insuflar aspirações de ordem pública nos membros da comunidade que se dispõe a controlar.

Em uma passagem de sua leitura sobre esta questão central da obra do autor, Luiz Guilherme Piva registra uma impressão – a qual acaba não explorando- que é justamente aquilo que estamos tentando colocar em cena.

De acordo com Piva, ao passo que avança em seu texto de 1939, Nestor Duarte faz assomar “timidamente (...) sem jamais se mostrar inteira e deixando a impressão de que é mera impressão de leitura, a idéia de que há um Estado puro, que seria como que

²²⁶ Osmir Dombrowski. **Ordem privada e reforma agrária em Nestor Duarte**. In. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política. n.º. 49, 2000. p. 230.

uma entidade com existência própria numa faixa virtual, que se realiza em determinadas organizações, países e momentos históricos e em outros, não.”²²⁷

Piva intui um problema fundamental. Isto porque se pensarmos na tríade modernismo, modernização e modernidade de uma forma mais orgânica, veremos o modernista Duarte propondo uma modernização (política e social) em busca da inserção do país na ordem do moderno (na modernidade). A intuição de Piva de um “Estado puro” com uma “existência natural” que ficaria “à espreita de um impulso detonador para inflar, crescer e se inteirar”²²⁸ no caso de Duarte seria melhor inteligível se pensássemos que se trata da inevitabilidade mesma da modernidade, da crença de que o espaço social contemporâneo está distribuído em um tempo vazio e homogêneo da modernidade, onde quem ainda não está, precisa urgentemente se colocar.

Como coloca Chatterjee a respeito do postulado deste tempo vazio e homogêneo,

dentro de seu domínio este não contempla nenhuma resistência à sua livre mobilidade. Quando encontra um impedimento, o interpreta como um resíduo pré-capitalista ou pré-moderno. Tais resistências ao capitalismo (ou à modernidade) são interpretadas como remanescentes de um passado superado que, contudo, por algum motivo, persiste. Ao imaginar o capitalismo (ou a modernidade) como um atributo próprio da contemporaneidade, esta perspectiva não só consegue desafiar as que lhe enfrentam como arcaicas e atrasadas: também garantem ao capitalismo e à modernidade seu triunfo final, à margem das crenças e esperanças contrárias que algumas pessoas puderam ter, porque no fim das contas, como todos sabem, o tempo não pára.²²⁹

Trata-se, como é possível observar, de uma perspectiva historicista e progressista contra a qual Chatterjee está se insurgindo. E é também ela que Duarte em certa medida enverga e a qual muitos de seus leitores simplesmente ignoram, contentando-se em celebrar suas inclinações democráticas fundada nos ditames da cidadania e de uma política que é ela mesma inscrita no tempo vazio e homogêneo, posto que requer de antemão uma universalidade (o mundo único da experiência moderna) para tornar possível que uma atividade chamada política possa ser reconhecida em todas as partes (a política utópica da cidadania). Neste ponto, como continua Chatterjee, é que “o espaço tempo homogêneo e vazio é o tempo utópico [que] conecta linearmente o passado, o presente e o futuro, e cria as condições para todas aquelas imaginações

²²⁷ Luiz Guilherme Piva. Op. cit. p. 237.

²²⁸ Idem. p. 237.

²²⁹ Partha Chatterjee. **Populações e Sociedades políticas**. In. Op. cit. p. 114.

historicistas da identidade, da nacionalidade, do progresso, etc.”²³⁰ As resistências a este programa são justamente aquilo que nosso autor define enquanto pré-moderno, feudal mesmo.

Com efeito, não escapam de nossa leitura os aspectos da obra de Duarte que constituem uma crítica aos regimes autoritários bem como ao fenômeno do privatismo ou da apropriação do público pelo privado. No entanto, cremos que apenas apontar estas duas dimensões presentes na obra de Duarte é pouco. Somente sublinhar estes aspectos é não só ser incapaz de ler estes textos de uma maneira que não seja a leitura literal, mas é também ser “incapaz de perguntar as estes escritos algo distinto do que eles disseram ou pretenderam dizer de maneira explícita”.²³¹

Neste sentido, é justamente na articulação entre a representação do sertão e do sertanejo enquanto espaço e sujeitos pré-modernos - que se colocam como entraves ao moderno - e a construção do “moderno” enquanto realidade plenamente realizada - desejável e necessária na leitura de nosso autor – que podemos observar a agência do intelectual Nestor Duarte.

Desta forma, o fundamental neste capítulo é explorar de forma mais detida a noção de modernização proposta por Duarte, o que nos leva inevitavelmente à discussão de sua noção de “ordem privada” bem como os desdobramentos desta na “organização política nacional”. Além destes, outros dois aspectos são fundamentais para seguirmos Duarte em sua análise: a atualidade dos problemas colocados pela ordem privada ao tempo em que o autor escreve e a proposição de um modelo de reforma agrária como passo possível no sentido de desmontar o complexo social representado por tal ordem privada

Neste sentido, Duarte está fundamentalmente preocupado com as implicações do problema do privatismo em sua contemporaneidade. Seu recuo na história do país serve para demonstrar quais os antecedentes da problemática que estuda; como ela se instala no Brasil; como se desdobra ditando o ritmo da organização política nacional; como este protagonismo do privado impossibilita a constituição de um modelo de Estado-nação moderno e, em que sentido uma reforma agrária poderia emergir como passo importante neste processo – um passo inicial e até mesmo indispensável. Sigamos o intelectual mais uma vez.

²³⁰ Idem. p. 116.

²³¹ Carlos Antonio Aguirre Rojas. **Antimanual do Mau Historiador**. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2007. p. 28.

Seção I – Os antecedentes da ordem privada

Como já adiantamos, um dos pontos centrais da obra duarteana é a idéia de inscrição do Brasil na ordem do moderno, o que implica superar aquilo que ele denominou de “ordem privada” – conceito elaborado em seu ensaio de 1939 e retomado em seu projeto de reforma agrária.

Essa noção é sem dúvida a pedra fundamental de seus trabalhos mais significativos. Ela é considerada pelo próprio autor como sendo o diferencial de sua obra em relação a outros intelectuais que se dedicaram à tarefa de estudar o país e propor caminhos para sua modernização. Isto porque Duarte acredita que embora os problemas decorrentes do privatismo tenham sido apontados outras vezes – como em Sérgio Buarque de Holanda-, isto não foi feito com a necessária atenção, pois o que importava fundamentalmente, segundo Duarte, era demonstrar que o privatismo alcança desdobramentos de ordem política muito mais profundos que uma mera “desorganização da sociedade”. Para ele o privatismo gera uma organização social apolítica, que ao largo da história do país prescindiu da dimensão público-política (do Estado) tornando-a desnecessária à população e criando uma cultura de espírito eminentemente privado, que não obstante tenha suas raízes ainda no processo de colonização, persistia nos anos 1930-1940. É contra isto que o autor escreve.

Assim Duarte imagina que é esse o diferencial de sua obra: o privatismo não como índice de uma desorganização, mas de uma profunda organização social – apolítica, em todo caso. Isto fica bem demonstrado quando o autor refere-se ao passado colonial, já que para ele

se à primeira vista podemos dizer que essa sociedade é desorganizada – e a expressão não tem nem procura ter valo exato - se tamanha dispersão, aliada ao individualismo infrene de seu componente, pode dar a impressão genérica, grosso modo, de que a Colônia não obedece a uma organização, como se possível fosse a qualquer aglomerado considerável, como o seu, viver como horda sem lei nem regras, uma reflexão mais demorada nos levará a retificar o conceito, para concluirmos que essa sociedade, colonial dispersa, arquipelágica, móvel, inafixável, inquietada, só é desorganizada, ou melhor, inorganizada, no *sentido político*. Sua indisciplina é propriamente política. É uma sociedade apenas anárquica por ser apolítica ou antipolítica.²³²

A desorganização é “política” no sentido como o autor entende a política, mas não deixa de se tratar de uma organização social que justamente impede a organização

²³² Nestor Duarte. **A ordem privada e a organização política nacional**. p. 59-60.

“propriamente política”. Daí que para Duarte apenas apontar na sociedade Colonial a preponderância do privatismo é “muito pouco”. Para o autor os intelectuais que o fizeram “não o tomam como fato a sistematizar na interpretação e na explicação dessa organização social”.²³³ Segundo Duarte o importante é precisamente “sistematizar” o privatismo na interpretação e explicá-lo como fator que enceta uma organização social avessa aos ditames da política moderna.

A ênfase do estudo na organização da sociedade colonial não implica que este privatismo seja uma manifestação distante, mas justamente que o autor pretende observar as “raízes” e as formas como tal fenômeno se solidificou. Isto porque, segundo o autor, é com a chegada mesma do colonizador que se instala aqui tal ordem privada. Aliás, como coloca Duarte, “é fora de dúvida que a história do Brasil, com a interpretação conseqüente de sua organização social deve começar antes do descobrimento”.²³⁴ Em outros termos, os elementos que explicariam as determinantes negativas que impossibilitam a conformação de uma sociedade moderna deveriam ser buscadas no próprio colonizador, no passado político e social de Portugal e dos portugueses enquanto povo. Para Duarte, se o português pôde preservar tanto a língua quanto outros elementos étnicos, o mesmo ocorreu no que diz respeito tanto à organização política quanto social. Estas duas últimas dimensões teriam sido inclusive, de acordo com o autor, aquelas que melhor teriam sido preservadas pelo português que veio para a Colônia.

Neste sentido, seguindo Capistrano de Abreu, Nestor Duarte diz que o Brasil tem que ser visto como uma continuação da sociedade portuguesa, antes e depois da conquista. Assim, assegura o autor,

quem pretenda, pois, analisar tal ou qual aspecto da sociedade brasileira, a forma por que se organizou, as tendências mais vivas que lhe denunciam a natureza e os rumos deverá empreender o exame da sociedade portuguesa não como simples antecedente, mas como essa própria sociedade que só depois seria a brasileira.²³⁵

O que está na mira de Duarte é antes de tudo o processo político de Portugal (de conformação do Estado nacional português) e sua significação (a natureza deste processo).

Ao ler a história de Portugal o autor vai se convencer de que o português é um povo fundamentalmente “particularista”. Se se apresenta coeso no que tange a uma

²³³ Idem. p. 61.

²³⁴ Idem. p.1.

²³⁵ Idem. p. 2-3.

política voltada para o exterior²³⁶, “internamente o português, cuja organização política nunca atinge processos normais, é melhor definido como tipo social dentro da organização privada”²³⁷.

É esta a tese defendida à exaustão no primeiro capítulo de seu ensaio de 1939, ou seja, um esforço do autor em demonstrar como Portugal faz parte do “outro ocidente”, completamente distinto da tradição anglo-saxônica.²³⁸ Como define Duarte,

o português é, comparativamente, menos político, como povo e como indivíduo, do que muitos outros povos nacionalizados da Europa. Frente à organização política o português há de sempre revelar-se mais ou menos irredutível a esta totalização a que o Estado submete o indivíduo, cortando ou reduzindo antes todos os laços que o prendem aqui a ali aos grupos intermediários(...) de uma sociedade.²³⁹

Para o autor, ainda que Portugal tenha protagonizado episódios relevantes – como a precoce unidade nacional além da própria conquista da América – isso não significou a ascensão a um estágio elevado de organização social e política. O português permanece um homem mais privado do que público e Portugal um país comprometido com e por este espírito privado.

De acordo com Duarte o que explicaria esta peculiaridade do português frente a outros povos seria a força de três “instituições”: a comuna (ou o município); a Igreja e a família. Para o autor, o processo de “diferenciação política” (emergência do Estado nacional moderno) se passa pela luta contra poderes concorrentes a exemplo do poder feudal. Portugal passara por este processo com o apoio da comuna que, se por um lado ajuda o poder real a se unificar e se consolidar, por outro cobra um preço, na medida em que disputa a hegemonia com este poder real, reduzindo-o politicamente. Como analisa o autor, “o poder real luta vigorosamente contra a nobreza feudal, mas tem à sua frente, a concorrer-lhe em jurisdição e primazia, a comuna como poder sôbre territórios e indivíduos”²⁴⁰.

²³⁶ Como coloca Duarte, a unidade política de Portugal “se dá para a defesa do território, para lutar contra monarquias vizinhas, para resistir à Espanha (...) para extremar-se moral e religiosamente do mouro, mas no íntimo o português permanece infeso ao Estado, porque está mais que tudo organizado em grupos anteriores ou que se desviam do sentido do Estado, como o familiar e o religioso, para assim acastelar e esconder talvez o seu individualismo de natureza anárquica.” Idem. p. 4.

²³⁷ Idem. p. 3.

²³⁸ Como colocamos antes, sua inserção naquilo que José Murilo de Carvalho chamou de “iberismo”.

²³⁹ Nestor Duarte. **A ordem privada e a organização política nacional**. Op. cit. p. 4.

²⁴⁰ Idem. p. 6.

Para Duarte este é um ponto de suma importância, já que em sua perspectiva político-sociológica a idéia de Estado supõe um poder “incontrastável” e “inconcorrente” que não pode fraquejar diante de organizações ou grupos de interesses diverso daquilo que seja público, ou que possam de alguma maneira vir a limitar o exercício deste poder incontrastável e que necessariamente, coloca Duarte, traduz ele mesmo aquilo que seria o público e a própria política.

Assim, um dos elementos que serve para Duarte demonstrar essa propensão do português ao domínio do privado e sua alergia aos ditames da política moderna é a forma como se estruturou historicamente a sociedade portuguesa, onde teria sido o “espírito do fragmentário, da divisão, da adesão à entidade local e regional”²⁴¹ que orientou e que dominou historicamente a organização municipal. É esta índole da divisão e da fragmentação que se coloca como contrária à “formação política nacional”. Isto pelo fato de que nesta organização municipal haveria quando não uma sujeição da esfera pública pela privada, ao menos uma indistinção, fazendo chegar até a dimensão pública o conjunto de “interesses e sentimentos” tanto da vida quanto da organização privada. A consequência disto é que “a comuna (...) nem prepara o espírito nacional de um povo nem forma o homem político na acepção do cidadão, porque dos grupos e associações territoriais é o menos político por ser o mais privado, pois não há confundir a comuna com a cidade, tipo de associação urbana de originário sentido político”.²⁴²

Outra instituição a concorrer para a formação deste espírito privatista em Portugal teria sido a Igreja. De acordo com o autor “a Igreja foi sempre em Portugal, nos limites territoriais de sua soberania nacional, um poder concorrente e, por vezes, durante séculos, em épocas e tempos alternados, um poder superposto ao político”.²⁴³ No mesmo sentido que a comuna, o poder exercido pela Igreja coloca-se como um poder concorrente ao do Estado.

Fechando a tríade dos fundamentos que explicariam o “espírito privado” do português estaria a família. Esta, também de apelo completamente diverso daquilo que representa o Estado, aparece com um papel bastante significativo. Tanto quanto o poder comunal/municipal ou do poder eclesiástico, a família se constitui como entrave ao processo de diferenciação política que leva à conformação do Estado moderno (e suas correlatas características). Para Duarte, “a família é antes um grupo hostil ao grupo

²⁴¹ Idem. p. 6.

²⁴² Idem. p. 11.

²⁴³ Idem. p. 8.

político, refratário, enfim, ao espírito que domina a organização estatal”.²⁴⁴ A família, saliente o autor, por sua condição restrita (por se tratar de um grupo fechado) traduz uma idéia oposta à do Estado. Por seu caráter exclusivista ela é a síntese da coisa privada, a própria negação do Estado. Assim, ainda que um grupo familiar venha a exercer o poder político (em “sociedade simples e sem densidade”, explica o autor) não o faria senão pervertendo este poder político em prol de seus interesses particularistas. E concluindo, coloca Duarte, “em face ao Estado, quando êste a absorve ou limita a potestade doméstica, a família começa a desencadear uma força de resistência e de oposição. Porque seu espírito é mais vivo e intenso do que o do Estado, com um fundamento sentimental que aquele desconhece”.²⁴⁵

A mais importante implicação que Duarte extrai deste complexo privado que cria uma cultura avessa ao espírito público é de ordem política. É a impossibilidade do pleno desenvolvimento do repertório da política moderna que mais incomoda nosso autor. Deste repertório a idéia do Estado moderno, democrático e fundado nos ditames da cidadania é, como já dissemos, a aspiração utópica de nosso autor.

Sua definição do que seria o Estado é sem maiores preocupações com extensas exemplificações históricas ou etimológicas. Estado para Duarte é o “fenômeno político diferenciado”, ou seja, é um poder distinto do familiar ou do religioso, que exerceria a função de governar os membros que compõem uma comunidade nacional. O estado é a dimensão pública, propriamente política que deve exercer o poder político sem a sombra de outras instituições ou grupos como a Igreja ou a família.

O Estado, neta acepção de “fenômeno político diferenciado” como define Duarte tem por horizonte então

ser, no âmbito interno, mesmo que vá condescendendo aqui e ali, um poder incontestável, inconcorrente, único, como se teorizou enfaticamente, segundo o conceito tradicional, a sua soberania. E é do espírito político (...) com nítido sentido extragrupal, ser infenso a tudo que restrinja, particularize e divida a força social de que precisa dispor. Dirije-se, por assim dizer, ao geral, à generalidade, cuja expressão mais própria e justa é o termo *res publica*, a coisa publica, que ele traduz e expressa.²⁴⁶

É justamente esta natureza de fenômeno que Duarte diz nunca ter completado seu processo de “diferenciação” em Portugal.

²⁴⁴ Idem. p. 13.

²⁴⁵ Idem. p. 15-16.

²⁴⁶ Idem. p. 15.

Assim, fecha-se o raciocínio de nosso autor. Já que isto não se passou na Metrópole, e como a história do Brasil começa antes e continua com a colonização, todas estas especificidades da organização política e social portuguesa são transplantadas com a chegada do colonizador. Daí que pensar o Brasil e os problemas de sua formação social implica um recuo até o longínquo passado português.

Ainda neste sentido, Duarte vai sustentar que estes caracteres da organização social e política que foram trazidos com o colonizador encontraram na Colônia um terreno ainda mais fértil para seu enraizamento e radicalização. Desta forma, a ordem social fundada na família, na grande propriedade e no poder municipal começa a escrever sua história no Brasil. História esta que é a própria história do que Duarte chamou de organização política nacional.

Seção II – Os desdobramentos políticos da ordem privada.

Se Portugal na leitura de Duarte não logrou efetivar sua diferenciação política, ou seja, não conseguiu construir a instituição Estado em uma acepção propriamente moderna, e se os portugueses permanecem um povo fundamentalmente particularista e avessos aos ditames da política moderna, é com estas características que se dá início a organização social e política no Brasil. Para Duarte, “o Estado, como idéia, representação e poder, viria a enfraquecer-se e padecer de inelutáveis vicissitudes no Brasil, ao passar para o território colonial a organização social portuguesa”.²⁴⁷

Segundo o autor, todos os elementos negativos que informam a cultura apolítica portuguesa se radicalizam no novo território, isto por conta de alguns fatores pontuais, aos quais ele atribui a responsabilidade pelo caráter mais agudo que vai assumir este espírito privado. De acordo com o autor de *Gado Humano* “dois fatores transmigrados com essa organização [portuguesa] e de logo exaltados pelas novas condições do meio, iam agravar de óbices e tropeços o curso normal da atividade funcional do Estado – o feudalismo (...) e a família...”²⁴⁸

O primeiro destes fatores, o feudalismo, Duarte sustenta, com já fizemos referência, sinalizando que a forma de ocupação do território colonial com o sistema das Capitânicas é tipicamente feudal. Segundo o autor, “as capitânicas são, por tendência e

²⁴⁷ Idem. p. 18.

²⁴⁸ Idem. p. 18.

desdobramentos de seus fins, uma organização feudal.”²⁴⁹ Ainda que tal tese da existência de um período feudal no Brasil seja contestada já em 1939²⁵⁰, o que importa para Duarte são dois pontos que ele considera cruciais e que o autorizam a sustentar seu ponto de vista. Primeiro, aquilo que seria a “transmissão da propriedade plena e hereditária”; e, em segundo lugar, a “fusão da soberania e da propriedade”.

Recorrendo mais uma vez a Capistrano de Abreu, o autor diz que na Colônia cabia ao donatário tanto a posse da terra quanto sua “governança”. Desta forma, conclui Duarte, “está demonstrada a existência daqueles requisitos que caracterizam teoricamente a organização feudal na propriedade plena e hereditária da capitania em face do Rei e na fusão da soberania na propriedade mesma”.²⁵¹

Se o sistema das capitanias no período colonial é, como coloca Duarte, a primeira forma pela qual se estabelece uma “sociedade constante e demorada” no Brasil, é a ele que todo e qualquer estudo deve voltar-se, no sentido de apreender as “determinações históricas” que explicariam a problemática do privatismo e do “atraso” brasileiros nos anos 1930-1940. Isto porque, seria preciso lembrar mais uma vez, que tal regime que funde “propriedade e soberania” – ou seja, posse da terra e exercício do poder “político”- não é propenso ao desenvolvimento daquilo que o autor chama de “espírito político” – ou seja, de uma cultura “verdadeiramente” política e de instituições que representam o político, como o Estado.

Neste sentido, é esta organização social com raízes na Colônia, mas que também se prolonga na história do país chegando à atualidade do autor, que explicaria as “irredutibilidades” da organização política do Brasil, seu “atraso” e sua inscrição no pré-moderno. Como coloca Duarte, “o sistema de donatarias nos transmitiu o estilo e a forma de uma ocupação do solo que é uma das constantes de nossa sociedade e a própria condição de suas lindes territoriais que ainda hoje perduram na configuração de muitos dos nossos estados federados”.²⁵² É esta perspectiva de uma longa continuidade que autoriza Duarte a falar em feudalismo mesmo após 1930. E a persistência deste

²⁴⁹ Idem. p. 18.

²⁵⁰ Como pontuamos no primeiro capítulo, tanto Caio Prado Júnior quanto Roberto Simonsen, que é com quem Duarte trava o debate, investe na negação da existência de tal período e na inadequação de tal categoria para explicar questões relativas à história política e econômica do país. Para Caio Prado só se poderia falar em feudalismo enquanto uma figura de retórica. Duarte ainda dirá que se trata de um “feudalismo atípico”, mas o “atípico” de Duarte é que é mera figura de retórica. Para ele não há dúvidas que o Brasil não só viveu como vive, ainda em 1930, um regime tipicamente feudal. Neste aspecto vale observar a constatação de Luiz Guilherme Piva com relação a uma sensível desatualização de Duarte em relação a diversos aspectos sustentado em seu texto de 1939.

²⁵¹ Nestor Duarte. **A ordem privada e a organização política nacional**. Op. cit. p. 19.

²⁵² Idem. p. 22-23.

regime privado é que também permite que Duarte fale tanto da ausência de protagonismo dos sujeitos subalternos quanto da necessidade inadiável do moderno.

O outro fator que Duarte diz obstruir a atividade do Estado e que o enfraquece como “idéia, representação e poder” é a família, a grande família patriarcal que, de acordo com o autor, “é no ocidente, na idade Moderna e contemporânea, a maior reminiscência, talvez, da antiga família dos rudes tempos romanos”.²⁵³ O que está em jogo é justamente a agência de um grupo intermediário que se opõe ao pleno desenvolvimento da ordem pública. Como insiste Duarte, dizer que a sociedade Colonial é desorganizada por conta da ação de grupos intermediários e concorrentes ao poder do Estado como a família não traduz a realidade mais palpável e nem desvela por completo o problema, já que a agência privatista gera uma forma de organização social que não pode ser confundida com mera desorganização.

Neste sentido, o papel da família patriarcal assume grande importância na leitura que Duarte faz do Brasil. Para o autor, a família representa “a única ordem perfeita e integra” que a sociedade portuguesa conheceu. Transplantada para as novas possessões coloniais encontraria no Brasil um terreno propício para a “revivência dos tempos heróicos ou, se quiserem, dos tempos feudais”.²⁵⁴

Para o autor, três fatores explicam a centralidade da organização familiar na sociedade colonial: a própria “índole” privatista do português; a economia feudal e o extenso território, que acaba influenciando tanto na forma de ocupação do solo (as grandes e isoladas propriedades) quanto na forma de produção (o latifúndio monocultor). Assim, as características do novo território colonial são mais propício ao fortalecimento do poder familiar trazido pelos colonizadores. Essa força do familismo aponta para a preocupação fundamental do autor que é com o poder “propriamente político”, definição oposta daquilo que representa a família e que, de acordo com o autor, além de ser aquilo que mais nega o Estado é a organização que está na base da organização feudal.

Segundo Duarte, família, propriedade e feudalismo componentes de um mesmo processo e

é precisamente na fase feudal que a família revela a sua índole institucional contrária ao espírito institucional político diferenciado. Dê-se força de governo e mando à instituição familiar e ela não desdobrará até a fase posterior do Estado puro, desvia-se antes,

²⁵³ Idem. p. 18.

²⁵⁴ Idem. p. 64.

desviando também o processo político, para uma forma de deformação...²⁵⁵

Negação mesmo do Estado e por conseguinte da dimensão pública e do poder político, a família quando logra exercer este último não o faz senão desviando-o. É toda a história deste fenômeno de apropriação do público pelo privado que Duarte constrói em sua obra – fenômeno que impede justamente a emergência da modernidade política pretendida pelo autor.

Para o autor, se na Colônia a família patriarcal tem um papel central, seus resquícios e os desdobramentos a-políticos que disso decorrem não se extinguem com a emergência do Império ou da República. Se na Colônia Duarte vê a família patriarcal com uma tripla atribuição²⁵⁶, não será um quadro muito diferente que ele pinta no que diz respeito à configuração política e social dos anos 1930-1940. As questões da extensão territorial, da ausência de cidades e do isolamento dão as cores da continuidade de uma “tradição de 400 anos”. Pois se a família patriarcal exercia as funções procriadora, econômica e política na Colônia, devido ao extenso território não ocupado e livre de presença do poder propriamente político, serão estas mesmas questões que Duarte coloca como sendo as principais a serem sanadas.

A questão central que se depreende do diagnóstico é a de que forma a ordem privada se institui aqui no Brasil; como ela se perpetua e de que maneira ainda persiste na configuração política e social das décadas de 1930 e 1940 impedindo o país de adentrar na ordem do moderno. Como bem colocou Paulo Silva, a preocupação de Duarte é com o presente. É o problema da apropriação da esfera pública pela ordem privada que se constitui como o principal impedimento para a modernização do país, já que por “moderno” nosso autor entende fundamentalmente o repertório da política moderna – o “Estado puro”, “fenômeno político diferenciado” atuando no sentido de inspirar o espírito público na população.

Nesta perspectiva Nestor Duarte mobiliza toda sua intervenção para demonstrar de que maneira grupos intermediários e concorrentes atuaram e continuavam a atuar no sentido de impossibilitar a plena expansão e o pleno exercício da dimensão pública e do poder político. Assim, coloca o autor,

²⁵⁵ Idem. p. 66-67.

²⁵⁶ Segundo Duarte, “o território extenso, inocupado, determinando intensa atividade rural e a exigir povoamento e mando, dera ensejo a que a instituição familiar no Brasil pudesse desempenhar plenamente a tríplice função necessária ao seu prestígio e à sua força no organismo social – a função procriadora, a função econômica e a função política”. Idem. p. 67.

se o senhoriato, ao encontrar-se com influências do litoral, participa, no terreno abstrato, do jogo das idéias deste, quando reflui à sua base, ao seu *habitat*, continua a manter os elos tradicionais e orgânicos de sua índole e natureza, para impedir já agora, que o Estado penetre essa população e lhe dê outro sentido social. Ao exercer o papel de classe política, deformando, conforme lhe é próprio, o fenômeno político, o senhor de engenho, o fazendeiro, barão do Império, coronel da República, ao substituir o Estado nesse país rural e agrícola, impediu até agora a aproximação do mesmo dessa população.²⁵⁷

Em outros termos, o senhor ou o chefe rural é o maior responsável pela deformação do Estado e pelo impedimento para sua penetração no meio rural, acarretando uma dupla distância das “massas” em relação a este seu repertório da política utópica da cidadania: uma distância física (o isolamento por conta do vasto território ocupado de forma irregular) e moral (uma cultura privatista, avessa aos ditames do verdadeiramente político).

É essa, de acordo com nosso autor, a dinâmica da organização política nacional ancorada na ordem privada. Com raízes na organização da sociedade colonial, tal dinâmica permanecia viva em 1930 e a emergência do regime Vargas põe em cena mais um capítulo desta história, já que mais uma vez o que avulta é a força não da impessoalidade estatal, mas do governante. A isso se soma, assegura Duarte, a inadequação do modelo de governo proposto, pois o importante seria a criação tanto de um poder verdadeiramente público quanto da necessidade deste no imaginário coletivo das massas. Criar, como dissemos, a dimensão pública, mas também a sua necessidade.

É contra a persistência da ordem privada e do que julga o equívoco do regime instalado em 1930 que Duarte está se insurgindo. É constatando a “atualidade” do problema em 1930-1940 que escreve nosso autor.

Seção III – A ordem privada em 1930-1940

Nesta perspectiva continuista de Duarte, pode-se dizer que tão claro quanto a existência de uma organização social fundada no privatismo é sua atualidade e sua força no contexto pós-1930.

Como sinalizamos no primeiro capítulo, esta dimensão política dos escritos de Duarte parece ter menos a ver com uma perspectiva saudosista de reconquista do

²⁵⁷ Idem. p. 106.

prestígio perdido (da Bahia e dos baianos no cenário político nacional) do que com a necessidade, de acordo com o autor, de superar os traços pré-modernos e de inscrever o país na ordem do moderno. É o próprio Duarte quem aponta a insuficiência do debate em torno dos temas da centralização ou da descentralização. Como explica ao discordar de Sérgio Buarque de Holanda com relação às conseqüências do familialismo, um problema de tanta profundidade e com tal poder de repercussão não pode se restringir a tão pouco conseqüências – uma “difícil adaptação ao princípio do Estado democrático”, no diagnóstico de Holanda. Para Duarte o familialismo “atinge à questão mesma do Estado e não essa ou aquela forma de organização estatal”.²⁵⁸ Colocar a discussão em termos de uma ou outra perspectiva estatal é reduzir o problema e, como coloca Duarte, reduzir também a solução.

Com efeito, a recusa de um formato autoritário é parte importante das formulações de Duarte, mas as questões da centralização ou da descentralização encontram um alcance notadamente menor do que a perspectiva “modernizante”. Assim, sugere Duarte, colocar a questão da ordem privada e seu desdobramento na organização política nacional distante da questão mesma do Estado – de sua existência ou não; de sua debilidade ou da ausência de receptibilidade – seria “simplificar o problema para resolvê-lo dentro, apenas, do conceito de centralização e de descentralização”.²⁵⁹

A questão da atualidade da ordem privada e de suas implicações no período posterior a 1930 é o tema do derradeiro capítulo de *A ordem privada e a organização política nacional*. Embora se proponha a observar a “atualidade deste problema político” e coloque reservas bastante direcionadas ao regime Vargas, não se trata de uma minuciosa análise deste mesmo regime. É antes a reafirmação do peso do passado se fazendo sentir no presente. É mais um momento naquela tradição de 400 anos apontada por Duarte.

De acordo com o autor de *Gado Humano*, “um dos preconceitos mais sutis e influentes de nossas concepções políticas consiste em identificar o processo de formação de nossa nacionalidade com a política de centralização do poder.”²⁶⁰

A crítica é bem dirigida para o governo de Getúlio Vargas, mas o problema encontra suas raízes ainda na política Imperial. Como assinala o autor,

²⁵⁸ Idem. p. 121.

²⁵⁹ Idem. p. 113.

²⁶⁰ Idem. p. 113.

aos olhos dos apologistas do Império, a empresa maior da monarquia em prol da nacionalidade foi a sua política centralizadora. O problema assim posto, ainda revive hoje na opinião do país, dividindo-a em partido e correntes de idéias. Na carta de 10 de novembro de 1937, a questão ressurgiu, dentro dos mesmos temas e do mesmo espírito dialético...

Segundo o autor, tanto a integridade territorial quanto a centralização do poder político que teriam sido os grandes feitos do Império deveriam ser antes resultados ou não de um processo mais orgânico de conformação da comunidade nacional. Isto porque esta integridade territorial e esta centralização política não logrou nem um alcance mais amplo do poder político no vasto território do país nem muito menos a criação de uma solidariedade anônima mais extensa (sentimento nacional).²⁶¹

É neste sentido que Duarte questiona a validade deste que teria sido o grande feito da política imperial bem como o *leitmotiv* da política varguista, pois segundo o autor, “uma das principais conseqüências deste julgamento é insinuarmos a convicção de que o nosso processo nacional se faz pela integridade territorial com a centralização do poder. E sem querer, porque reduzimos o problema, reduzimos também a solução”.²⁶²

O problema é que, coloca o autor, a ausência de uma organicidade nacional bem como uma crônica indisposição para a dimensão política acarretou que com a Independência a única “política” possível fosse a da centralização e a da busca por manter a integridade territorial. Isto porque, explica Duarte, se é que havia a integridade de diferentes grupos étnicos,

uma vez independente, essa unidade, porém, se torna mais precária, desde que desaparecia uma das mais fortes razões que a explicavam (a dominação metropolitana) ... haveria por isso mesmo alicerçá-la sobre novo eixo e outras bases. Essa política se resume de logo num meio – a centralização, e num fim – a integridade territorial.²⁶³

Essa política, no entanto, não alcançou resultados para além desta centralização mesma e da manutenção da indivisibilidade territorial. O Estado permaneceu ausente e não encontrava um “espírito” favorável à sua adesão. O processo de centralização não

²⁶¹ Com relação a esta fragilidade do sentimento nacional Duarte coloca: “... porque na realidade sabemos compreender o Brasil, antes de tudo, como a conseqüência da reunião, por subordinação violenta ou fusão pacífica, de vários grupos étnicos sobre um território cuja ocupação são eles os primeiros a realizar. Tais grupos formariam, mais que tudo uma comunidade econômica sob uma mesma língua, sujeitos, mais ou menos, a idênticas reações e acomodações. Esta comunidade, entretanto, não tinha espírito político e nacional”. Idem. p. 115.

²⁶² Idem. p. 114.

²⁶³ Idem. p.115.

chegava a alcançar toda a extensão do território mantido indiviso – assim como continuava a acontecer no regime Vargas, aponta Duarte. Para o autor, “à centralização escapava a irredutibilidade da grande massa populacional que formava círculo mais vasto, sem idéia política nem consciência nacional e que mal acudia a raras e vagas representações que traduzem a idéia e o sentimento de uma nação”.²⁶⁴ E neste ponto Duarte mais uma vez estabelece o paralelo entre a política imperial e a política de seu tempo. Pois para ele a emergência do regime republicano não marcou nenhuma natureza de ruptura, assim como não marcou 1930 ou 1937, no que diz respeito ao equívoco de uma política deformada, de uma política verdadeiramente política (pública) e atuando no sentido de criar sua no “povo” sua necessidade (uma cultura política).

Este cenário imutável é o fundamento de uma afirmação categórica que, se não resume toda a empresa duarteana, aponta para uma síntese das conclusões do autor. Segundo ele, “o brasileiro político é... o resultado de um produto histórico irregular, deformado e incompleto, como irregular e deformado é o curso de vida do Estado brasileiro”.²⁶⁵ Em outros termos, um Estado que não conseguiu atingir a extensão territorial e superar a indisponibilidade dos sujeitos para com tal instituição e tudo o que ela viria a representar – o que indicava, segundo o autor, que se tratava de um grupo de sujeitos que ainda não tinham atingido um nível de organização e uma idade social própria para receber tal instituição.

Para Duarte, os esforços políticos na história do país pecaram ou por artificialismo ou por insuficiência, e isto resumiria todo o “sentido da nossa vida política no Império e na República. Um trabalho de construção ora desproporcionado, ora artificial, sempre com maior ou menor contraste, sobre o terreno vazio”.²⁶⁶ Não seria preciso repetir que este terreno vazio diz da população “atrasada” que ainda não teria alcançado a maturidade social para receber a organização política propriamente pública, representada pela salvação que seria o Estado moderno. Daí que a crença de nosso autor repouse precisamente na conformação de uma cultura “verdadeiramente política” – a política utópica da cidadania.

Neste cenário de equívocos institucionais e apolitismo das massas sobra espaço apenas para a agência do governo (onde reluz a personalidade do governante), já que não há Estado ou este sofre de uma debilidade crônica. Como coloca Duarte, é o governo

²⁶⁴ Idem. p. 116.

²⁶⁵ Idem. p. 116.

²⁶⁶ Idem. p. 118.

que resume toda a atividade que se poderia chamar de política, assim como é ao governo que coube até então a tarefa de construir a dimensão pública. No entanto, ressalta Duarte, “é precisamente porque lhe cabe realizar esta construção, em que se confunde, que nele se refletem o erro, o artificialismo, como os choques dessa construção diante do meio e do terreno em que se eleva”.²⁶⁷ Seria justamente a impossibilidade dos diversos governos em tal tarefa conformadora (dada a indisponibilidade das “massas” para o fenômeno da política “puro” como anseia Duarte) que levaria tais governos ao processo de centralização e também autoritarismo, já que estariam tentando “alcançar por golpes o que será antes resultado de lentos processos do tempo e da ação ininterrupta sob programas demorados”.²⁶⁸

Neste ponto além da lucidez do autor quanto ao tempo que seria necessário para forjar uma cultura política (a educação do povo para o sentido da coisa pública, como coloca) fica patente a crítica ao que seria à prática posta em movimento pelo regime instalado em 1930.

Dáí que para Duarte o fato de no Brasil o Estado não ter uma existência efetiva que possibilitasse a ele um desenvolvimento “por si mesmo”, tal instituição acaba por confundir-se com a ação mesma do “governante ocasional”. Desta forma, critica Duarte,

a nossa concepção de governo forte é, assim, sem nenhuma transição nem disfarce, a própria noção do governo de força, do governo pessoal. Pessoal tem sido todo ele, como pessoalmente poderosa a figura do governante, porque à falta de uma abstração impessoal do que seja governo, acabamos por admitir como regular a anormalidade de um Estado que é só o governante, de uma ação governamental que é só o poder pessoal do chefe do governo. Mas, *é que o chefe do Estado, como pessoa e pelos seus caracteres pessoais, é a única concretização do Poder Político numa organização política sem conteúdo histórico nem espírito institucional para viver a nutrir-se de princípios e de fórmulas objetivas, como a nossa.*²⁶⁹

Desta maneira, o “homem público” brasileiro seria produto desta organização política sem conteúdo. Por isto, insiste o autor,

todas as vezes que quisermos fazer a crítica desse homem público, como a análise da vida política, é forçoso prolongar no passado a explicação do seu caráter, de suas qualidades e defeitos (...) porque este homem em si, com sua mentalidade contemporânea e intenções atuais, pouco vale ou significa sem

²⁶⁷ Idem. p.118.

²⁶⁸ Idem. p. 118.

²⁶⁹ Idem. p. 118-119. Grifos meus.

esse passado de forte pêsso tradicional, que o define e que o formou, esculpindo-lhe sentimentos e hábitos sociais, como costumes mentais e morais.²⁷⁰

È a força deste passado que se mostra irredutível a todo princípio abstrato e que em 1930-1940 se reflete tanto na sociedade em geral quanto no homem público síntese desta sociedade – e a referência a Vargas é sutil mas perceptível.

A questão primordial em seu debate velado com o regime instaurado em 1930 é, como adiantamos, menos em torno das noções de centralização e descentralização que no sentido mais amplo de seu projeto: criar um Estado moderno; criar uma cultura efetivamente “política”. Com efeito, as noções de centralização e descentralização não são desprezadas, como pudemos observar, mas esta discussão não pode ser superdimensionada. Isto porque de acordo com o autor, não faria muito sentido debater a forma organizacional de algo débil ou que sequer existiria: o Estado. Como coloca Duarte,

a ausência do Estado ou sua imperfeita acomodação no dorso de uma sociedade que pôde subsistir prescindindo de sua presença, tirou ao indivíduo os ensejos de atingir aquela condição de cidadania, de categoria política, ou não lhe deu tempo ainda de alcançá-la pela forma compreensiva e total que marca o nascimento social do homem público.²⁷¹

È neste sentido que Duarte constrõe sua obra. A esta altura de seu diagnóstico e de suas proposições o autor já está um tanto repetitivo – como deve ter deixado impressão nossa leitura. Finaliza seu ensaio dizendo que este não pretende ser conclusivo, mas que se insere no conjunto dos “estudos brasileiros” e busca trazer para o debate “certas formas e constantes brasileiras” na tentativa de explicar certas “irredutibilidades do meio brasileiro”.

Duarte não oferece um diagnóstico original, mas imagina estar assinalando um ponto que foi subestimado em autores que o precedeu: que o privatismo gera uma ordem, uma organização social, que assumiu ao longo da história brasileira o papel que deveria ser do Estado. E que tal ordem ao exercer o poder político deformando-o, impossibilitou tanto o desenvolvimento do Estado quanto a conformação de uma cultura “verdadeiramente” política, desdobrando-se, por fim, na impossibilidade de construção de nação moderna.

²⁷⁰ Idem. p. 119.

²⁷¹ Idem. p. 122.

Este debate terá seguimento em 1947, com a apresentação do projeto de reforma agrária na Câmara Federal. Tal projeto pode ser lido como um momento onde Duarte vai propor soluções mais efetivas para os problemas apontados em *A ordem privada e a organização política nacional*. Se o complexo social do latifúndio - o feudalismo mesmo - é ainda algo persistente no Brasil das décadas de 1930-1940 era necessário então ir ao centro da questão, ou seja, desmontar tal complexo social fundado na grande propriedade. É isto o que propõe Duarte naquele que foi o primeiro projeto de reforma agrária proposto no país. O caminho para o moderno continua.

Seção IV – A Reforma Agrária e a superação da Ordem Privada

Se em *A ordem privada e a organização política nacional* Nestor Duarte está demasiado preso aos postulados da política utópica da cidadania e, neste sentido, sua composição poderia ser encaixada naquilo que Luiz Werneck Vianna chamou de “estratégia de estadista”, já que “visava ao futuro do país, inscrevendo-o no movimento civilizatório, impelidos por imperativos racionais e não pela representação de interesses concretos”²⁷², em *Reforma Agrária* o foco é mais elementar.

Com efeito, o horizonte de seu projeto não está fora de sua preocupação mais geral como a perspectiva nacional-modernizante, seja no que tange à constituição de solidariedades mais amplas como a busca estabelecer a brasilidade sertaneja, seja no que diz respeito à validade da política moderna para todos os sujeitos. No entanto a leitura de *Reforma Agrária* não deixa de sugerir um deslocamento do autor para recantos mais modestos, para recantos onde sem abrir mão desta perspectiva nacional-modernizadora pudesse apresentar propostas mais efetivas com o intuito de superar muito daquilo que ele aponta em seu ensaio de 1939.

Assim, seu projeto apresentado em 1947 figura basicamente como o desdobramento de diversos temas de *A ordem privada e a organização política nacional*, como por exemplo, a idéia da persistência de um modelo econômico e político feudal que se desdobra em uma moral e um sentimento privado; a importância das cidades como espaços mais propensos à dimensão pública; a importância do “homem público” nesta tarefa transformadora e, finalmente, as conseqüências políticas que tal transformação acarretaria, ou seja, a modernização do país.

²⁷² Luiz Werneck Vianna. Op. cit. p. 186.

Este percurso do autor para propostas mais palatáveis segue uma lógica um tanto simples. Se os fundamentos da chamada ordem privada estão fortemente enraizados na grande propriedade, no complexo social do latifúndio, a forma de supera tal estado de coisas seria, nas proposições apresentadas no ensaio, a criação da dimensão pública, entendido como a emergência do Estado, de sua ação pedagógica junto às massas e a criação de uma cultura política. Enfim, todo o repertório da política moderna: Estado, Nação, Democracia, Cidadania etc. A questão é que esta proposição da mudança de uma “moral” e um “sentimento” privado demanda, como aponta o autor, um “lento processo”, já que se está a falar de uma prolongada tradição. Desta forma nosso autor vai fazer um caminho do sótão para o porão, vai propor uma intervenção no material, ainda que não abandone em momento algum sua preocupação com a “superestrutura” da ordem privada.

Neste sentido, se a proposta de “educar para o sentido da coisa pública” lançada em 1939 não colheu seus frutos em quase dez anos, em 1947 nosso autor vai propor que se intervenha num dos pilares da ordem privada: a propriedade. Atingida a propriedade o autor pretende fazer ruir também a família extensa (o familialismo) e o município feudal (dominado pelo poder local dos “coronéis”). Eis o caminho para modificar aquela cultura, aquela moral e aquele sentimento privados.

Como atingir então este importante fundamento da ordem privada? Reforma agrária. O ponto de partida de Duarte é modificando os termos da posse da terra. Mudanças tanto na posse quanto na dinâmica econômica da grande propriedade. Assim, sua primeira preocupação é justamente definir em termos mais precisos o que entende por grande propriedade, os problemas que ela acarreta e, por fim, ressaltar a necessidade de tal reforma.

Duarte mesmo depois dos debates ainda insiste, em 1947, na tese do feudalismo.²⁷³ Desta maneira, afirma categoricamente em seu texto que “a propriedade agrícola no Brasil nasceu sob o regime feudal e vive nessa tradição. Um país de estrutura feudal não transpõe a nossa época sem exigir uma reforma agrária, mas nenhum lhe opõe barreiras como um país feudal”.²⁷⁴ Para o autor, não obstante as interposições de Simonsen, não havia “fato que deva ser mais indiscutido, quer se encare o feudalismo sob o aspecto político, jurídico ou econômico”.²⁷⁵ Segundo Duarte

²⁷³ Na verdade até mesmo em 1953, que é quando o projeto é convertido em ensaio e publicado.

²⁷⁴ Nestor Duarte. **A reforma Agrária**. Op. cit. p. 12.

²⁷⁵ Idem. p. 13.

o declínio do feudalismo europeu não implica que este não possa ter sido transplantado para o Brasil. Daí que assegure que o regime das capitanias com o qual se processou a ocupação do solo tenha sido um regime feudal:

a organização portuguesa de ocupação das terras brasileiras era feudal. Um feudalismo de sentido político e de sentido econômico, sem a menor dúvida ... Nas terras da Capitania, o donatário exercia funções de agente político e proprietário privado de terras. A coroa portuguesa fez somar em mãos desse donatário as prerrogativas do poder coativo e as prerrogativas do proprietário.²⁷⁶

Em resumo, o donatário se convertia tanto em senhor das terras quanto em senhor daqueles que nestas terras habitavam. O que definia, segundo Duarte a questão do feudalismo era justamente o exercício da política pelo proprietário privado. Como coloca, “o feudalismo é sempre uma associação do mando político ao do senhor privado, cuja força reside na própria condição de proprietário de terras”.²⁷⁷ Se esta era a dinâmica da sociedade colonial, não o era diferente com relação à sociedade das décadas de 1930-1940.

A grande questão para Duarte é que a grande propriedade não traduz apenas um regime econômico. Como adiantamos, ela cria uma cultura apolítica, privatista. Como coloca o autor,

a grande propriedade gera um regime típico, um sistema econômico e, com êle, mais genericamente, uma organização social de que é causa e resultante. Onde se mantém, vive ou manifesta como revivência, um determinado regime feudal ou as conseqüências desse regime.²⁷⁸

Como sustenta, qualquer natureza de regime econômico cria consigo, para além do meramente econômico, a já referida cultura privatista, que é ela mesmo uma das formas pela qual determinado estado de coisas assegura seu predomínio e sua longa existência. Por isso por em risco tal regime econômico implica por em risco também “um centro vital de interesses e sentimentos”.²⁷⁹

De acordo com Duarte a definição da noção de grande propriedade não pode depender da extensão territorial de dado país. Ela seria um fenômeno que ocorreria tanto em países de grande extensão como o Brasil quanto em países de menor extensão territorial, como o próprio Portugal. Para o autor esta seria uma das primeiras objeções

²⁷⁶ Idem. p. 13.

²⁷⁷ Idem. p. 14.

²⁷⁸ Idem. p. 15.

²⁷⁹ Idem. p. 15.

que seu projeto iria encontrar, já que como o Brasil teria uma enorme quantidade de terra desocupada não haveria porque uma proposta de redistribuição da terra. Só que para o autor baiano tal argumento é sofisticado, já que se trata em seu projeto de “alterar as relações de direito da propriedade agrícola e do sistema econômico em que se baseia ou vem a desenvolver-se”.²⁸⁰

Neste sentido, a definição daquilo que seria a grande propriedade deve necessariamente atender a outros parâmetros. Assim, a definição de grande propriedade dependeria da área agrícola ocupada e da população que detém a posse da terra. O cálculo é dos mais simples, pois “quanto maior é a área ocupada e menor o número de proprietários que ocupam essa área, mais manifesta é a presença da grande propriedade”.²⁸¹ Em outras palavras, quanto maior o número da população e menor o dos proprietários, aí se verifica um sistema de distribuição onde prepondera a grande propriedade. Haveria ainda outros parâmetros a serem observados para a definição da “grande propriedade”. Para o autor a propriedade deve ser definida como grande por uma condição social. Segundo ele,

tôdas as vêzes que a ocupação do solo permite que alguns possuam a terra agrícola enquanto outros ficam sem poder possuí-la; tôdas as vêzes que os detentores da terra agrícola conseguem mantê-la além da exploração e da produtividade que o seu trabalho e o dos que com eles convivem possam assegurar na comunidade da família; tôdas as vêzes que a propriedade agrícola se mantém à do número sempre crescente de uma população agrária em condições de não-proprietários, de escravos, de servos e de assalariados, estamos diante de um regime de desigualdade na distribuição da terra agrícola e nesse regime existe e domina a grande propriedade.²⁸²

O ponto central para Duarte é que a grande propriedade concorre diretamente para a conformação do quadro de miséria e atraso político que ele aponta em outros momentos. Para Duarte o latifúndio terá que empregar um grande número de trabalhadores sem-terra para atingir sua capacidade plena de produção – trabalhadores esses que terão que sujeitar-se aos ditames exploratórios do regime. Assim, o que definirá o sentido social negativo da grande propriedade é justamente sua crescente expansão e o aumento do número destes trabalhadores que por não possuírem a terra são obrigados a trabalhar nos domínios do grande proprietário. É neste sentido que, coloca Duarte,

²⁸⁰ Idem. p. 11-12.

²⁸¹ Idem. p. 16.

²⁸² Idem. p. 20-21.

a primeira consequência desse tipo de propriedade agrícola é criar uma massa camponesa sem terra e manter-se do seu trabalho. Impedirá que essa massa camponesa venha a prosperar e ter, assim, terras, porque precisa assegurar o esteio de sua homogeneidade e de sua conservação. Reduz o homem a instrumento de trabalho e só o considera como fonte de tração humana.²⁸³

O Problema gerado pelo complexo social do latifúndio espalha-se para além do meramente econômico, desdobrando-se em consequências principalmente políticas. A solução, ou ao menos um primeiro passo nesta direção é justamente a reforma do setor agrário.

Mas, qual seria o sentido, o nível de intervenção da reforma agrária proposta por nosso autor? Duarte constrói seu projeto num equilíbrio entre o que chama de posições demasiado moderadas e de posições perigosamente radicais – o temor da “violência”, que permeia seu texto. No primeiro caso refere-se a dispositivos legais que na história do país buscaram promover “benefícios para o trabalhador rural” que, mesmo se auto-intitulando de reforma agrária “não podem ter esse nome”.²⁸⁴ No segundo caso trata-se de “evitar revoluções”... fazendo-as, segundo o autor. Neste meio termo Duarte vai definir a reforma agrária como sendo uma “reforma social”. Para o autor,

reforma agrária é a revisão, por diversos processos de execução, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, como o objetivo de modificar determinada situação do domínio e posse da terra e a distribuição da renda agrícola.²⁸⁵

Para Duarte o importante é situar a proposta de reforma agrária nas “formas intermediárias”. Colocada nos termos de uma “revisão” das relações de diversas naturezas entre os que detêm e os que trabalham a terra, a reforma agrária deveria atender às “peculiaridades históricas” do país. A atenção a estas peculiaridades deveria deixar claro que tal reforma não poderia ser concretizada a passos demasiados largos. É preciso comedimento.

Duarte reserva o mais extenso dos capítulos de seu livro (projeto) para colocar os termos da “reforma agrária para o Brasil”. Para o autor a agricultura no país sempre foi organizada na base da grande propriedade. Este quadro já de todo problemático se

²⁸³ Idem. p. 26-27.

²⁸⁴ Idem. p. 47.

²⁸⁵ Idem. p. 50.

agrava ainda mais por conta da natureza desta grande propriedade, tal como delineou Duarte. Assim, coloca o autor,

o Brasil sempre viveu sob a pior das formas da grande propriedade – a da grande propriedade do sistema pré-capitalista, que gera o latifúndio improdutivo ou parcialmente explorado, a que se estiola nos limites da primária economia de consumo ... a que não conhece maiores relações de intercâmbio, isolada no campo entre um proprietário rico em terras e pobre em rendas, e um trabalhador agregado que, sem as terras do “rico”, associa a sua miséria ao regime de poupança do patrão.²⁸⁶

Desta maneira, a reforma agrária deveria ter por horizonte o estabelecimento de uma nova divisão da terra agrícola, a fim de distribuí-la de uma melhor forma entre a população rural,²⁸⁷ além de concorrer para uma maior produção de alimentos. Isto porque para Duarte a questão da monocultura é outro grave problema. Para o autor, “a grande propriedade deve ser combatida não apenas porque é grande, mas porque, além de grande, é monocultora, quando não seja improdutiva”.²⁸⁸ Em nosso autor a monocultura é sinônimo de latifúndio, enquanto que a policultura acaba implicando na divisão da terra, gerando a pequena propriedade como consequência da diversidade das culturas.

Outro ponto que Duarte vai estabelecer como fundamental na tarefa de levar a efeito uma reforma agrária e por conseguinte a desmontagem da maquinaria da ordem privada é o papel das cidades. Para o autor este reordenamento da distribuição da terra bem como as mudanças nas relações sociais no campo encontrariam seu impulso nas cidades e não no campo. Estas forças não seriam outra coisa senão elementos da ordem do moderno: industrialização; economia comercial; expansão do crédito bancário, etc.²⁸⁹

Esta importância das cidades é mais um tema que Duarte retoma em seu projeto e que já havia sido trabalhado em *A ordem privada e a organização política nacional*.

²⁸⁶ Idem. p. 59-60.

²⁸⁷ Esta premissa básica de uma reforma agrária é repetida à exaustão por Duarte. Assim, coloca o autor, “o objetivo fundamental da reforma agrária no Brasil é permitir a propriedade da terra aos que não a têm ... é imperioso sujeitar toda a terra agrícola necessária a esse desiderato, ou seja a grande propriedade a um sistema de redivisão”. Ou ainda logo na seqüência da afirmação acima quando diz que “o plano de redistribuição da terra agrícola deve atingir todas as grandes propriedades, em maior ou menor extensão ... a grande propriedade não pode ser excluída de um plano de redistribuição sob pena de faltar condição para essa redistribuição”. Cf. idem. p. 79-80.

²⁸⁸ Idem. p. 81.

²⁸⁹ Em 1940 Duarte defende estas mesmas providências para incrementar a economia baiana numa série de quatro artigos publicados no jornal *A Tarde* intitulados **Inquérito sobre a economia baiana**. Op. cit.

Para o autor, “a reforma de nossa vida agrícola não pode ser atingida ou não pode ser completada sem participar do movimento em prol da vida municipal”.²⁹⁰

Como já colocamos, Duarte vê nas cidades o espaço por excelência da manifestação do político. É neste sentido que Duarte vai dizer que a cidade do interior se constituía na “única ponta de contato mais próxima para o mundo confinado do campo e, por isso, o centro até onde possa chegar, para atingir a distância da vida rural, a ação das forças de reforma e de mudança”.²⁹¹

A questão que se coloca é justamente a da decadência dos municípios. Daqueles municípios que poderiam atuar como ponte entre os centros urbanos maiores e o isolamento das grandes propriedades. Isto porque, como explica o autor, a autonomia econômica das grandes fazendas, desde os tempos da Colônia teria dificultado a vida urbana no país, impedindo a concentração populacional necessária à formação das cidades. Era em favor da revitalização dos municípios do interior para que fosse possível uma maior proximidade do aparelho estatal nos domínios rurais mais longínquos que Duarte escrevia. Isto porque estas cidades, diz Duarte,

quando represente o mercado de compra e o mercado de venda, o centro cultural, de educação, de saúde, de informação, a comunidade de vizinhança, de atividade social e política, é, sem a menor dúvida, o instrumento de atração e de irradiação das relações de contacto e de integração indispensáveis à vida rural e àquelas necessidades humanas que só podem satisfazer-se no contraste da vida urbana.²⁹²

Assim, tanto pelo papel econômico que viriam a desempenhar, também reluz a importância política e cultural que o município deveria ter para contribuir com o projeto de reforma e conseqüentemente fazer ruir a ordem privada.

Não obstante a proposta de modificação das bases sobre a qual se ergueu a ocupação e distribuição das terras e concomitante a tentativa de com isso tentar criar uma cultura política, diversa daquilo que o autor diz existir até então, não escapa o tom moderado com que constrói seu projeto. Se por um lado avulta ao longo do texto o imperativo de uma “revisão” dos parâmetros que orientam tanto a posse quanto o trabalho da terra, por outro lado permeia seu escrito a moderação, quase um temor.

Para Duarte, a grande propriedade seria mesmo um “mal” que pedia remédios verdadeiramente heróicos. E tratando-se de remédios para sanar uma questão social, tais

²⁹⁰ Nestor Duarte. **A Reforma Agrária**. Op. cit. p. 98.

²⁹¹ Idem. p. 99.

²⁹² Idem. p. 99.

remédios poderiam até mesmo significar “revolução”. No entanto, se apressa Duarte, “antes de chegar-se até as revoluções, porém, há processos que as evitam porque as substituem”.²⁹³

Duarte está preocupado com o que chama de “reforma social”, mas está atento no que diz respeito à salvaguarda da propriedade privada – ou à sua “adequada” compensação. Tanto que se ao longo do texto é possível ver a recorrência ao termo “redistribuição”, o autor vai tratar de não deixar dúvidas quanto à extensão que seu emprego pode vir a ter. Assim, coloca que a “desapropriação” seria apenas um dos componentes da reforma. Para o autor, “uma lei de reforma agrária é um plano de que a desapropriação é, apenas, um meio de execução que não lhe é específico nem exclusivo”.²⁹⁴

De acordo com Duarte, seu projeto de lei pretendia de início preparar o espírito do proprietário agrícola para a intervenção do Estado, além de começar “a realizar um processo de mudanças de conseqüências tão profundas, sem abalo de prévias desapropriações indiscriminadas”.²⁹⁵ Neste aspecto Duarte inclusive preserva a questão da previa indenização em dinheiro, dispositivo já presente na Constituição.²⁹⁶

Na verdade um fantasma se insinua, mas não se mostra totalmente no projeto Duarte. Como coloca, “não se evitam as revoluções senão fazendo-as. O que parece a tática de antecipá-las, para prevenir o seu deflagrar, não é mais do que o emprego do tempo próprio para realizá-las subtraindo-lhes a violência”.²⁹⁷ Levar a efeito a reforma equivale, para o nosso autor, fazer uma revolução no tempo certo, eximindo-a da violência, que não seria outra coisa senão “o acréscimo do desespero”. O medo da “violência” parece ser o medo mesmo de que as coisas se processem sem o comedimento necessário para preservar a propriedade privada. Daí que seja necessário antecipar-se, fazer a reforma e fazer com que essa reforma adquira uma face de

²⁹³ Idem. p. 24.

²⁹⁴ Idem. p. 86.

²⁹⁵ Idem. p. 86.

²⁹⁶ Como coloca Aspásia Camargo, “apesar da orientação privatista que domina a proposta, e do firme intuito de estimular, em abril de 1947, a proposição de Nestor Duarte ao Congresso que embora moderada nos tempos em que posteriormente se definiu a controvérsia – pois aceitava o pagamento prévio em dinheiro – sob outros aspectos era extremamente severa: descartava o princípio prezado pelas classes produtoras de que a Reforma deveria começar pelas terras devolutas e, defendendo a necessidade premente de incrementar a produção de alimentos pelo estímulo à lavoura de subsistência, recomendava a desapropriação de terras improdutivas e produtivas para diminuir a incidência da grande propriedade monocultora...” Cf. **A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. In: Boris Fausto (org). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III: Sociedade e Política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 144-145.

²⁹⁷ Nestor Duarte. **A Reforma Agrária**. Op. cit. p. 112.

mudança radical, de revolução. É o reformador social mesmo que está em cena. Que não saiu de cena, na verdade.

Como tentamos demonstrar, Duarte pretende com seu projeto uma intervenção num dos pilares daquilo que definiu como ordem privada. Atingir a grande propriedade para a partir deste ponto – o reordenamento da posse da terra – e, em conjunto com outras providências, encetar mudanças de outra natureza – forjar uma cultura “verdadeiramente política”, um sentimento de participação na política utópica da cidadania.

Seu projeto de reforma agrária parece apontar para objetivos mais palatáveis no sentido de contribuir para a desmontagem da ordem privada - se comparados com os postulados do seu ensaio de 1939. Entretanto, tal projeto não deixa de inscrever-se nas projeções mais gerais de seu autor, já que superar o feudalismo é adentrar no moderno. Esta passagem não se faria sem a ação política institucional, ação reformista à qual nosso autor tanto se empenhou. Instalar-se na modernidade é o imperativo, o moderno figura como uma realidade plenamente realizada e, fora dela, o que sobra são meras resistências do pré-moderno. É toda a luta por acelerar este processo de inserção que move Nestor Duarte.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho tentamos forjar mais uma contribuição para o estudo desta importante figura do cenário político e intelectual da Bahia nos anos 1930 e 1940 que foi Nestor Duarte.

Em certa medida, creio que nossas conclusões foram sugeridas em cada capítulo, onde tentei explicitar minhas hipóteses e sustentá-las a partir da leitura do material utilizado. Assim, no primeiro capítulo é delineada uma imagem de Nestor Duarte, bem como definida minha perspectiva de leitura de sua obra: figuração do sertanejo e inscrição do moderno.

Com efeito, este texto deve muito a todos os trabalhos acerca do autor os quais consultamos, e se por vezes a crítica assume um tom demasiado duro, é no sentido mesmo de propor uma polêmica, pois penso que o debate é fundamental para avançarmos no campo historiográfico, e o confronto entre perspectivas distintas deve, a nosso ver, ser uma constante – daí que tento construir um trabalho que se desenvolva nesta perspectiva de debate teórico-metodológico.

Outra questão fundamental foi a preocupação com as fontes. Talvez também aqui soe um pouco áspera a forma como conduzo a leitura de alguns textos de Duarte. No entanto, tomando cuidado para não incorrer em anacronismos, tento estabelecer uma grade de leitura diversa daquela que observei sendo utilizada principalmente na utilização da obra literária do autor. Pois a nosso ver, encarar a literatura como “testemunho” implica sérios problemas teóricos no caminho até uma análise razoável do texto literário – análise por si só já tão complexa, dado o instrumental teórico que requer e que não é tão familiar a nós historiadores.

Neste sentido, entendendo que o papel da linguagem vai além que meramente refletir o mundo, postulo, a partir de um leque de autores, a necessidade de ler a produção literária duarteana – fundamentalmente seu romance *Gado Humano* numa perspectiva construtivista - numa palavra, tento perguntar por aquilo que Duarte põe em movimento. Pois se é verdade que o princípio denunciante orientou a feitura do romance de Duarte – assim como de uma leva de obras literárias dos chamados Ciclos Regionalistas -, também é verdade que importa menos os princípios do que aquilo que eles fazem funcionar. Em outros termos, não obstante o propósito de “denunciar” a condição dos sertanejos, o que Duarte também fez foi reeditar todo um complexo discursivo que fez aqueles sertanejos em nome dos quais falava figurarem enquanto

sujeitos inconscientes dos problemas que os afetavam mais diretamente. Ato contínuo, Duarte também postulou um estatuto ideal para estes mesmos sertanejos, na medida em que atualizou o discurso que os colocava enquanto núcleo de uma pretendida identidade nacional.

Desta forma, a proposta de ler a literatura duarteana apenas na perspectiva denunciasta faz perder de vista, acredito, esta ambivalência presente neste discurso “sertanista”, que tanto afirma quanto nega os “sertanejos”. No mesmo sentido, também o projeto modernizador de Duarte foi lido a contrapelo. Mais que descrever seus componentes, tentamos pensar seu significado no contexto 1930/1940, que tipo de aspirações ele envergava e no que isto implicava. Afinal, como aponta larga historiografia, este período marca um ponto de inflexão na preocupação com a conformação de um “país moderno”. E é dentro deste complexo discursivo que Duarte pode ser situado. Entretanto, seria preciso perguntar pela natureza destes projetos que visavam fazer o Brasil adentrar a ordem do moderno. Na verdade, seria até mesmo necessário recuar um pouco e perguntar pela validade dos próprios postulados modernos – no caso de Duarte, principalmente os valores da política moderna -, pois não nos parece intocáveis valores ou programas como “cidadania” ou “democracia”. Aliás seria preciso sinalizar que estes não vão além do que apontar para uma utopia, traduzindo aspirações elitistas que pouco ou nada dizem acerca daquilo que se processa no nível mais elementar da política – nível este que é justamente onde se situam e agem os sujeitos os quais este discurso pretende dar conta.

Assim, em linhas gerais tentei demonstrar em que medida as formulações de Duarte estavam atravessadas de um lado a outro por estes postulados da política moderna, e de que forma isto apontava para uma crença na validade universal da condição moderna.

Com efeito, esta preocupação com a inscrição do Brasil na ordem do moderno permeava boa parte da produção intelectual dos anos 1930 e 1940. Tentei sinalizar que é com ela que Duarte está fundamentalmente ocupado. Certamente, esta preocupação mais macro não resume de todo a sua obra. As lutas políticas locais tiveram sua importância na produção do autor. Como apontei, os eventos de 1937 (Estado Novo) parece terem sido decisivos na formulação de um dos mais importantes textos do autor, seu ensaio *A ordem privada e a organização política nacional*. A emergência do Estado Novo parece ser decisiva. Modernista como era, Duarte não podia aceitar as práticas que julgava feudal e as quais ele identificava no regime Vargas – somando-se a isto,

certamente, o fato de que é com este regime que Duarte é afastado da vida política institucional.

Neste sentido, tentei produzir um texto que estivesse atento àquilo que os princípios denunciata (que orientava a figuração do sertanejo) e salvacionista (que sustentava a proposta modernizante) punham em movimento. Ou seja, tentei demonstrar como as formulações duarteanas acabavam construindo uma imagem do sertanejo que não ia além do estereótipo, oscilando unicamente entre o signo do atraso e a representação de uma identidade nacional; assim como seu projeto modernizador traduzia um esforço pelo reordenamento do poder político institucional, já que os postulados sobre os quais ele se erguia dizia mais de uma utopia do que de uma política mundana, além de sugerir, como apontamos, uma crença na validade universal dos valores da política moderna.

Em resumo, o estudo destes dois temas no interior da obra de Nestor Duarte nos leva a um conjunto de aspirações do autor que, em dada medida, funcionam como via de acesso às aspirações de determinado grupo social na Bahia dos anos 1930 e 1940. Na verdade, pode funcionar até mesmo como índice para pensarmos os anseios da *intelligentsia* nacional, já que Duarte traduz em seus escritos um largo debate que vinha sendo colocado em cena por autores como Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Jorge Amado, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, etc.

No entanto, seria necessário suplementar, este imaginário em torno da modernização ou do sertanejo forjado e/ou atualizado nos anos 1930 não se esgota – em seus desdobramentos – neste período. E é neste ponto que reluz a necessidade de reafirmar que o trabalho histórico de forma alguma pode pretender estudar qualquer objeto como um fim em si mesmo. Ou seja, é sempre necessário pensar os desdobramentos destes temas. Pois estão em cena em Duarte duas preocupações que, guardadas as devidas especificidades, permanecem na ordem do dia: a preocupação por atualizar o discurso da identidade nacional e a preocupação em reafirmar a necessidade de ser moderno. E se no primeiro caso este discurso se estabelece em detrimento da diferença, cumpre perscrutar suas fissuras e demonstrar sua fragilidade; da mesma forma que a necessidade de desmontar o consenso em torno da validade universal dos postulados da condição moderna se mostra hoje ainda mais pertinente. Foi este esforço que tentei empreender em dada medida.

Com efeito, este trabalho não se pretende conclusivo. Busca antes apontar para outra leitura possível da obra de Duarte. Pois se é verdade que Duarte pretendeu

denunciar uma condição (a dos sertanejos) e instituir um programa salvacionista (o moderno), também é verdade que ele contribuiu para conformar e/ou reforçar o imaginário em torno de uma “identidade sertaneja” e em torno da necessidade inquestionável de ser “moderno”.

FONTES

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. Contribuição à Sociologia Política Brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____**A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. Contribuição à Sociologia Política Brasileira.** 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____**Cavalo de Deus.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.

_____**Disciplina por subordinação e disciplina por coordenação.** In: **Revista Seiva**, ano 1, nº. 2, janeiro de 1939. p. 01

_____**Discurso de Posse.** In. **Discurso de posse de Nestor Duarte e Saudação de Godofredo Filho.** Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1966. p. 7-20.

_____**Gado Humano.** Manuscrito. Disponível na Academia de Letras da Bahia.

_____**Gado Humano. 1ª ed.** Rio de Janeiro: Ed. Coleção Pongetti, 1936.

_____**Gado Humano. 2ª ed.** Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1998.

_____**Inquérito sobre a economia baiana I.** In. *A Tarde*, ano 29, nº. 10.141, 31-10-1940. p. 3 e 8.

_____**Inquérito sobre a economia baiana II.** In. *A Tarde*, ano 29, nº. 10.146, 7-11-1940. p. 3.

_____**Inquérito sobre a economia baiana III.** In. *A Tarde*, ano 29, nº. 10.151, 13-11-1940. p. 3.

_____**Inquérito sobre a economia baiana IV.** In. *A Tarde*, ano 29, nº. 10.166, 30-11-1940. p. 3.

- _____ **Leia quem quiser....** In. *O Imparcial*, Salvador, 1930.
- _____ **O Direito: noção e norma.** Salvador: Oficinas dos Dois Mundos, 1933.
- _____ **Oração de Paraninfo aos Bacharéis de 1938.** In. **Nestor Duarte: Mestre e reformador Social.** Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994. pp. 17-23.
- _____ **Os fundamentos do direito natural e as direções do positivismo jurídico.** In. **Fórum** – Revista do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia. Vol. XIV. Ano VI, Fasc. 9, maio/junho de 1941. p. 277-288.
- _____ **Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.
- _____ **Ruy e o processo cultural democrático.** In. **Forum** – Revista do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia. Vol. XIX, Ano IX, Fasc. 21, janeiro-dezembro de 1944. pp. 173-178.
- _____ **Sobre a Concentração Autonomista e o governo de Juracy Magalhães.** In. Diário da Assembleia/Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 3-01-1936. p. 804.
- _____ **Tempos Temerários.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958.
- _____ **Um Livro Nacional.** In. *O Imparcial*, ano X, nº. 2906, 18-04-1928.

BIBLIOGRAFIA SOBRE O AUTOR

AMADO, Jorge. **Um Romance Corajoso**. In. **Boletim de Ariel**. Ano VI, junho, 1937, p. 267.

CHIACCHIO, Carlos. **Homens & Obras - Nestor Duarte**. In. *A Tarde*, 09-12-1936.

DOMBROWISK, Osmir. **Reforma Agrária no Brasil: primeiros projetos 1945-1955**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da FFLCH-USP, em 1998.

_____. **Ordem privada e reforma agrária em Nestor Duarte**. In. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política. n°. 49, 2000. pp. 225-240.

_____. **A Cidade Sitiada: Idéias de Reforma Agrária no Brasil e a Crise do Regime Populista**. São Paulo, Tese de Doutorado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da FFLCH-USP, em 2003.

FILHO, Godofredo. **Saudação**. In. **Discurso de posse de Nestor Duarte e Saudação de Godofredo Filho**. Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1966. p. 20-42.

FRANÇA, Rogério dos Santos. **Representações de conflitos sociais no romance Gado Humano**. In. **I Encontro Regional em História Social e Cultural**. Recife, PE, 16 a 19 de outubro de 2007. Anais, suporte impresso, Recife, PE, GEHISC, EDUFRPE, 2007.

_____. **Uma Imagem do Sertão da Bahia no romance Gado Humano**. In. **I Colóquio Internacional de História: Sociedade, Natureza e Cultura**. Campina Grande, PB, 21 a 31 de julho de 2008. Anais Eletrônico, suporte CD-Rom. Campina Grande PB, Programa de Pós-graduação em História da UFCG, 2008.

_____. **Nestor Duarte: reforma social e criação cultural na Bahia da década de 1930**. In. **I Congresso Sergipano de História: História e Memória**, São Cristóvão, SE, 08 a 10 de outubro de 2008. Anais Eletrônico, suporte CD-Rom. São Cristóvão, SE : ANPUH/ SE; Aracaju : IHGSE, 2008.

_____. **Nas trincheiras de uma ordem que desaba: a atuação política e intelectual de Nestor Duarte na Bahia das décadas de 1930-1940**. In. **XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética**. Fortaleza, CE, 12 a 17 de julho de 2009. Anais Eletrônico, suporte CD-Rom. Fortaleza, CE. ANPUH, 2009.

GOMES, Rafael. **O Privatismo e a Ordem Privada: a leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa de Mestrado em Ciência Política da FFLCH-USP, em 2007.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Nestor Duarte**. In. **Revista AntHropológicas**. Ano 9, v. 16 (1), 2005. pp.171-196.

MARINHO, Josaphat. **O pensamento político no romance de Nestor Duarte**. In: **Revista da Academia de Letras da Bahia**. n.º. 35, 1988. pp. 31-42.

_____ **Nestor Duarte: mestre e reformador social**. Salvador: Faculdade de Direito da UFBA, 1994.

_____ **Nestor Duarte, O Mestre**. In. *Tribuna da Bahia*, 02-01-1971. p. 5.

MATTOS, Arioaldo. **O Homem na varanda de “Alba Longa”**. In. *Tribuna da Bahia*, 02-01-1971. p. 3.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **Apresentação**. In. **Gado Humano**. 2ª ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1998. pp 9-20.

_____ **Nestor Duarte: Inquietação e Rebeldia – Uma Biografia Crítica**. Instituto Advogado Gonçalo Porto Souza: Salvador, 2004.

PIVA, Luis Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)** – São Paulo: Ed. 34, 2000.

SAMPAIO, Nelson de Souza. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. In. **Forum** – Revista do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia. Vol. XIV, Ano VI, Fasc. 8 março-abril de 1941. p. 267-273.

_____ **O Político e o Escritor**. In. *Tribuna da Bahia*, 02-01-1971. p. 4.

SALLES, David. **Gado Humano ou a estréia nos anos**. In. *Tribuna da Bahia*, 24-01-1971.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição: Luta política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: EDUFBA, 2000.

TAVARES, Milton. **O Sociólogo do Direito**. In. *Tribuna da Bahia*, 02-01-1971. p. 5

TEIXEIRA, Anísio. **O Homem de Idéias**. In. *Tribuna da Bahia*, 02-01-1971. p. 4.

VALENTE, Gisele Laguardia. **Nestor Duarte: Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa de Mestrado em História Política da UFMG, em 2004.

_____ **História e Literatura: A Nação Republicana Nos Romances de Nestor Duarte**. In. **SAECULUM** – Revista de História. n.º. 17, julho-dezembro, João Pessoa, 2007. pp.153-164.

_____ **História e Literatura Como Espelho Da Nação**. In. **Discursos e Identidade Cultural**. S/d. pp. 393-397.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura I**. Trad. Jorge Almeida. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3ª ed.- Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. Nova Cultural. São Paulo, 2003.

ALVES, Ivia. **Arco & Flexa: contribuição para o estudo do modernismo**. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

AMADO, Jorge. **Cacau**. 51ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**. In. <http://www.academia.org.br/>

_____. **O país do carnaval**. 30ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1976.

_____. **Entrevista**. In. www.colmagno.com.br/plus/Valeria/ENTREVISTA_AJORGEAMADO.doc.

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Ed. UnB/Câmara dos Deputados, 1981.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. - São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Floração de Imaginários: o romance baiano no século xx**. Itabuna/Ilhéus: Via Literatum, 2008.

AZEVEDO, Thales de. **As Ciências sociais na Bahia: notas para sua história**. Salvador, Universidade da Bahia, 1964.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** –Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas Vol. 1.).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BHABHA, Homi K. **Narrando la nación**. In. www.cholonautas.edu.pe/ / [Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales](#).

_____. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e desafios dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Trad. Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: EDUNESP, 1997.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. **Esquise d'une Theorie de la Pratique**. Citado em Áurea Petersen Tomatis. **Trabalhando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920**. Tese de Doutorado em História apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. pp. 8-9.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. In: **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 48, nº. 2, 2005. pp. 231-269.

BUENO, Luis. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp. 2006.

CALASANS, José. **A Revolução de 1930 na Bahia: Documentos e Estudos**. Mestrado em Ciências Sociais da FFCH - Universidade Federal da Bahia, 1980.

CAMARGO, Aspásia. **A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. In: Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III: Sociedade e Política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. pp. 121-224.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CANDIDO, Antonio. **A Educação pela Noite e outros Ensaios**. Ed. Ática. 3ª ed. São Paulo, 2000.

_____. **Brigada Ligeira**. 3ª ed. Editora: Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Literatura e Sociedade**. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1967.

_____. **O Significado de Raízes do Brasil**. In: Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Brasil: Nações Imaginadas**. In: **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A arte de alinhar histórias: a série “A + B” de Machado de Assis.** In. **História em Cousas Miúdas.** Campinas. Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A História Cultural – Entre Práticas e representações.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand. 1990.

_____. **El pasado en el presente. Literatura, memoria e historia.** In. **Historia, Antropologia y Fuentes Orales.** Vol. 2, n.º. 37, 2007. pp. 125-140.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política.** Trad. Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

_____. **La nación en tiempo heterogêneo: y otros estúdios subalternos – 1ª ed.-** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor.** Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro, Editora IMAGO, 1977.

FALCÃO, JOÃO. **A História da Revista Seiva – Primeira revista do Partido Comunista do Brasil.** Editora Ponto & Vírgula Publicações, Salvador, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 11ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FELÍCIO, Erahsto. **Os feirantes “são autônomos”: tensões na modernidade subalterna da feira-livre de Itabuna (BA) na década de 1950.** Inédito, S/d.

FILHO, Adonias. **Ciclo Baiano.** In. **A Literatura no Brasil.** Direção: Afrânio Coutinho. 7ª ed. rev. e atual. - São Paulo: Global, 2004.

FOUCAULT, Michel. **O que é um Autor?** In. **Ditos e Escritos III.** Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Os intelectuais e o Poder.** In. **Microfísica do Poder.** 20ª ed. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

_____. **Verdade e Poder.** In. **Microfísica do Poder.** 20ª ed. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo.** In. Ângela de Castro Gomes (org.) **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **A formação dos Intelectuais.** In. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Trad. Nelson Coutinho. 5ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1985.

GRANJA, Lúcia. **A língua engenhosa: o narrador de Machado de Assis, entre a invenção de histórias e a citação da história.** In. CHALHOUB, Sidney e MIRANDA, Leonardo Affonso de (orgs.). **A História contada: capítulos de história social da literatura.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** Trad. Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. (orgs) **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno.** 3ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. **A grande imprensa na primeira metade do século xx.** In. **História da imprensa no Brasil.** Ana Luzia Martins e Tânia Regina de Luca (orgs). São Paulo: Contexto, 2008

LUZ, Jorge. **Jogos de Espelhos no Salão da História: os usos do conceito de Representação na Nova História Cultural brasileira.** Projeto de Mestrado apresentado ao PPGH da UFPE em 2007. s/d.

MAGALHÃES, Juraci. **Minhas memórias provisórias.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

MARX, Karl. **18 Brumários de Luís Napoleão.** Edição virtual. In. www.vermelho.org/img/obras/brumario

MASCARENHAS, Dulce. **Carlos Chiacchio: “Homens & Obras” - itinerário de dezoito anos de rodapés semanais em A Tarde.** Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1979.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil – 1920-1945.** DIFEL, São Paulo, 1979.

MOREIRA, Osmar. **Subalternos agrestes e seus cordéis encantados.** In. **XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências.** São Paulo, SP, 13 a 17 de julho de 2008. Anais OnLine. In. http://www.abralic.org.br/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/033/OSMAR_SANTO_S.pdf.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico.** 4ª ed. – São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo de. **Ficção, Ciência, história e a invenção da Brasilidade Sertaneja.** In. **Ipotesi – Revista de Estudos Literários Juiz de Fora**, vol. 4, nº. 1, pp. 37-53.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos.** – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil – entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed. 1. Reimpr. - Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PONTES, Luis Guilherme Tavares. (org.) **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.

QUEZADA, Freddy. **El Postcolonialism**. In. <http://www.geocities.com/Athens/Pantheon/4255/postco.html>.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Antimanual do Mau Historiador**. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2007.

SAID, Edward. **Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Justiça Revolucionária na Bahia**. In. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. n.º 39, 1993.

_____. **Movimentos Sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado**. In. *Universitas*. n.º 29. Salvador, jan/abr 1982.

_____. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política da acomodação**. Salvador, EDUFBA, 1988

_____. **Poder e Representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. **Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira**. In. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Ed. UFMG e Casa Osvaldo Cruz, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Representação e Cooptação Política no Brasil**. In. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. n.º 7, 1970. pp. 9-41.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. **Os Intelectuais**. In. René Rémond (org.). *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. pp. 231-262.

SOUZA, Candice Vidal. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A literatura como espelho da Nação**. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 1, n.º. 2, 1988. pp. 239-263.

VIANNA, Luiz Werneck. **Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos**. In. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1991. Vol. 34, n.º. 2. pp. 145-189.

WINOCK, Michel. **O século dos Intelectuais**. Trad. Eloá Jacobina. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.